



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO

VEUDERLLANE CAMPOS DA SILVA

**O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO VETOR DE
ETNODESENVOLVIMENTO:** a Comunidade Mebêngôkre-Kayapó na Terra Indígena Las
Casas –PA

NATAL/RN
2015

VEUDERLLANE CAMPOS DA SILVA

**O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO VETOR DE
ETNODESENVOLVIMENTO:** a Comunidade Mebêngôkre-Kayapó na Terra Indígena Las
Casas –PA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGTUR/UFRN) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Turismo, na linha de pesquisa Desenvolvimento Regional. Área de concentração: Desenvolvimento regional/local.

Orientador: Francisco Fransualdo de Azevedo.
Dr.

NATAL/RN
2015

Catálogo da Publicação na Fonte.
UFRN / Biblioteca Setorial do CCSA

Silva, Veuderllane Campos da.

O turismo de base comunitária como vetor de etnodesenvolvimento: a Comunidade Mebêngôkre-Kayapó na Terra Indígena Las Casas - PA / Veuderllane Campos da Silva. - Natal, 2015.

137 f: il.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Fransualdo de Azevedo.

Dissertação (Mestrado em Turismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-graduação em Turismo.

1. Turismo – Dissertação. 2. Comunidade indígena – Turismo – Dissertação. 3. Etnologia – Desenvolvimento - Dissertação. I. Azevedo, Francisco Fransualdo de. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BS/CCSA

CDU 338.485(=1-82)

VEUDERLLANE CAMPOS DA SILVA

**O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO VETOR DE
ETNODESENVOLVIMENTO: a Comunidade Mebêngôkre-Kayapó na Terra Indígena Las
Casas –PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGTUR/UFRN) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Turismo, na linha de pesquisa Desenvolvimento Regional, Área de concentração: Desenvolvimento regional/local.

Orientador: Francisco Fransualdo de Azevedo.
Dr.

Natal-RN, 31 de agosto de 2015

Francisco Fransualdo de Azevedo – Dr.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN
Orientador – Presidente da Banca Examinadora

Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega – Dr.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN
Membro Interno

Vera Lúcia Salazar Pessôa – Dra.
Universidade Federal De Goiás - UFG
Membro Externo

À minha família e a família Las Casas

AGRADECIMENTOS

Certas vezes é preciso criar asas e alçar voos em busca daquilo que colocamos como objetivos e sonhos, na caminhada longa que é a vida. Porém, para isso percebe-se que uma andorinha só não faz verão, e que ao fim, todos os que cruzam nossos caminhos, se tornam essenciais, e por quê não dizer até pilares que nos ajudam na concretização desses sonhos. Afinal, nesse grande mundo “louco” estar só não ficou pra mim, pois apesar de estar distante daqueles que são minha base, neste caminho encontrei grandes pessoas que me deram força pra continuar. E só tenho a agradecer, pois tudo que sou, nada é mais do que fruto dessas relações construídas, sejam elas efêmeras ou duradouras, felizes ou conturbadas; o que interessa é que cada um que passa por você deixa um pouco de si que ajuda nesse super processo de construção pessoal, espiritual, profissional.

Todas estas experiências que nos são permitidas vivenciar, sejam elas boas ou ruins, servem pro nosso engrandecimento, portanto é necessário entender que tudo têm fundamento e tudo tem explicação, basta você querer enxergar. Nesse processo de amadurecimento percebi que é impossível ser feliz sozinho, e sou feliz por cada um que consegui cativar e que me cativou. Acredito que em uma coisa tô me tornando especialista nessa construção toda, que é aprender a lidar com a saudade e com as distâncias, já que levantar voo requer um pouco de solidão. Que sorte que no meio do caminho encontramos tantas flores que amenizam e o torna menos sofrido.

Logo, há tantas pessoas que gostaria de agradecer por enfeitar estes caminhos percorridos estando longe ou perto, que fica até difícil citar todos os nomes, mas acredito que embora não estejam aqui, todos sabem a importância que cada um teve na minha história, afinal muitos quando não conseguiram estar presente com ombros amigos, estiveram presente com palavras de carinho, amizade, incentivo e até críticas, que ao final me mostraram que mesmo diante das dificuldades apresentadas e do meu desânimo, eu não poderia deixar de acreditar em mim, pois todos mais do que eu muitas vezes me impulsionaram e me fizeram crer que eu sou capaz.

Quero agradecer aqui a aqueles que são essenciais na minha vida e que muito do que sou e do que busco devo a eles, que são à minha família por todo o apoio incondicional que sempre me deram, pai, mãe e irmãos eu não sou nada sem vocês.

A comunidade da aldeia Tekrejarôti-re na TI Las Casas que se tornaram muito mais que objeto de estudo, hoje mantenho grandes laços de amizade e que cada vez só se fortalece! Espero tê-los presentes sempre na minha vida, pois com vocês aprendo muito mais do que possam supor. Me trazem luz e me fazem acreditar que é possível um mundo melhor!

A Wilker e Meghan que me abriram os olhos sobre a possibilidade de vir fazer o mestrado, e que me receberam como bons pais podem fazer, abrindo a porta da sua casa e me proporcionando bons momentos na nova vida.

Aos meus amigos do mestrado que conseguiram fazer de todos os dias juntos, dias felizes, mesmo que cheio de crises. Vocês foram o melhor que pude conviver e sem vocês sabe né que seria complicado. Janaina, Rodrigo, Fernanda e Danielle obrigada por estarem presentes todos os dias.

Ao meu orientador Fransualdo, por toda a paciência, compreensão e orientação no processo de construção do trabalho, o qual sei que muitas vezes deixei a desejar, porém ao respeitar os meus limites e meu espaço me fez ver que, se não tiver foco e dedicação se torna difícil conquistar o que se quer.

Aos meus amigos da vida que tiveram grande contribuição e tornaram meus dias mais lindos e felizes! Jaqueline, Albert, Guido, Hugo e tantos outros que passaram e coloriram a vida em Natal. E claro não menos importante à todos os meus amigos que estão longe e ao mesmo tempo tão perto.

Eu não seria nada sem tudo isso!

Entre as liberdades relevantes inclui-se a de agir como cidadão que tem sua importância reconhecida e cujas opiniões são levadas em conta, em vez de viver como vassalo bem alimentado, bem vestido e bem entretido.

Amartya Sen

RESUMO

O presente estudo pretende analisar a contribuição que a futura implementação do turismo de base comunitária pode levar ao povo Mebêngôkrê-Kayapó da aldeia Tekrejarôti-re que habita a terra indígena Las Casas no Sul do Estado do Pará, onde este além de se constituir como vetor de etnodesenvolvimento pode também contribuir na conservação da Sociobiodiversidade e cultura local, por meio das vivências que possibilitará a realização da convivencialidade, onde haverá o compartilhamento não só das atividades cotidianas, dos costumes da população local, mais também primando pela interculturalidade a qual se objetivam as trocas entre visitantes e comunidade, onde estas além de promover o conhecimento dos não-indígenas sobre este povo, busca também consolidar a identidade étnica e cultural dos mesmos. Diante disso, o presente estudo norteou-se pela pesquisa-ação participativa, utilizando-se também de dados, obtidos em 2012, oriundos da aplicação de entrevistas com a comunidade para realizar o diagnóstico das potencialidades turísticas. Esta se trata de uma pesquisa de natureza exploratório-descritiva a cerca do tema. A pesquisa de campo aliada a observação participante, realização de oficinas e entrevistas contribuiu para que fosse possível realizar uma análise mais profunda do ambiente estudado. Pretende-se com este estudo obter como resultados concretos a implantação e/ ou fomento de uma prática cultural e ambientalmente sustentável pautado nos processos de organização que permeia as diretrizes do turismo de base comunitária, porém este depende das condições dos recursos humanos e florestais e das condições de infraestrutura na comunidade, constituindo atividades social e culturalmente positivas a curto e médio prazo e em longo prazo em termos ambientais e econômicos. O presente trabalho identificou que a comunidade com suas manifestações culturais, festas e cerimônias estando aliada ao seu modo de vida e empreendida a partir dos seus critérios, tem condições de trabalhar com a atividade turística dentro da sua terra e tornar esta uma oportunidade de afirmação cultural e geração de renda. Mas conclui que para o turismo vir a ocorrer de fato são necessárias serem realizadas algumas medidas, inclusive que atenda a nova instrução normativa IN 3/2015, a qual estabelece que para que a comunidade trabalhe com o turismo na sua terra é necessário que seja elaborado um plano de visitação que atenda as exigências estabelecidas, onde este trabalho se constitui como uma ferramenta de importância na construção do mesmo, já que foi realizado a partir da demanda da comunidade e sendo realizado de forma participativa, valorando os diálogos horizontais e a autonomia deste povo.

Palavras-chave: Turismo de Base Comunitária. Etnodesenvolvimento. Metodologias participativas. Terra Indígena Las Casas. Povo Kayapó.

ABSTRACT

This study aims to analyze the contribution that the future implementation of community-based tourism can provide to Mebengokre-Kayapo, people of the village Tekrejarôti, they re-inhabiting the indigenous land Las Casas, located in southern of Pará, taking into consideration that tourism is as vector of ethnodevelopment, and it can also contribute to the conservation of Sociobiodiversity and local culture through experiences that will enable the realization of acquaintanceship, where there will be sharing of the daily activities of the customs of the local people, and cultural changes, which is the aim between visitors and the community, where these ones can promote the knowledge of non-indigenous people, and to consolidate the ethnic and cultural identity thereof too. Thus, this study guided by the participatory action research, it was used data obtained in 2012, that were results from the application of interviews with the community to make the diagnosis of tourism potential. It is an exploratory and descriptive research about the topic. The field research combined with participant observation, workshops and interviews contributed to it was possible to conduct a depth analysis about the environment studied. This research has the intention to obtain concrete results in the implementation and/or promotion of a cultural practice and environmentally sustainable ruled in organizational processes that permeates the guidelines of community-based tourism, however this depends on the conditions of human and forest resources, and infrastructure conditions in the community, providing in the short and medium terms, social activities and culturally positive for the culture of this people, and providing to long term, environmental and economic landmarks. As result, it was possible to identify that the community with its cultural events, parties and ceremonies being allied to their way of life and taken from their criteria, it is able to work with the tourism within their land and it can makes the tourism, a cultural affirmation opportunity and income generation. But, it concludes that for tourism to become ,in fact, there are required to be carried out some measures, that meets the new Regulatory Instruction IN 3/2015, this IN states that for the community to work with tourism in their land, it is necessary to be prepared a visitation plan that fits the established requirements. This research is constituted as an important tool in building this visitation plan, given that it was done from the community demand and it was conducted in a participatory manner, valuing the horizontal dialogue and the autonomy of this people.

Key Words: Community-based tourism. Ethnodevelopment. Participatory methodologies. Las Casas Indigenous Lands. Kayapó people.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|-----|
| FIGURA 1 – Níveis de participação | 70 |
| FIGURA 2 – Aldeia Tekrejarôti-re | 75 |
| FIGURA 3 - Arco do Desflorestamento da Amazônia Legal..... | 76 |
| FIGURA 4 - Organização concêntrica e perfil em funil da roça Mebêngôkrê ‘ideal’. Realização: Anne-Elisabeth Laques | 80 |
| FIGURA 5 – Desenho esquemático do museu elaborado pela comunidade Tekrejarôti-re... | 87 |
| FIGURA 6 – Das paisagens da aldeia | 102 |
| FIGURA 7 - Das atividades realizadas na aldeia | 103 |
| FIGURA 8 - Das atividades vivenciadas na aldeia | 103 |
| FIGURA 9 - Das várias formas de pescar realizadas na aldeia..... | 104 |
| FIGURA 10 - Dos aprendizados na aldeia | 105 |
| FIGURA 11 - Dos animais que dão mais vida a aldeia..... | 105 |
| FIGURA 12 - Artesanatos em miçangas confeccionados por mulheres | 106 |
| FIGURA 13 - Pinturas em tecido – atividades realizadas por mulheres | 106 |
| FIGURA 14 - Homens produzindo artesanatos..... | 107 |
| FIGURA 15 - Preparação para a cerimônia MenireBiôk | 107 |
| FIGURA 16 - Da vivência realizada no acampamento de preparação para festas..... | 108 |
| FIGURA 17 - Momento de preparação de festas e cerimônias | 109 |
| FIGURA 18 - Festas e Cerimônias..... | 110 |
| FIGURA 19 - Orçamento dos custos de viagem para uma pessoa..... | 112 |
| | |
| GRÁFICO 1 - Comportamento do Fluxo Turístico Internacional – 2000-2013..... | 36 |
| GRÁFICO 2 - Taxa de Crescimento do Turismo Mundial e da Economia | 36 |
| GRÁFICO 3 - Dados Demográficos da TI Las Casas | 78 |
| GRÁFICO 4 - Variação do preço por pessoa..... | 113 |
| | |
| MAPA 1 – Localização da Terra Indígena Las Casas no Brasil e no Estado do Pará..... | 25 |
| MAPA 2 - Mapa de pontos de importância turística para a vivência | 101 |
| | |
| QUADRO 1 - População da aldeia Tekrejarôti-re..... | 29 |
| QUADRO 2 - Quadro metodológico | 33 |
| QUADRO 3 - Relação entre fatos históricos mundiais e o desenvolvimento da atividade turística | 39 |
| QUADRO 4 - Destinos de Experiências de Turismo Comunitário na América Latina | 50 |
| QUADRO 5 - Deficiências da oferta do turismo comunitário | 51 |
| QUADRO 6 - Estudos sobre povos indígenas e o turismo | 56 |
| QUADRO 7 - Diretrizes para a autorização de visitação nas TIs..... | 57 |
| QUADRO 8 - Principais eventos relacionados ao Etnodesenvolvimento | 64 |
| QUADRO 9 - Características de Projetos de desenvolvimento fundamentados nas metodologias Participativas..... | 71 |
| QUADRO 10 - Dificuldades encontradas na aplicação da metodologia participativa..... | 72 |
| QUADRO 11 – Subgrupos e aldeias Kayapó | 73 |
| QUADRO 12 - Calendário Sazonal Kayapó, 2014 | 79 |
| QUADRO 13 - Recursos advindos de outras fontes..... | 81 |
| QUADRO 14 - O que temos? | 94 |
| QUADRO 15 - O que queremos? | 95 |
| QUADRO 16 – Como conseguirmos?..... | 96 |
| QUADRO 17 - Valores das taxas para visitantes | 111 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| TABELA 1 - População indígena e distribuição percentual, por localização do domicílio e condição de indígena, segundo as Grandes Regiões - 2010 | 16 |
|--|----|

LISTA DE SIGLAS

AFP - Associação Floresta Protegida
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD - Banco Mundial / Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CIMI - Conselho Indigenista Missionário
CNTUR - Conselho Nacional de Turismo
CNUMAD - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
DSEI - Distrito Especial de Saúde Indígena
EMBRATUR - Empresa Brasileira de Turismo
FMI - Fundo Monetário Internacional
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FUNASA – Fundação Nacional da Saúde
GTI - Grupo de Trabalho Interministerial
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFPA – Instituto Federal do Pará
INCT – Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISA – Instituto Socioambiental
MJ - Ministério da Justiça
MPEG - Museu Paraense Emílio Goeldi
MTUR - Ministério do Turismo
OIs - Organizações Indígenas
OIT - Organização Internacional do Trabalho
OMS - Organização Mundial de Saúde
OMT - Organização Mundial do Turismo
ONG – Organização Não-Governamental
ONU - Organização das Nações Unidas
PFNM - Produtos Florestais Não-Madeiros
PIB - Produto Interno Bruto
PNB - Produto Nacional Bruto
PNMT - Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNT - Plano Nacional de Turismo
PRT - Programa de Regionalização do Turismo
REDTURS - Red de Turismo Comunitario de America Latina
SPI - Serviço de Proteção aos Índios
TAP - Termo de Anuência Prévia
TBC - Turismo de Base Comunitária
TIS – Terras Indígenas

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| 1 INTRODUÇÃO | 15 |
| 2 A COMUNIDADE MEBÊNGÔKRE - KAYAPÓ DA TERRA INDÍGENA LAS CASAS –PA: caminhos metodológicos | 25 |
| 2.1 Metodologia e conjunto de técnicas | 25 |
| 2.2 Procedimentos éticos | 28 |
| 2.3 Universo de pesquisa e coleta de dados | 29 |
| 2.4 Tratamento e análise dos dados | 32 |
| 3 DAS DISCUSSÕES SOBRE TURISMO, TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E O TURISMO EM TERRAS INDÍGENAS | 35 |
| 3.1 A evolução do turismo até a contemporaneidade | 35 |
| 3.2 O turismo de base comunitária na perspectiva do desenvolvimento sustentável . | 42 |
| 3.3 Das políticas públicas para o turismo em terras indígenas | 52 |
| 4 DESCORTINANDO O BINÔMIO: do desenvolvimento ao etnodesenvolvimento e metodologias participativas | 60 |
| 4.1 Da trajetória do desenvolvimento ao etnodesenvolvimento | 60 |
| 4.2 Metodologias participativas e sua contribuição para o desenvolvimento do turismo | 68 |
| 5 A ALDEIA TEKREJARÔTI-RE E O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA ATIVIDADE TURÍSTICA | 73 |
| 5.1 O povo Kayapó e a Terra Indígena Las Casas: breve contextualização | 73 |
| 5.1.1 Localização e aspectos geográficos | 75 |
| 5.1.2 Aspectos socioeconômicos..... | 77 |
| 5.2 Da imersão na vida da aldeia..... | 84 |
| 5.2.1 Das primeiras conversas as primeiras experiências..... | 84 |
| 5.2.2 Da realização do campo e seus encaminhamentos | 91 |
| 5.2.3 Manifestações culturais da comunidade de Tekrejarôti-re..... | 97 |
| 5.2.4 Vivência indígena Parityk Kayapó e as festas e cerimônias | 99 |
| 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 116 |
| REFERÊNCIAS | 119 |
| APÊNDICES | 126 |
| APÊNDICE 1 - Roteiro de entrevista para pesquisa de campo direcionado à Comunidade | 127 |
| APÊNDICE 2 - Termo de autorização de uso de imagem da Terra Indígena Las Casas.... | 130 |

| | |
|---|------------|
| APÊNDICE 3 - Termo de Compromisso | 133 |
| ANEXOS | 134 |
| ANEXO 1 - Autorização de acesso a TI Las Casas - FUNAI | 135 |
| ANEXO 2 – Autorização de acesso a TI Las Casas - IPHAN..... | 137 |

1 INTRODUÇÃO

O turismo é uma das atividades socioculturais mais dinâmica da atualidade, passando a ser considerado por alguns estudiosos, e o setor econômico como um vetor de desenvolvimento, e com isto, algumas etnias vislumbraram esta atividade por meio de suas possibilidades de mitigação das desigualdades socioeconômicas e afirmação cultural, face ao exposto demandando aos órgãos públicos questionamentos sobre a possibilidade de implementar a atividade turística em suas terras indígenas (TIs).

O turismo com povos indígenas, é um tema que vem sendo debatido principalmente pela Geografia Humana e Antropologia. Nesse contexto, o assunto de maior expressão nesses estudos são: os projetos de turismo realizados nas Tis, que contam com parcerias governamentais e não governamentais, como as financiadas pelo Ministério do Meio Ambiente. Outro exemplo de financiamento em comunidades indígenas concedida pelas organizações não governamentais são as de Jenipapó-Kanindé e Tremembé, ambas no litoral sul cearense, e integrante da Rede Tucum, a qual desenvolve o turismo comunitário no estado do Ceará, conforme pode ser observado nos estudos de Sousa et al. (2007) e Lustosa (2012).

Projetos turísticos como, por exemplo, os de Jenipapó-Kanindé, podem ser vislumbrados, pois assim, como este povo, outros projetos desenvolvidos por diversas etnias também partiram do interesse da própria comunidade em gerir seus projetos através da autogestão, como mostram os estudos de Grünewald (1999), Mauro (2007), Quaresma (2009) Cabreira e Moretti (2005), Zanotti e Chernela (2008), e Lustosa (2008), que fazem a relação direta dos trabalhos tradicionais desenvolvidos em aldeias com a atividade turística, onde o turismo vem acontecendo há alguns anos em suas TIs, mesmo não sendo reconhecida e regulamentada pelas entidades legais.

Diante da concretização de iniciativas de projetos turísticos nas comunidades indígenas e, frente ao interesse de outros povos em desenvolver a atividade, os órgãos como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Ministério do Turismo (MTUR), o Ministério da Justiça (MJ), despertaram o interesse em regulamentar tal atividade, tendo em vista que, as mesmas são desenvolvidas em áreas protegidas por lei. No ano de 2014, uniram-se e formaram um Grupo de Trabalho Interministerial que debateram e estabeleceram as normas para a visitação com fins turísticos em terras indígenas, que fosse de base comunitária e sustentável, nos segmentos de ecoturismo e etnoturismo, através da Instrução Normativa Nº 3,

de 11 de junho de 2015 – IN 3/2015, a qual estabelece as normas e diretrizes relativas às atividades de visitação para fins turísticos.

Apesar de toda essa discussão sobre a legitimidade do Turismo em terras indígenas, diversas comunidades realizam em suas terras a atividade turística, pois para os mesmos a referida atividade se constitui como catalizador do processo de desenvolvimento socioambiental e econômico, contribuindo para o fortalecimento da sua identidade, na proteção do meio ambiente, assim como na geração de renda para sua população (GRÜNEWALD, 1999; ZANOTTI E CHERNELA, 2008).

Dessa forma, observa-se que é imprescindível discutir a inserção do turismo nestas comunidades, haja vista que a atividade turística pode trazer contribuições para as terras indígenas que vem sofrendo constantes pressões de madeireiros, garimpeiros e grileiros que tentam invadir estas terras com o intuito de se apropriar dos recursos existentes.

Nesse contexto se faz necessário observar como a população indígena está representada em termos percentuais no território brasileiro, dessa forma, o Censo do ano de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), estimou em cerca 896.917 pessoas, o equivalente a 0,4% da população brasileira. A maior concentração deste percentual está na região amazônica, com um total de 59,43% da população indígena brasileira, onde deste total, 16,09% dos indígenas, foram viver nas cidades, conforme pode ser visualizado na tabela 1, conforme IBGE, 2010.

Tabela 1 - População indígena e distribuição percentual, por localização do domicílio e condição de indígena, segundo as Grandes Regiões – 2010.

| Grandes Regiões | População indígena e distribuição percentual | | | | | |
|---------------------|--|---------------------------|--|--------|---------|--------------------------|
| | Total | Localização de domicílios | | | | |
| | | Terras indígenas | | | | Fora de terras indígenas |
| | | Total | Condição de indígena | | | |
| | Declaram-se indígenas | | Não se declaram, mas se consideravam indígenas | | | |
| Brasil | 896 917 | 517 383 | 438 429 | 78 954 | 379 534 | |
| Norte | 342 836 | 251 891 | 214 928 | 36 963 | 90 945 | |
| Nordeste | 232 739 | 106 142 | 82 094 | 24 048 | 126 597 | |
| Sudeste | 99 137 | 15 904 | 14 727 | 1 117 | 83 233 | |
| Sul | 78 773 | 39 427 | 35 599 | 3 828 | 39 346 | |
| Centro-Oeste | 143 432 | 104 019 | 91 081 | 12 938 | 39 413 | |
| Brasil | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | |
| Norte | 38,2 | 48,7 | 49,0 | 46,8 | 24,0 | |
| Nordeste | 25,9 | 20,5 | 18,7 | 30,5 | 33,4 | |
| Sudeste | 11,1 | 3,1 | 3,4 | 1,5 | 21,9 | |
| Sul | 8,8 | 7,6 | 8,1 | 4,8 | 10,4 | |
| Centro-Oeste | 16,0 | 20,1 | 20,8 | 16,4 | 10,4 | |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

No Brasil, há 230 povos indígenas, distribuídos em um total de 673 Terras Indígenas, reconhecidas constitucionalmente, situados em quase todos os estados da federação brasileira, o que corresponde a 110.440.173 hectares (1.104.402km). Faz-se necessário também fazer referência a Amazônia Legal Brasileira, pois concentram 60% da população indígena deste país (GUAPINDAIA, 2011).

Esta vasta extensão de terra, e de povos, reverbera em um território amplo de contrastes socioculturais, onde neste cenário de diversidade, as línguas e os dialetos existentes correspondem a cerca de 180, bem como o Português, tendo em vista o processo de colonização.

No Pará, a situação fundiária de algumas TIs é bastante preocupante, pois sofrem constantes pressões de fazendeiros, garimpeiros e madeireiros que querem adentrar suas terras em busca dos seus minérios e madeiras, porém a população local está atenta a esses conflitos e os números de denúncias contra estes tipos de pressões sofridas têm aumentado. Além dos extrativistas já mencionados, os povos indígenas também sofrem com o agronegócio, que é responsável pela devastação das áreas naturais mais ricas do Brasil inseridas no total de 13% das terras indígenas presentes no território brasileiro (STIBICH, 2005).

Tendo em vista todo este cenário de discussões em torno do uso, posse e usufruto destas pelas comunidades indígenas, observa-se que as mesmas visam o controle efetivo das terras pelos próprios indígenas, bem como o reconhecimento da terra como condição *sine qua non* para a sobrevivência destes povos, conforme mostra os estudos realizados pelo IBGE.

Concretizando-se o processo político administrativo ter-se-ão assegurado os direitos e garantias fundamentais previstos pela constituição brasileira dos povos indígenas, entretanto, se faz necessário passar por vários processos de demarcações para delimitar a área ocupada. Percebe-se que, em alguns estados brasileiros, este processo de legalização e demarcação das terras indígenas já é realidade, no caso específico do Pará, as terras indígenas ocupam uma extensão territorial de 29.572.982 hectares, o que representa 25% do território paraense (KAHWAGE, 2011).

É possível verificar na pesquisa realizada pela FUNAI¹ (2014) que 64 terras indígenas foram registradas e reconhecidas oficialmente no Pará, sendo que destas, 39 encontram-se regularizadas², 3 foram declaradas³, 12 estão em estudo⁴, 4 foram encaminhadas

¹ <http://www.funai.gov.br/>

²Regularizadas: Terras que, após o decreto de homologação, foram registradas em Cartório em nome da União e na Secretaria do Patrimônio da União.

às Reservas Indígenas⁵, 5 foram delimitadas⁶ e 1 homologada⁷, essas TIs possuem uma população ascendente de aproximadamente 32.840 indígenas (SILVA, 2012).

A preocupação com os povos indígenas e seus territórios no Brasil têm se tornado pauta de defesa constante, tendo em vista que eles possuem suas terras ainda conservadas e protegidas, por essa razão, a conservação das TIs se tornam estratégias para a conservação dos ecossistemas e da biodiversidade mundial (KAHWAGE; LOBATO, 2011).

Diante deste cenário e da busca destes povos pela implementação da atividade turística em seus territórios, se faz necessário o debate, tanto no âmbito político-institucional quanto na academia, pois está em questão tanto o uso, a posse e o manejo destas áreas, quanto a conservação da biodiversidade da fauna e da flora brasileiras, pois a mesma é vítima de biopirataria, assim como de extrativistas, grileiros e entre outros, objetivando aproveitar-se de tal riqueza.

O turismo em TIs vem se constituindo como uma ferramenta importante para a mitigação da vulnerabilidade socioeconômica, e por esta razão, vem sendo debatido em várias esferas, logo, há a necessidade de aprofundar estes estudos, pois agregará valor tanto para os povos indígenas, no que se refere a melhora da renda, a valorização e reconhecimento da sua cultura, quanto para a sociedade não indígena a qual poderá realizar visitas de forma legal.

Como o turismo se constitui uma atividade ainda recente nas TIs brasileiras e encontra-se em fase de implementação e regulamentação, a nomenclatura utilizada anteriormente para definir os tipos de turismo que ocorriam nas TIs gerava confusão já que não havia uma definição dos segmentos que poderiam ser realizados na aldeia, o qual só se estabeleceu com a IN 3/2015, estabelecendo somente o turismo nos segmentos de etnoturismo e ecoturismo. Segundo Lustosa (2012, P. 86): “De fato, torna-se difícil considerar que o turismo em territórios indígenas, torne-se fenômeno suscetível de abarcar várias modalidades turísticas, bem como seja encapsulado no modelo padronizado do Manual Indígena de Ecoturismo”.

³Declaradas: Terras que obtiveram a expedição da Portaria Declaratória pelo Ministro da Justiça e estão autorizadas para serem demarcadas fisicamente, com a materialização dos marcos e georreferenciamento.

⁴Em estudo: Realização dos estudos antropológicos, históricos, fundiários, cartográficos e ambientais, que fundamentam a identificação e a delimitação da terra indígena.

⁵Encaminhadas com Reserva Indígena (RI): Áreas que se encontram em procedimento administrativo visando sua aquisição (compra direta, desapropriação ou doação).

⁶Delimitadas: Terras que tiveram os estudos aprovados pela Presidência da Funai, com a sua conclusão publicada no Diário Oficial da União e do Estado, e que se encontram na fase do contraditório administrativo ou em análise pelo Ministério da Justiça, para decisão acerca da expedição de Portaria Declaratória da posse tradicional indígena.

⁷Homologadas: Terras que possuem os seus limites materializados e georreferenciados, cuja demarcação administrativa foi homologada por decreto Presidencial.

Diante da evolução da atividade turística no Brasil e, no Mundo, e com a expressividade que esta veio ganhando nas últimas décadas, movimentando diversos setores, e gerando trabalho e renda, além de atrair a atenção de diversas áreas de estudos que ao ver a dimensão dos impactos que a atividade turística causava, iniciaram estudos partindo da ótica de sua formação, as quais trouxeram grandes contribuições para os estudos do turismo. Passou a se pensar sobre a atividade turística não só pela ótica economicista, como também pelo viés social, político, cultural, ambiental, étnico (DIAS, 2003).

Sendo o Brasil um dos países com uma das maiores biodiversidades do planeta, por esse motivo passou a atrair a atenção não só de estudiosos, como de turistas e interessados em conhecer a diversidade existente, mas atenta-se que mesmo diante de tanta riqueza, o Brasil não consegue trabalhá-la a seu favor e marginaliza os princípios da sustentabilidade, tanto no que se refere ao turismo, quanto as demais esferas territoriais.

No entanto, é nesse cenário que surge a crise do modelo do crescimento econômico, percebendo-se que a relação entre homem e planeta se encontra indubitavelmente comprometida. A sociedade cresce cada vez mais e com ela o seu consumismo também, e este pode ser percebido logo após o período pós-guerra, onde também surgiram as crises ambientais.

As inquietações relacionadas ao desenvolvimento do planeta passam a gerar discussões, e com isso os movimentos ambientalistas começam a se reunir e promover debates, conforme os pilares da Conferência de Estocolmo promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1972. A partir deste, e de outros eventos de relevância, como a Rio-92, e o Rio+10 em Joannesburgo; o Relatório Brundtland; e o Protocolo de Kyoto, estes têm por objetivo à conscientização da população com relação ao desenvolvimento relacionado ao uso sustentável do meio ambiente.

Estando o turismo na linha de frente das mudanças territoriais, por aumentar o consumo do espaço e meio ambiente, os movimentos ambientalistas passaram a questionar e a reivindicar mudanças na forma como a atividade vem sendo desenvolvida, por essa razão, passaram a cobrar do poder público e dos representantes legais a concretização de atividades que visassem a sustentabilidade de hoje e das gerações futuras, para que seja alcançado tal objetivo, há uma busca constante em dialogar com as comunidades locais, atentando para novas formas de planejamento, bem como para o diálogo entre o poder executivo e as instâncias de governança, sejam elas a sociedade civil organizada, como as Organizações não governamentais, bem como as associações locais na tentativa de gerir o turismo em favor dos autóctones.

Neste momento, invertem-se os parâmetros, e ao invés de deixar as comunidades de fora dos processos tanto de planejamento, gestão, quanto aos benefícios socioeconômicos, da atividade turística, estas passaram a ser consideradas elementos fundamentais para a compreensão e desenvolvimento do turismo, ocorrendo assim de forma sustentada, valorizando a mão de obra local, gerando renda de forma equitativa, bem como a valorização cultural e do fortalecimento da identidade destas populações. Por valorizar o desenvolvimento sustentável pautado na escala humana para se atingir o etnodesenvolvimento, é que se faz necessária esta pesquisa.

Para que o turismo ocorra e possa gerar benefícios para as comunidades, no qual esta inserida, deverá basear nos princípios do desenvolvimento sustentável, o qual prioriza o atendimento das necessidades básicas: saúde, educação, moradia, discernimento político e capacidade de escolha, ou seja, as garantias de liberdade apontadas por Sen (2000), no qual a preocupação deve ser primeiramente com o bem-estar das populações locais, para depois pensar em atender o mercado consumidor.

Com isso, busca-se diversificar e segmentar a atividade turística que vise à priorização dessas bases, pensando em novas formas de organização, que possa atender as necessidades destes novos consumidores, pois os mesmos estão cada vez mais exigentes. Dessa maneira, priorizar a localidade e não os interesses dos empresários ligados ao turismo, é um método importante para que que ocorra a valorização das comunidades tradicionais, que passaram a ter interesse em desenvolver o turismo em suas terras, inclusive os povos indígenas, onde algumas etnias iniciaram, mesmo que ilegalmente, o processo de visitação de turistas à sua aldeia.

Por este motivo, eles passaram a dialogar e demandar dos órgãos responsáveis sua regulamentação e a legalização do turismo, que possibilitando assim a realização da atividade turística em suas aldeias. Este interesse se reverbera a cada dia, pois é uma possibilidade de gerar renda e perpetuarem assim sua cultura. Por tudo que foi exposto, chegam-se as discussões do turismo, que vem sendo realizado em terras indígenas.

Dentre todos os povos indígenas, foi delimitada para a realização do estudo de mestrado em turismo a comunidade indígena de Las Casas, a qual demandou que se realizasse o estudo para saber a viabilidade da implantação da atividade turística em suas terras, dessa forma, no ano de 2012, decidiu-se elaborar e propor o projeto para ingresso no curso de Mestrado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte no ano de 2013.

A primeira iniciativa foi dar continuidade ao tema desenvolvido na Graduação que trabalhou com a Terra Indígena Las Casas, entretanto, a pesquisa desenvolvida na monografia, foi apenas o início da vida de pesquisadora e cientista. A mesma deu frutos, pois atendeu a demanda da comunidade, que objetivavam trabalhar com o turismo, a referente pesquisa intitulou-se: Turismo indígena: uma alternativa para o etnodesenvolvimento do povo Mebêngôkrê-Kayapó da terra indígena Las Casas – PA.

A referida pesquisa teve por objetivo diagnosticar, junto a comunidade, os potenciais turísticos culturais existentes, com a finalidade de serem implementados em um possível projeto de turismo, no qual, segundo os mesmos, pudessem promover práticas interculturais por meio da interação dialógica entre moradores e visitantes, e ao mesmo tempo, promover alternativas de geração de renda, de propagação da cultural local e do desenvolvimento ambientalmente sustentáveis. No intuito de atender satisfatoriamente aos objetivos propostos da pesquisa, realizou a pesquisa de campo na terra indígena Las Casas no período de novembro de 2011 e março de 2012.

Com a pesquisa realizada na aldeia, deparou-se com a realidade da comunidade, identificando assim, seus potenciais atrativos a serem trabalhados turisticamente, porém este deveria ser planejado de forma participativa, mediante a necessidade de aprofundar as discussões acerca desta temática, direcionando-o para a construção da dissertação, dessa forma, demandou a realização de novas consultas a comunidade para aprofundar o debate.

A concretização da pesquisa só foi possível em decorrência da abordagem do desenvolvimento pautada pela discussão da sustentabilidade dos passivos socioambiental e econômico, assim, procurou-se investigar a comunidade da aldeia Tekrejarôti-re que está inserida dentro da terra indígena Las Casas, situada dentro dos municípios de Pau D'arco, Floresta do Araguaia e Redenção, no Sudeste Paraense. Buscando identificar através de metodologias participativas as características dos lugares, costumes, hábitos, e valores, que fazem parte tanto da vida da referida população, quanto se configura como elemento potencial para a constituição das atividades turísticas, pretendida pela comunidade, através da implementação do projeto intitulado Vivência Indígena Parityk Kayapó, de autoria dos próprios moradores e pensado durante a realização da pesquisa.

A comunidade optou pela vivência, por sua forma de organização, planejamento e participação, o qual deixa a comunidade livre para realizar suas atividades, e o turista livre para escolher o que quer vivenciar, já que para este povo a atividade turística deve ser uma forma de ajudar no fortalecimento da identidade cultural local, além de gerar renda,

agregando valor as potencialidades locais. Entendendo-se que o conhecimento que este pretende proporcionar, através da vivência, tem como principal diferencial a alteridade que é “produto de duplo processo de construção e de exclusão social que, indissoluvelmente ligados como os dois lados duma mesma folha, mantém sua unidade por meio de um sistema de representações” (JODELET, 1998, p. 47), sendo neste caso o encontro com o diferente, o “outro”, ou “novo”, o qual a comunidade se fortalece, tendo como base o diálogo intercultural galgado na diversidade existente na cultura destes povos que mantém suas unidades e dialogam com seus visitantes, para que haja, assim, a troca de saberes.

Neste trabalho, a palavra comunidade é utilizada como grupo de pessoas que habitam uma localidade específica, neste caso, a aldeia, se constituindo em um espaço geográfico restrito.

Os impactos socioculturais advindos do fluxo turístico podem ser positivos ou negativos para a população visitada, dependendo da natureza do contato. Em Las Casas este é um assunto que vem sendo debatido há alguns anos, e se tornando cada dia mais uma questão presente. A comunidade pretende implementar o turismo na aldeia, com vistas a receber turistas e realizar uma vivência intercultural, porém, estas discussões estão pautadas pelos princípios do turismo de base comunitária norteada pelo desenvolvimento sustentável.

Buscou-se realizar como metodologia adotada os princípios planejamento participativo, onde o cerne da discussão passa pelo crivo da comunidade, pois ela é o principal elemento para a concretização desta forma de organização social, tendo em vista que a mesma por viver e conhecer sobre a realidade vivida pode definir o que será relevante para seu povo. Por essa razão, e intencionando amenizar as tensões e questionamentos sobre o modo de vivência a qual serão submetidos em futuro projeto de turismo. Percebe-se que, enquanto alguns moradores demonstram desânimo para participar e planejar, a grande maioria relata e acredita que esta atividade pode ser de grande importância econômica e cultural.

A comunidade acredita que com a implementação da atividade turística na aldeia, pode contribuir na diminuição da marginalização das culturas indígenas, no fortalecimento cultural, diminuindo assim o êxodo rural, ajudando a melhorar a infraestrutura de acesso, além da geração de renda.

Pretende-se com este estudo, obter resultados que demonstrem a importância do etnodesenvolvimento como uma forma de planejamento para estas TIs, onde este deve buscar fomentar uma prática cultural e ambientalmente sustentáveis, se constituindo numa atividade

social e culturalmente relevante a curto, médio e longo prazo, no que se refere aos aspectos ambientais e econômicos.

Dessa forma, o problema da pesquisa iniciou-se com os seguintes questionamentos que serviram de base para a condução do trabalho: Como pode o turismo de base comunitária contribuir para o desenvolvimento sustentável da terra indígena Las Casas?

Como objetivo geral buscou-se compreender a contribuição que o turismo de base comunitária pode gerar no processo de etnodesenvolvimento da comunidade da Aldeia Tekrejarôti-re inserida na terra indígena Las Casas no Sul do Pará. Para que fosse alcançado o objetivo geral estabelecido por esta pesquisa, foram traçados objetivos específicos: a) Caracterizar a comunidade em seus aspectos sociais, econômicos, culturais, políticos e ambientais; b) Verificar as perspectivas e vantagens da comunidade indígena de Tekrejarôti-re em relação a possível efetivação e realização da prática do turismo em suas terras e o que esta pode acrescentar; c) Levantar os principais desafios enfrentados pela comunidade, tendo em vista uma possível implementação do turismo de base comunitária, e por fim, d) Levantar a infraestrutura de acesso, equipamentos e atrativos turísticos dos municípios.

O trabalho está dividido em cinco seções. A primeira seção traz a introdução, a qual faz uma explanação geral sobre as subdivisões do trabalho e apresenta os principais tópicos que serão desenvolvidos ao longo da pesquisa.

Já a segunda seção diz respeito aos aspectos metodológicos trabalhados nesta pesquisa, a fim de possibilitar a maior compreensão do leitor.

Na terceira seção, apresenta-se a fundamentação teórica que aborda o turismo em seu contexto mundial e brasileiro, e a importância que esta atividade veio ganhando nas últimas décadas, movimentando diversos setores, gerando trabalho e renda, atraindo a atenção de diversas áreas de estudos que passaram a estudar o fenômeno a partir da ótica de sua formação acadêmica, trazendo contribuições para os estudos do turismo. Passou-se a observar e analisar a atividade turística não só pela ótica economicista, como também pelo viés social, político, cultural, ambiental, étnico, chegando até a forma de organização do turismo de base comunitária como sendo uma ferramenta importante na promoção do turismo em terras indígenas, e também, esta seção traz a discussão de como se apresenta as políticas que visam a regulamentação desta atividade.

A quarta seção do trabalho traz discussões como se deu o surgimento das discussões sobre o desenvolvimento, culminando até os debates sobre o etnodesenvolvimento, além de fazer um breve diálogo com as metodologias participativas, e a

importância e contribuição que estes debates pode ter para a organização e desenvolvimento do turismo.

Na quinta seção, apresenta-se como a aldeia Tekrejarôti-re vem trabalhando no processo de implementação da atividade turística, a partir dos resultados da pesquisa, fazendo uma relação destes com as discussões realizadas durante o trabalho, tratando as ações desenvolvidas com vistas a futura implementação do turismo na aldeia, pautados pelas diretrizes do turismo de base comunitária que se constitui como um vetor de etnodesenvolvimento.

E por fim, apresenta-se as considerações finais trazendo a conclusão das questões e objetivos que nortearam a pesquisa e foram desenvolvidos ao longo do trabalho.

2 A COMUNIDADE MEBÊNGÔKRE - KAYAPÓ DA TERRA INDÍGENA LAS CASAS –PA: caminhos metodológicos

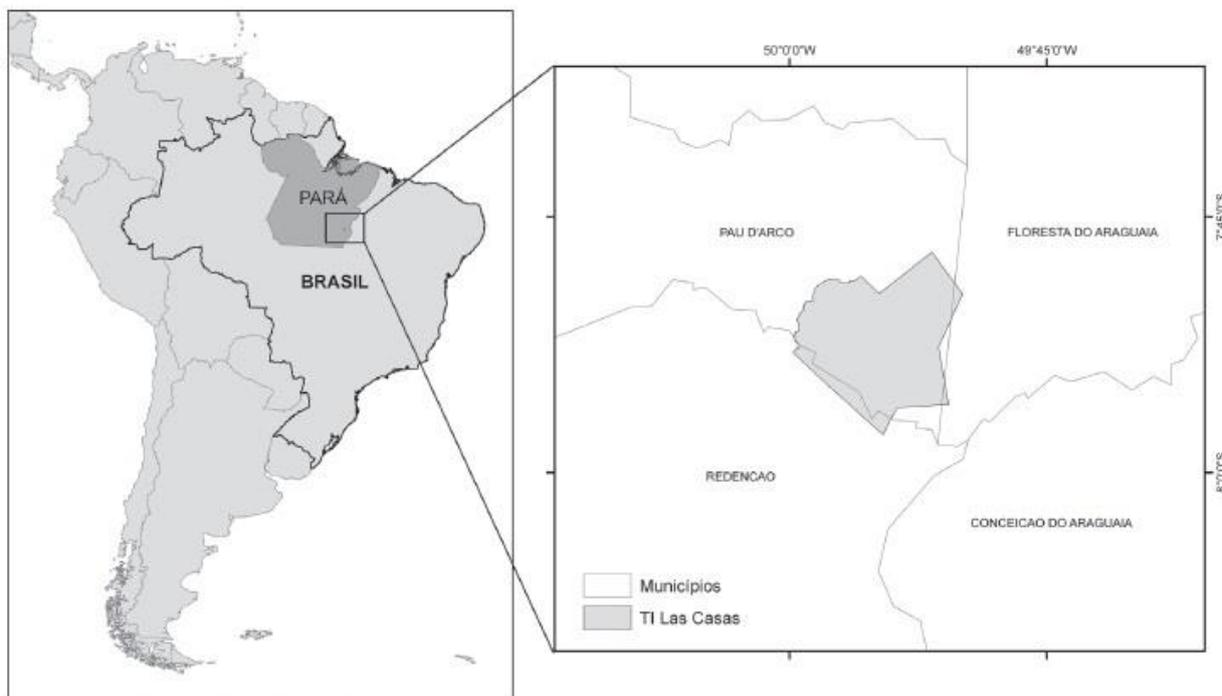
2.1 Metodologia e conjunto de técnicas

Neste capítulo será apresentada a metodologia, o método e o conjunto de técnicas que foram utilizadas na construção desta dissertação.

A presente pesquisa possui um corte temporal transversal, a qual tem seu início em 2011 com os primeiros trabalhos de campos que foram realizados para atender a demanda da comunidade que cogitava trabalhar com o turismo, até a atualidade 2015, sendo possível dentro deste recorte contemplar todas as ações desenvolvidas até a concretização da escrita do trabalho.

Quanto ao recorte espacial da pesquisa, este pode ser visualizado no Mapa 1 que define a delimitação da área de estudo, a qual está localizada no Sudeste do Estado do Pará, entre os municípios de Pau D'arco, Redenção, Floresta do Araguaia e Conceição do Araguaia.

Mapa 1 – Localização da Terra Indígena Las Casas no Brasil e no Estado do Pará



Fonte: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2011.

Para este estudo, utilizou-se a abordagem qualitativa. No primeiro momento, a pesquisa teve um caráter exploratório para vivenciar o dia a dia na comunidade, estreitando os laços entre pesquisador e a comunidade de Tekrejarôti-re, bem como proporcionou a realização de diálogos com responsáveis das secretarias que trabalham com a atividade

turística nos municípios na qual a terra indígena está inserida, facilitando o entendimento da infraestrutura local que estes municípios dispõem para o turismo. Dessa forma, foi que se obteve maiores informações sobre o campo investigado, permitindo que se fosse realizado um estudo do tema por diversos ângulos e aspectos.

Em seguida a pesquisa assume caráter descritivo, onde buscou-se observar, registrar, correlacionar e descrever os fenômenos de uma determinada realidade sem alterá-los (manipulá-los). Procurou-se conhecer e entender as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e cultural da Terra Indígena Las Casas, principalmente na aldeia Tekrejarôti-re, e também de que forma os municípios em que a TI está inserida podem auxiliar quando implementado a atividade turística nesta aldeia.

Normalmente, na pesquisa qualitativa o pesquisador busca entender e interpretar os fenômenos estudados, baseados na perspectiva dos participantes, sendo o caráter descritivo uma das principais características desta metodologia, onde por meio do empirismo científico, ocorre a coleta de dados, que se permite entender esse conjunto de significados.

A estratégia de pesquisa adotada foi a pesquisa-ação, que permite obter o conhecimento em primeira mão sobre a realidade social empírica. Por meio dessa estratégia houve a oportunidade de desenvolver um maior nível de confiança com os participantes da pesquisa. Neste tipo de pesquisa, o papel do pesquisador pode ser visto como de um consultor, orientador ou colaborador (HOESHT, 1996).

Para alcançar os objetivos propostos, foram utilizadas técnicas e procedimentos metodológicos que seguiram as considerações de Thiollent (2002), o qual traz como principal enfoque a pesquisa participativa, na qual neste processo, é possível revelar as perspectivas complexas que refletem as realidades vivenciadas por diferentes pessoas ou grupos.

Por muitos anos os pesquisadores tinham medo de usar a metodologia participativa, pois achavam “(...) com esse adjetivo, ela se tornaria menos científica, ou mais exposta a manipulações” (THIOLLENT, 2002, p. 3).

Dessa forma, para se ter um nível de confiabilidade, foi que se buscou trabalhar com o propósito de facilitar aos indivíduos e grupos por meio do diálogo, que se pensassem em construir propostas em que considerassem seus significados, crenças, valores, aspirações e atitudes, sobre situações cotidianas na busca do desenvolvimento (MINAYO; SANCHES, 1993; HOESHT, 1996).

Thiollent (2002, p. 4) afirma que “a pesquisa-ação é realizada em um espaço de interlocução onde os atores implicados participam na resolução dos problemas, com conhecimentos diferenciados, propondo soluções e aprendendo na ação”, sendo assim, os

participantes vivenciam e lidam com as problemáticas por eles postas e podem experienciá-las, proporcionando uma maior compreensão por parte de cada ator social envolvido.

Para subsidiar a pesquisa qualitativa e realizar a coleta de dados primários, foi utilizada a técnica da observação participante, com a participação real do pesquisador, incorporando-se junto à comunidade investigada. Este tipo de técnica, permite que o pesquisador não fique apenas na teoria da observação, ele também tende a participar das atividades desenvolvidas pela comunidade.

Utilizou-se também das técnicas da oficina de diagnóstico participativo e da técnica de Grupo-Focal (*Focus Group Research*), já que esta permite que o pesquisador faça uma análise das reações grupais, diante das questões perguntadas e diante das questões que surgem durante as reuniões. Esta técnica permite ainda que haja o debate em grupo, a qual contribuiu não só para a explanação, como também para o surgimento de novas questões pensadas pela comunidade e que foi exposta e dialogada entre todos até se chegar a um consenso (HOESHT, 1996).

Com a técnica do grupo focal, objetivou-se verificar a percepção da comunidade sobre a capacidade de organização, participação social e planejamento conjunto da futura atividade de turismo tão almejada pela comunidade. No emprego desta técnica não houve regras de participação, já que a intenção era deixar a comunidade a vontade para dialogar a respeito das inquietações, dúvidas e questões que individualmente ou coletivamente a comunidade acreditava ser pertinente. A única consideração levada em conta pelo moderador/pesquisador foi de garantir a participação de todos nos debates e assegurar que os principais temas como o valor das taxas a serem cobradas, o projeto de turismo, o uso da imagem pelo futuro turista, a destinação da renda.

O emprego da técnica de oficinas, reuniões e grupo focal se deu devido a necessidade de adequação da metodologia em relação ao tempo em campo, o qual se tornou curto por conta da burocracia para adquirir a autorização pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e FUNAI para a realização da pesquisa. Além do mais, durante a pesquisa de campo houve também festas e rituais que acabam por mobilizar a comunidade no processo de organização, havendo assim a dispersão de todos, tornando-se difícil realizar entrevistas individuais, e havendo então a necessidade de adequar e ajustar as técnicas de coleta conforme o tempo da comunidade.

Como instrumentos para a coleta de dados foi utilizado a entrevista semiestruturada, dirigida, seguindo um roteiro temático dos objetivos da pesquisa, e não dirigida, conduzindo a entrevista numa forma espontânea de conversação, e houve também a

utilização do diário de campo e gravações de áudio e vídeo quando permitido pelos participantes, além da transcrição dos depoimentos e utilização do material coletado em campo para a pesquisa de Silva (2012) já mencionada anteriormente.

O método escolhido foi o dialético, proposto e fundamentado por Hegel, por considerar que os fatos devem ser considerados dentro de um contexto social, político, econômico, etc. sendo este um método de interpretação o qual é dinâmico e que preza pela realidade (GIL, 2008; LAKATOS & MARCONI, 2001).

Para o levantamento dos dados secundários, foi realizada a pesquisa bibliográfica, que buscou levantar publicações relacionadas ao tema do estudo, estas publicações abrangem: livros, monografias, dissertações, teses, artigos, meios de comunicação e a utilização de sites disponíveis na internet.

2.2 Procedimentos éticos

Por se tratar de uma pesquisa trabalhada no âmbito de uma terra indígena, foi necessário antes da realização da coleta de dados, que primeiramente fossem executados alguns procedimentos éticos que tratam a respeito do Acesso ao Conhecimento Tradicional, onde fez-se necessário solicitar perante o IPHAN e a FUNAI uma autorização de ingresso na TI Las Casas, processo este que teve início em outubro de 2013, e que contou com alguns percalços que atrasaram o cronograma de pesquisa.

Este processo consiste em algumas etapas, o qual foi necessário visitar a aldeia, pois, para que a comunidade aceitasse a realização do trabalho, teve-se que elaborar e apresentar um documento que se chama o Termo de Anuência Previa (TAP), no qual aponta e mostra como se dará o trabalho. O TAP é um documento fundamental para solicitar autorizações de pesquisa perante a aldeia e os órgãos responsáveis.

Este documento foi apresentado à comunidade durante uma reunião, a qual tinha por finalidade expor os objetivos do projeto de pesquisa. Nesta apresentação, também se tem a oportunidade de a comunidade apresentar seu ponto de vista caso não concordo com algum ponto do projeto, além de expor se há alguma exigência e/ou demanda específica para que estas possam estar asseguradas pelo termo.

Após apresentado e assinado pelas autoridades indígenas e pela comunidade, todo o material documental, foi enviado aos órgãos competentes para que procedessem com a autorização. O IPHAN, desde o ano 2012, é responsável pelas autorizações de pesquisas que envolvem conhecimentos tradicionais dos povos indígenas e demais populações tradicionais

sobre a biodiversidade, isto é, sobre as plantas e animais e sobre o patrimônio genético. Essa autorização também teve que tramitar junto a Coordenação de Estudos e Pesquisas da FUNAI em Brasília.

A autorização ficou pronta somente em novembro de 2014 (conforme constam em anexo), e só de posse delas é que foi permitido realizar o campo da pesquisa, tornando o tempo curto para a concretização do trabalho.

É necessário salientar, que as burocracias para as autorizações acabam por dificultar ainda mais que a pesquisa seja desenvolvida em toda sua plenitude. E por isso, a necessidade de adequação das técnicas utilizadas em campo.

2.3 Universo da pesquisa e coleta dos dados

O universo da pesquisa é constituído pela comunidade indígena da aldeia Tekrejarôti-re, inserida na Terra Indígena Las Casas, que conta com uma população atualmente de 183 pessoas, as quais estão distribuídas de acordo com os seguintes níveis de idade apresentados no quadro 1:

Quadro 1: População da aldeia Tekrejarôti-re

| População Tekrejarôti-re | Total – 183 |
|---------------------------------|--------------------|
| Crianças de 0 a 12 anos | 74 |
| Jovens de 12 a 18 anos | 24 |
| Adultos – acima de 18 anos | 85 |

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Como exposto no quadro 1, da população da aldeia, 74 são crianças, e estas não se inserem no universo da pesquisa por não desempenharem ainda papel na tomada de decisões da aldeia. Porém, a partir dos 12 anos de idade como já constituem famílias, estes podem ser considerados juntamente com os adultos. No entanto, muitos destes jovens não são ativos e participantes nas reuniões. Normalmente, somente os adultos é que possuem maior participação e estão mais engajados nas atividades, e isto se deve até a própria organização social Kayapó.

Conforme a conjuntura social da tribo existe uma natural posição de autoridade nas tomadas de decisões a qual está direcionada aos indivíduos mais velhos, desta forma, dos 109 participantes aptos a contribuir para a pesquisa, conforme os números apontados no

quadro 1, apresenta-se um número de 40 indivíduos que representam aqueles que são mais ativos nas reuniões, sempre tem voz e participam das definições tomadas em relação a vida em comunidade.

Portanto, para a consideração do universo da pesquisa, foi utilizada a técnica de amostragem não-probabilística por julgamento, quando o pesquisador “seleciona o que acredita ser a melhor amostra para o estudo de um determinado problema” (DENCKER, 1998, p. 179). Dessa forma, as entrevistas ocorreram com os homens, pois eles possuem maior domínio do Português. Houve tentativas de inserir mulheres como respondentes também, mas elas tiveram grande dificuldade em se expressar e entender em Português.

Devido a isso, optou-se que o universo a ser considerado, seriam os grupos mais ativos e participantes nas reuniões e oficinas, na qual por meio da técnica do grupo focal os atores da comunidade se sentiam mais a vontade para participar e tomavam as decisões coletivamente, priorizando a participação social para se chegar ao consenso.

Já em relação ao diálogo com os responsáveis pelas Secretarias de Turismo dos municípios, aconteceram através das visitas em duas secretarias. As visitas foram realizadas por meio da conveniência e conforme o interesse do secretário em se disponibilizar para o diálogo. Em relação a visita as secretarias, apesar de a Terra Indígena está cercada por 4 municípios, optou-se devido ao curto tempo, em visitar e conhecer a infraestrutura de somente três municípios os quais possuem mais proximidade da aldeia e onde a comunidade possui uma relação mais direta, que foram as secretarias de Conceição do Araguaia, de Redenção e de Pau D'arco. Contudo, foi difícil o contato com a secretaria de Pau D'arco, mas foi possível conhecer a cidade e infraestrutura.

Destas, somente a secretária de Turismo de Conceição do Araguaia foi mais acessível, onde foi possível ter uma conversa informal, e teve-se acesso ao Plano de Turismo Municipal, já as outras secretarias dos outros municípios se mostraram prestativas a fazer o levantamento da oferta turística, mas logo depois se eximiram em responder e apresentaram diferentes razões, dentre estas: a falta de mão de obra para fazer o levantamento, a troca de secretários e ocorrência de doenças.

Considerou-se a opinião da comunidade sobre os municípios que acreditavam ser mais acessível e com melhor infraestrutura, e que poderia se constituir como uma atividade a parte para os turistas que tiverem curiosidade em conhecer ainda mais sobre a região.

Para a realização da coleta de dados em campo, esta só foi possível, após a liberação das autorizações pelo Diário Oficial da União (DOU), portanto, a mesma ocorreu de 27 novembro de 2014 a 09 de dezembro de 2014, onde foi possível realizar oficinas,

reuniões, cursos, imersão no dia-a-dia, da qual participaram os indígenas interessados, tendo como finalidade levantar os dados locais e socioeconômicos.

Nestas oficinas e reuniões, devido as mulheres Kayapó não falarem o português fluentemente e nem a autora da pesquisa o Mebêngôkrê, normalmente há a participação de um dos homens Kayapó que faz a tradução para toda a comunidade, geralmente os tradutores são indígenas locais que são professores na escola que há na aldeia, pois eles são os que possuem maior domínio da língua portuguesa.

Nestas técnicas de aprendizagem utilizadas nas reuniões, priorizou-se a participação da comunidade, e nas oficinas buscou-se identificar os problemas presentes na aldeia de forma participativa e foram sempre trabalhadas por meio de grupos femininos e masculinos.

A primeira oficina aplicada na comunidade foi feita por meio do “diagnóstico participativo”, na qual a comunidade foi dividida em dois grupos, com a intenção de obter visões diferenciadas do ambiente. O diagnóstico é composto de três perguntas chaves para os grupos responderem: O que temos? (se referenciando os problemas, e oportunidades), O que queremos? (referindo-se aos desejos da comunidade), como conseguirmos? (onde os grupos ao fim refletem e apontam soluções para as outras questões da atividade). No fim da oficina foram confeccionados três painéis com as respostas das perguntas, e depois foi escolhido pelo grupo um membro que fez a apresentação dos resultados da oficina.

Já a outra oficina abordou o tema relacionado à Economia Solidária, e teve como objetivo, fortalecer os laços de cooperação e mostrar o papel de uma associação no contexto dos moradores. Já que a comunidade apresenta a associação como uma forma de gerir os recursos advindos de um futuro projeto de turismo. Esta oficina foi importante pois, segundo as diretrizes do TBC aliadas as metodologias participativas, o fortalecimento da comunidade através da participação, cooperação, associativismo e comprometimento, são instrumentos importantes no processo de organização e planejamento da atividade turística em todas as instâncias.

Foram ministradas também, oficinas relacionadas a explanação sobre os segmentos da atividade turística e da forma de organização a qual o turismo de base comunitária prioriza e está baseado, já que são estes os preceitos que nortearão o planejamento da atividade na aldeia. Houve a realização de caminhadas pelo campo, com a finalidade de identificar os lugares importantes e que seriam inseridos no possível roteiro, sendo estes georreferenciados e que comporá não só a dissertação como a proposta do projeto

da atividade turística que deve ser encaminhada a FUNAI para a regulamentação e implementação da atividade.

Importante frisar que os pontos georreferenciados e que compõem o mapa de importância turística para o futuro projeto da vivência indígena, é produto das oficinas e foram levantados de maneira participativa, já que foi realizado através do acompanhamento das atividades diárias executadas pelas famílias. Além do levantamento dos pontos, registrou-se também os recursos e materiais que são mais utilizados, como os transformam, e de onde advém.

Também foi possível levantar mais informações por meio de reuniões, entrevistas e histórias de vida das pessoas da comunidade, os quais permitiram registros, e outras que foram tomadas notas nos diários de campo e também por meio de fotografias e de filmagens onde há a autorização assinada pela comunidade para uso em trabalhos acadêmicos e possível divulgação do turismo na aldeia.

Faz-se necessário lembrar que todas estas informações serão devolvidas às comunidades em forma de mapas, relatórios com textos e a própria dissertação, além das fotografias impressas e DVDs.

Com a realização das oficinas e do diagnóstico participativo foi possível identificar os problemas visualizados pela comunidade, assim como as atividades e aspectos relevantes para o turismo e a melhoria na aldeia. Foi possível também tomar decisões conjuntas sobre a futura implementação turismo de base comunitária na aldeia, e foram tomadas decisões sobre como será realizado o trabalho, os valores e sua forma de distribuição entre a comunidade, a forma a ser trabalhado o turismo na aldeia, os lugares, festas e rituais abertos para a participação dos turistas.

Foram realizados também registros fotográficos e fonográficos, as quais foram autorizadas pela comunidade através de um termo apresentado e assinado em reunião.

2.4 Tratamento e análise dos dados

O método de análise a ser utilizado no presente trabalho é a análise de conteúdo que é um conjunto de técnicas de análise das comunicações e utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo da mensagem (BARDIN, 2009). Para corroborar "El análisis de contenido se refiere a un grupo de técnicas destinadas a determinar ciertas características de la comunicación verbal, sea escrita u oral" (HAYMANN, 1973, p. 126).

Esse método tende a classificar palavras, frases, parágrafos, etc. E para a análise é utilizado a conceituação, a codificação e interpretação por parte do pesquisador.

É necessário salientar que na análise de conteúdo há duas funções que merecem grande destaque, onde segundo Gomes (1994), estas são:

- 1- Verificação de hipóteses ou questões (onde é possível encontrar as respostas para as questões formuladas ou afirmar as hipóteses postas).
- 2- Descobrir o que está implícito e intrínseco nos conteúdos manifestos.

As questões e objetivos centrais que norteiam a pesquisa estão identificadas no quadro metodológico abaixo, delineando como se deu a metodologia da pesquisa e as técnicas de coleta e análise para se atingir os objetivos propostos.

Quadro 2 - Quadro metodológico

| PROBLEMA/QUESTÃO | OBJETIVOS ESPECÍFICOS | TÉCNICAS DE COLETA | TÉCNICAS DE ANÁLISE |
|---|--|--|----------------------------|
| <p>PROBLEMA</p> <p>O turismo de base comunitária pode contribuir no processo de etnodesenvolvimento da comunidade de Tekrejarôti-re?</p> <p>QUESTÃO</p> <p>Analisar a contribuição que a implementação do turismo de base comunitária pode gerar no processo de etnodesenvolvimento do povo Mebêngôkre-Kayapó da aldeia Tekrejarôti-re que habita terra indígena Las Casas no Sul do Estado do Pará</p> | a) Caracterizar a comunidade em seus aspectos sociais, econômicos, culturais, políticos e ambientais; | Entrevistas semiestruturadas Realização de oficinas Reuniões Coletivas | Análise de conteúdo |
| | b) Verificar as perspectivas e vantagens da comunidade de Tekrejarôti-re em relação a possível efetivação e realização da prática do turismo em suas terras e o que esta pode acrescentar; | Entrevistas semiestruturadas | Análise de conteúdo |
| | c) Levantar os principais desafios enfrentados pela comunidade, tendo em vista uma possível implementação do turismo de base comunitária, | Realização de oficinas | Análise de conteúdo |
| | d) Levantar a infraestrutura de acesso, equipamentos e atrativos turísticos dos municípios. | Entrevistas Informais | Análise de Conteúdo |

Fonte: Dados da Pesquisa, 2013.

Os dados levantados através das técnicas e instrumentos mencionados anteriormente, foram analisados e separados de acordo com as categorias locais e atividades que devem ser incluídas no futuro projeto de turismo a ser implementado na aldeia.

A análise de conteúdo é composta pelas seguintes fases: pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados obtidos e a interpretação dos resultados. Desta maneira, o método permite fazer as correlações e interpretações dos dados levantados. Esta técnica será empregada tanto para a análise dos dados para a comunidade, quanto para os gestores de turismo dos municípios.

Com a coleta de dados, realizou-se a transcrição das entrevistas e reuniões. Ao se fazer o tratamento dos dados foi considerado os principais posicionamentos dos sujeitos participantes das reuniões e entrevistas, atentando para os questionamentos levantados e que tiveram maior índice de discussão e elementos em relação às dimensões de análises que posteriormente serão explicadas.

Ao longo do trabalho para a preservação da identidade dos atores participantes e entrevistados na pesquisa, foi realizada uma nomeação de forma aleatória. Para personificar os entrevistados, a lista dos atrativos com informações complementares está nos apêndices deste trabalho.

Salienta-se que o tema proposto possui relevância científica, pois trata-se de um assunto que vem sendo inicialmente explorado, necessitando da realização de mais estudos, e trata-se de uma região carente e que atravessa diversos conflitos territoriais e ambientais no Estado do Pará, além de levar em consideração o quantitativo expressivo de terras indígenas que compõe o cenário Paraense, onde 25% é constituído por terras indígenas. Em se tratando do planejamento da atividade e da representatividade que esta pode trazer interdependência com a cultura.

3 DAS DISCUSSÕES SOBRE TURISMO, TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E O TURISMO EM TERRAS INDÍGENAS

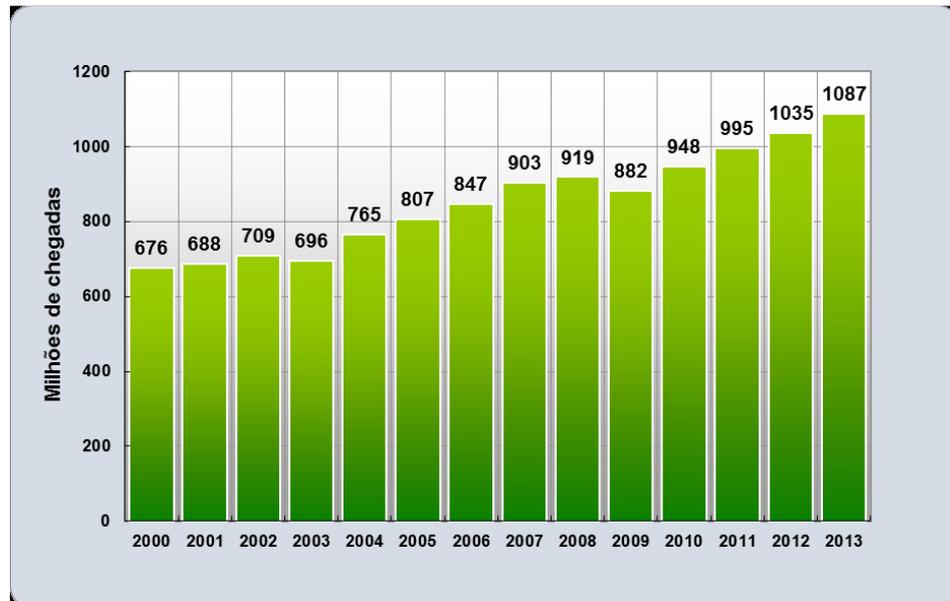
3.1 A evolução do turismo até a contemporaneidade

Dentro do contexto das atividades que mais despontaram nas últimas décadas, o turismo encontra-se entre as três com maior visibilidade por ser um dos setores que geraram mais divisas econômicas, onde segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2014), o turismo fica apenas atrás da indústria petrolífera e seus derivados, porém deve-se atentar que a indústria vislumbra mais diretamente a condição econômica, não atentando para a questão humana, social, ambiental e espacial, já que a atividade turística tem sido considerada como uma das atividades socioculturais e prática espacial, mais dinâmica da atualidade.

A importância da atividade turística no mundo, têm-se dado de maneira bastante expressiva, ganhando destaque como um dos setores mais promissores da atualidade, sendo analisado como um vetor de desenvolvimento social e econômico para muitos países, pois é responsável por uma grande movimentação de pessoas pelo mundo, gerando uma receita de mais 9 bilhões, significativa geração de trabalhos diretos e indiretos, chegando em torno de mais de 204 milhões em toda a cadeia, além de ser responsável por mais de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) (SANCHO, 2001).

As expectativas e previsões em longo prazo apontadas pela OMT (2014), divulgadas no *Tourism Towards 2030*, evidencia que o movimento de turistas internacionais no mundo tende a crescer anualmente 3,3% entre 2010 e 2030, superando 1.400 milhões em 2020 e 1.800 milhões em 2030. Estes dados tomam por base o panorama do turismo no mundo, no qual os dados da OMT podem ser vistos no Gráfico 1, que contempla o período de 2005 e 2013, mostrando que as viagens internacionais cresceram, em média, 3,8% ao ano, chegando a alcançar o recorde de 1.087 milhões de chegadas de turistas em 2013, correspondendo a um aumento de 5% se comparado aos dados apresentados em 2012.

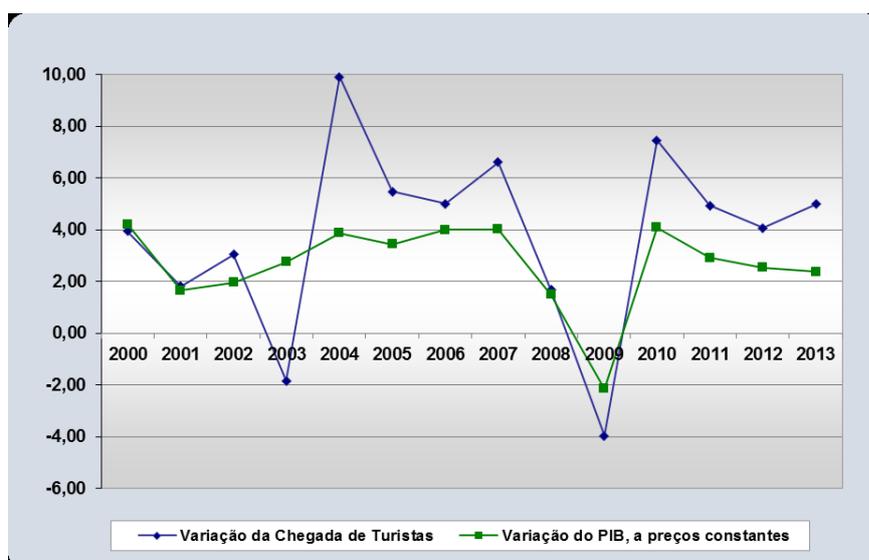
Gráfico 1- Comportamento do Fluxo Turístico Internacional – 2000-2013



Fonte: OMT, 2014.

Conforme os dados divulgados pelo MTUR, nos mostra que o fluxo turístico no Mundo nos últimos anos acompanha o desempenho da economia global, a qual se apresenta muito instável. Pois, apesar do seu elevado crescimento nos últimos anos, o Gráfico 2, a taxa de crescimento está diretamente associada ao consumo, onde seu desempenho é influenciado pelo crescimento no nível de renda dos consumidores efetivos e das demandas em potenciais.

Gráfico 2- Taxa de Crescimento do Turismo Mundial e da Economia



Fonte: OMT e Fundo Monetário Internacional – FMI, 2014.

O gráfico 2 também indica que mesmo que haja uma variação de 7,46% nas chegadas de turistas no mundo em 2010, o que representa um forte crescimento do turismo, e que nos anos de 2011 e 2012, com a crise nos países europeus, onde há uma queda na variação. O percentual volta a ter um crescimento considerável de 4,98% na variação de chegadas de turistas no mundo, mostrando que o turismo atua com notória expressão na economia mundial. Isto se dá devido à condição de viajar, que há alguns anos, vem se tornando algo necessário até para a saúde, além de conferir *status*. Conforme Urry (2001), a saúde mental só será recobrada, caso o ser humano possa viajar de vez em quando.

Em se tratando de termos históricos os estudos relacionados à atividade turística conforme aponta Sancho (2001) e Cooper et al (2001), são relativamente novos, e este é um campo de estudo que perpassa por um processo de crescimento e também maturação. O turismo ganhou maior relevância, somente quando observada a dimensão do seu impacto sobre a economia, ambientes e sociedades, se tornando um tema que passou a ganhar a consideração e a necessidade de estudos por parte da academia.

Os primeiros estudos para a compreensão do turismo basicamente buscaram abranger o fenômeno turístico somente pela ótica dos seus efeitos econômicos, o qual não era suficiente para conceituá-lo, já que é uma atividade complexa e pluricausal no qual estão imbricados diversos setores estruturantes da sociedade. Os conceitos iniciais sobre o turismo frequentemente foram baseados no seu viés positivista e davam ênfase no crescimento econômico e geração de emprego e renda. No entanto, no turismo não se deve trabalhar apenas em um único campo de conhecimento (AZEVEDO et al, 2013). Além do mais, diante da complexidade que esta atividade possui, acaba por se tornar difícil chegar a um conceito universal, sofrendo ainda com indefinições e fraquezas conceituais.

Sendo a atividade turística um campo multidisciplinar, onde estão integradas funções econômica, social, cultural e ecológica, há ainda campos a serem explorados, conforme o autor Xavier (2007, p. 74) aponta “como consequência, abre-se um campo fértil para as pesquisas na busca de maior entendimento das estratégias necessárias para se trabalharem as outras vertentes: a social, a cultural e a ecológica”, inserindo neste contexto a área política.

Diante deste cerne, estudiosos de diversas áreas como a Antropologia, a Sociologia, Geografia, entre outras, passaram a enriquecer as pesquisas trazendo estudos em que fazem essa inter-relação entre o turismo e suas áreas de formação acadêmica. Já que o turismo é uma atividade pluricausal, os estudos também devem ser realizados nos âmbitos social, cultural, político, ecológico e etnográfico. Estas contribuições colaboraram para que o

turismo fosse visto através de outros espectros e não apenas pelo econômico (CORIOLANO, 1999).

A atividade turística passou a ser considerada como um vetor de desenvolvimento por ter elevado crescimento econômico. O turismo ganhou não somente visibilidade econômica por estar à frente de outros setores, mas também social, pois segundo Santos (2010, p. 16) o turismo “tornou-se também um meio de viabilização de projetos de conservação e preservação do patrimônio histórico, artístico, natural, e cultural – este material e imaterial”.

Em se tratando do turismo como atividade organizada, como é conhecida atualmente, essa tem sua gênese a partir das experiências de Tomas Cook na década de 1840, sendo o principal percussor do *Grand Tour*, sendo o fundador da primeira agência de viagens: a Thomas Cook and Son, na qual as atividades turísticas promovidas por esta realizavam excursões pela Europa, permitindo assim que uma parte da população tivesse acesso as viagens de férias (URRY, 2001, SANTANA, 2009, FIGUEIREDO 2010, NÓBREGA, 2013).

Com o surgimento das estradas de ferro, trazendo rapidez e custo baixo às viagens, mas o surgimento do transporte fluvial e marítimo, adventos que facilitaram ainda mais os deslocamentos, vieram a contribuir de forma expressiva para que se expandisse o turismo de massa, iniciando-se a partir dos anos 1870 o desenvolvimento acelerado do turismo na Europa e América do Norte. Cook abriu os caminhos para que se trabalhasse o turismo de massa, no qual as viagens eram realizadas através dos pacotes turísticos.

É importante destacar que inicialmente, estas viagens eram realizadas pelas classes burguesas, porém, no fim da Primeira Guerra Mundial as lutas sindicais conseguiram as férias remuneradas, e uso do tempo livre passou então a ser mercantilizado (SANTANA, 2009).

Desta maneira, nota-se que é em meados do Século XVIII até o fim do XIX, que o turismo evolui e se intensifica aceleradamente, conforme aponta Acerenza (2002, p. 68):

O período compreendido entre a segunda metade do século XVIII e a primeira metade do século XIX marca outro momento significativo na evolução do turismo. A transformação econômica e social decorrente da Revolução Industrial e o conseqüente surgimento de uma classe média e próspera, com novos gostos e necessidades, especialmente no que diz respeito às férias, e favorecida, além disso, pelos rápidos aperfeiçoamentos dos transportes, fez com que aumentasse o número de pessoas que viajassem por prazer.

Com isso, o lazer passou a ser explorado de forma quase industrial, crescendo os números da atividade, fazendo com que o turismo passasse a adquirir considerável

importância econômica, social e cultural. Conforme exemplifica Nóbrega (2007) no quadro 3 abaixo que traz essa relação entre os fatos históricos e o desenvolvimento da atividade turística:

Quadro 3 - Relação entre fatos históricos mundiais e o desenvolvimento da atividade turística

| FATOS HISTÓRICOS | DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE TURÍSTICA |
|---|--|
| Revoluções Industriais (1ª e 2ª) - Meados do século XVIII até o final do século XIX | 1ª excursão organizada por Thomas Cook, em 1841 para participação em Congresso no Reino Unido. Avanço nos meios de comunicação e de transportes. Nesse momento o turismo gera poucos impactos sobre o meio, dadas as limitações das instalações construídas. |
| Revolução técnico-científica (início do século XX) | Modificação e degradação rápida - corresponde ao turismo de massa e ocorre a partir dos anos 1950, com apogeu entre 1970 e 1980. A demanda aumenta, há a saturação de locais turísticos, a urbanização de áreas rurais e litorâneas. |
| Revolução Ambiental (início da década de 1990) | Fase na qual o turismo passa a considerar os problemas do meio ambiente. Considera-se para esta pesquisa meados de 1980, com a ocorrência maior do chamado Ecoturismo ou Turismo Ecológico. |

Fonte: Nóbrega (2007).

O avanço nos meios de transporte que iniciaram com o advento das estradas de ferro e do transporte marítimo e fluvial, processo que depois da Segunda Guerra Mundial se caracterizou pelo desenvolvimento das rodovias, hidrovias e do transporte aéreo (CACHO e AZEVEDO, 2010). Com a chegada da aviação foi que se deu o impulso definitivo para o desenvolvimento do turismo (IGNARRA, 2003). Além dos transportes, os meios de comunicação na história do turismo também foram responsáveis “pelo seu crescimento e impulso econômico” (CACHO e AZEVEDO, 2010, p. 42).

Em se tratando justamente a respeito do deslocamento surgem as primeiras definições que vislumbravam a conceituação do que seria o turismo. Observa-se que, diante do deslocamento humano que passou a ocorrer com diferentes propósitos, sejam eles de viagens, comércio, economia, religião, práticas de esportes, a trabalho ou lazer, é que neste sentido diversos estudiosos passaram a trabalhar na definição do que seria a atividade turística.

Sendo assim, as variáveis que foram consideradas importantes nesta perspectiva conceitual, as viagens eram apenas a lazer, com objetivo somente a passeio, onde o local visitado não fosse o seu local de residência, tendo que permanecer no mínimo mais de 24 horas e não exercer nenhuma atividade remunerada no local.

Diante destas variáveis a definição que veio a ser mais utilizada e aceita foi o conceito adotado pela OMT (*apud* SANCHO, 2001, p.38), conforme segue “O turismo

compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo, inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócio ou outras”. Este atualmente é o conceito que vem sendo mais utilizado, pois atende a necessidade de diversas áreas.

Outra definição sobre o turismo que também tem sido considerada é a de Fuster que define o turismo da seguinte maneira: “um conjunto de organizações privadas ou públicas que surgem para fomentar a infraestrutura e a expansão do núcleo, as campanhas de propaganda e os efeitos negativos ou positivos nas populações receptoras” (1974, p. 26). Fazendo alusão às vantagens e desvantagens que a atividade pode gerar na localidade. Percebe-se que, para uma localidade movimentar sua economia comercializando um roteiro turístico é necessária que a mesma possua alguns elementos que são essenciais para o turismo, no qual para Nóbrega (2012, p. 44):

(...) para que a atividade turística vislumbre a possibilidade de desenvolvimento em um determinado lugar é necessária a existência de alguns elementos essenciais como as características naturais, culturais e econômicas, ou seja, a existência de atrativos, infraestrutura básica e turística, além de uma mercado consumidor real ou potencial, grau de desenvolvimento Estado-Nação, bem como o grau reservado de política no setor turístico para que a atividade possa se desenvolver de forma adequada.

Com isso, se a localidade for detentora dessas características, ela possui muito mais chance de se desenvolver de forma a valorizar os aspectos locais e a infraestrutura disponível, se tornando um destino competitivo e vantajoso, buscando respeitar as bases aportadas na sustentabilidade local.

Retornando a síntese exposta no quadro 3 apresentado por Nóbrega, este mostra que na década de 1980 surgiu a revolução ambiental, já que a atividade turística juntamente com outras atividades, passou a gerar grandes transformações sociais, econômicas, políticas, ambientais, etc.

A questão ambiental começa a ser considerada com mais urgência e importância para a sociedade, emergindo várias discussões a respeito do tema, trazendo à tona os paradigmas da sustentabilidade e uso sustentável do meio ambiente, demonstrando por meio de diversas questões que os recursos naturais são de grande valor para o desenvolvimento do turismo. O turismo se utiliza diretamente do meio ambiente e faz uso dos recursos naturais, buscando então trabalhar a atividade turística com vistas a se adequar ao debate do desenvolvimento sustentável.

Neste contexto, considerando a demanda que buscava o turismo considerado sustentável, foi que começou a surgir outras definições e segmentar a atividade turística, culminando então com o surgimento do ecoturismo, etnoturismo, o turismo comunitário, dentre muitos outros. Tendo como viés mais importante, nestes segmentos, a valorização das comunidades locais, o contato com a natureza, a busca pela autenticidade e a participação social nos processos de construção dessas atividades.

As localidades turísticas, diante da evolução das atividades, tendem a se tornar cada vez mais competitivas, pois há o enfrentamento de uma crescente concorrência, onde todos buscam manter a integridade ecológica das regiões que trabalham com a atividade turística, onde este deve ser além de um destino competitivo, mas também sustentável (MCINTOSH, GOELDNER, RITCHIE, 2002).

O turismo na contemporaneidade se apresenta como um fenômeno socioeconômico e cultural com notória expressão, e por ser uma atividade expressiva que vem alterando a dinâmica dos lugares, é que acaba por impor a necessidade de se planejar esta atividade (AZEVEDO ET AL, 2013). A necessidade de planejamento é pertinente para que a atividade turística possa não só preocupar-se com a economia e o mercado, mas sim com as comunidades e sua qualidade de vida, onde estes tenham suas necessidades atendidas.

Segundo Nóbrega (2013, pág. 92) “hoje o desenvolvimento turístico deve contemplar padrões associados ao mercado global, no entanto, aspectos locais devem ser pensados como estratégias diferenciais, além de proporcionar melhorias de qualidade de vida”. Neste sentido é que o retorno a valorização das bases locais, sustentadas no planejamento participativo, onde os agentes participantes como a comunidade, poder público ou privado, sejam atuantes na elaboração, planejamento e execução da atividade turística com vistas a ser um destino não só competitivo, mas também sustentável.

Hoje o turismo é marcado por aspectos que são resultantes de debates que buscam priorizar a sustentabilidade da atividade, já que as transformações nas localidades refletem que se deve valorizar ainda mais o seu potencial turístico que são o retorno à natureza e valorização dos aspectos culturais locais. Portanto, diante da necessidade de se pensar nesta sustentabilidade a qual engloba em seu conceito o meio ambiente, as pessoas e os sistemas econômicos, em uma perspectiva de longo prazo, é que nos anos 1980, o turismo no Brasil vem a ser marcado pela questão ambiental, e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) sofreu fortes pressões para que se discutissem propostas de turismo sustentável.

Além do mais, organismos internacionais como o Banco Mundial (BIRD), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID),

propuseram que as políticas de ajuste e reestruturação, apontassem o turismo como uma linha de ação promissora para o desenvolvimento do Brasil (TRIGO & MAZARO, 2012). E com isso, passou também a se pensar em políticas públicas que atentassem para a inserção da população nas políticas locais e regionais através do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), sendo esta uma das prioridades da gestão da Embratur entre os anos de 1995 e 2002 (TRIGO & MAZARO, 2012).

Já com a criação do MTUR, este que foi marco importante para o desenvolvimento do turismo no Brasil, passou-se a priorizar a profissionalização e competitividade do turismo como destino turístico. O mesmo criou o Plano Nacional de Turismo⁸ (PNT) 2003/2007, plano este com vistas a fixar as diretrizes e estratégias para desenvolver o turismo no país (TRIGO & MAZARO 2012).

Conforme as necessidades observadas no turismo brasileiro, onde começou a despontar outra forma de organização da atividade turística, foi que o PNT 2007-2010, atentou e buscou criar diretrizes que visassem trabalhar com o desenvolvimento local e a inclusão social. O PNT buscou ainda implementar através de macroprogramas e programas, com vistas a estruturar os destinos, diversificar a oferta e dar qualidade ao produto turístico que já trabalhado pelas comunidades locais. Desta forma, o MTUR vem buscando conhecer e apoiar estas iniciativas de turismo de base comunitária, devido a visibilidade do mesmo como atividade turística no Brasil.

3.2 O turismo de base comunitária na perspectiva do desenvolvimento sustentável

Sendo o turismo uma atividade em constante expansão, e que está sempre em busca de conquistar novos espaços, este precisa de novos produtos que visem atender as novas demandas mundiais. Essas demandas têm sido cada vez mais constantes, e os consumidores tornaram-se mais exigentes, passando a buscar por experiências que priorizassem a autenticidade, o intercâmbio cultural através do diálogo com as comunidades receptoras, e a valorização da memória do lugar e a harmonia com a natureza.

Segundo Santos (2010) na atual sociedade pós-moderna, há três elementos que reorientam o entendimento do turismo enquanto fenômeno social que são: a globalização da economia, a difusão da informação e as estratégias complementares de massificação e

⁸O Plano Nacional do turismo consiste na ferramenta de planejamento e ação estratégica do governo federal, para estruturação e ordenamento da atividade turística, com respeito aos princípios da sustentabilidade econômica, ambiental, sociocultural e político-institucional.

segmentação. A combinação entre estes elementos acaba convergindo para que o turismo comunitário seja visto como modelo de desenvolvimento consistente que mais se adequa a sociedade contemporânea, pois induz que haja maior relacionamento, envolvimento e aprendizagem acerca das singularidades locais (tanto relacionado ao espaço, quanto as pessoas que o habitam).

Atualmente o turismo baseado na cultura, na natureza e com base nos valores locais vem ganhando destaque na preferência dos turistas e viajantes, pois busca conhecer o modo de vida de cada lugar, seus atrativos históricos, naturais e culturais que estão presente na vida e se manifestam em qualquer localidade, mesmo que de forma diferenciada (XAVIER, 2007).

Deste modo, com o Programa de Regionalização do Turismo⁹ (PRT), o Turismo de Base Comunitária (TBC) passou a ser considerado uma atividade positiva para as comunidades tradicionais, já que visa trabalhar com os arranjos locais e buscar uma demanda diferenciada do turismo de massa, visando um turismo mais “responsável e consciente”. De acordo com Dias (2003), foi na década de 1970 que surgiu o paradigma do desenvolvimento sustentável, que emergiu devido ao desenvolvimento acelerado das atividades econômicas, sociais e ambientais.

Com a questão ambiental em pauta no Brasil e no mundo, intensificam-se os discursos acerca do uso que o homem faz do planeta. Os primeiros estudos que tratam sobre o termo, surge a partir dos estudos da ONU que discute os efeitos das mudanças climáticas, frente a crise ambiental e social que permeava a segunda metade do século XX.

Porém, um dos conceitos mais difundidos sobre o desenvolvimento sustentável segundo Dias (2003) foi elaborado a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), que também ficou conhecido como Relatório Brundtland, denominado de "Nosso futuro comum", que foi desenvolvido para a preparação da Conferência das Nações Unidas, chamada de “Rio 92” que diz que o “desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades”.

O Relatório Brundtland atenta que o atendimento das necessidades básicas é fundamental, e que este deve priorizar a melhora de qualidade de vida da população. E trata a

⁹ O Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, lançado em abril de 2004, constitui-se em uma política pública, em âmbito territorial, a partir do Plano Nacional do Turismo 2003-2007, que determinou como macroprograma estruturante a “Estruturação e Diversificação da Oferta Turística”. A premissa do Programa, considerado estratégico para a consecução da Política Nacional de Turismo, centrou-se no propósito de que sua execução, de forma descentralizada e regionalizada, com foco no planejamento coordenado e participativo, repercutisse, positivamente, nos resultados socioeconômicos do território.

pobreza como um problema ambiental e fundamental na busca da sustentabilidade, além do que, discutiu que o sistema econômico deveria ser modificado com vias a se pensar em um estado de equilíbrio global (SWARBROOKE, 2000a).

A questão da equidade foi um dos conceitos mais debatidos no relatório, e traz esta como condição importante para que a participação da sociedade seja levada em conta nas tomadas de decisões, onde se tem processos democráticos.

O conceito de “desenvolvimento sustentável” foi visto como uma forma de fazer com que se atentasse para a necessidade de buscar novas formas de desenvolvimento, que busque a causar menores danos ao meio ambiente e aos recursos naturais.

É válido destacar ainda que de acordo com as discussões realizadas por Sachs (2002), o desenvolvimento sustentável possui oito dimensões da sustentabilidade que devem ser considerados: a social, a ecológica, a econômica, cultural, ambiental, territorial, política nacional e política internacional. Além dessas dimensões, Sachs (2002) enfatiza a necessidade da valorização das pessoas, seus costumes e saberes para que se alcance a sustentabilidade.

Com isso, acredita-se que o dito desenvolvimento humano, deve buscar extinguir a exclusão social, a qual vem a ser caracterizada pela pobreza e pela desigualdade. Afinal, há muita riqueza, porém, a sua distribuição não se dá de forma equitativa e esta deveria ser prioridade (Oliveira, 2006). Segundo Mielke (2009, p. 10):

[...] é exatamente dentro desse contexto que o turismo regional de base comunitária ganha importância considerável, uma vez que sua concepção está intrinsecamente relacionada ao conceito de desenvolvimento sustentável. De fato, a atividade turística regional/local deve primar pelo respeito ao patrimônio natural e cultural do meio em que ela se desenvolve. Além disso, a participação das populações locais é considerada um elemento-chave para a realização da sustentabilidade, o que significa dizer que as populações locais devem ser promotoras e, ao mesmo tempo, beneficiárias da atividade turística fomentada no âmbito regional/local.

Considerando que o TBC é sustentado na conservação ambiental, na valorização da identidade cultural e na geração de benefícios diretos para as comunidades receptoras, e incorpora as noções de empreendimentos comunitários e intercâmbio intercultural, o TBC possui parâmetros para atender os quesitos da busca pelo desenvolvimento sustentável, atual paradigma que passou a ter grande destaque nas discussões realizadas no Brasil e no mundo.

Sendo assim, com o objetivo de valorizar esta forma de organização, gerar trabalho e renda, e propagação da cultura local, além de diversificar a oferta turística agregando valor a alguns destinos que trabalham com suas características peculiares é que surge o Turismo Comunitário. Que busca promover o turismo como vetor de

desenvolvimento sustentável e inclusão social destas comunidades, pois são os protagonistas desta transformação socioeconômica.

Diante deste contexto, pode-se conjecturar que a participação das comunidades locais e tradicionais, mesmo com seu caráter ambivalente, delicado e complexo, em se tratando do seu envolvimento com o processo de gestão, planejamento e execução das atividades concretas dentro do turismo, e tendo ciência das pressões que podem sofrer, algumas comunidades resolveram adentrar o mercado turístico. Conforme ratifica Maldonado (2009, p. 25) “Diversas comunidades estão se abrindo para o mercado graças a “*um turismo com selo próprio*”, combinando atributos originais e autênticos, mas sem perder a sua alma”. Com isso, as comunidades acreditam que sua forma de organização pode contribuir para que este se desenvolva de forma menos impactante.

As vertentes do turismo difundidas no Brasil, em sua maioria seguiram uma lógica de classes econômicas, ou seja, foram pensadas e constituídas de cima para baixo, adentrando áreas das comunidades locais e construindo megaprojetos turísticos, com destaque megaempreendimentos hoteleiros *all inclusive*, onde não utilizavam mão-de-obra local, passando a trazer desequilíbrios sociais regionais para as comunidades, já que os mesmos tinham seus territórios, hábitos e costumes ignorados por estes projetos, que buscava atender o turismo de massa, no qual valorizava somente quantidade e não qualidade.

Segundo Bursztyn, Bartholo, Delamaro (2009) estes projetos não priorizam os desejos das comunidades locais, mas sim a transposição espacial para os locais de visitação e lazer dos desejos dos turistas.

O TBC se constitui não como segmento, mas como uma proposta pautada nas bases endógenas, que pode ser aplicada para diversos segmentos do desenvolvimento da atividade turística, já que valoriza que a vinculação seja situada no ambiente onde se desenvolve no caso *in situ* e também na cultura do lugar.

O TBC parte do princípio de uma relação horizontal no encontro entre a comunidade receptora e o visitante, por meio do diálogo, da troca e do compartilhamento de vivência, onde os atrativos, serviços e produtos oferecidos estão intimamente associados à relação da comunidade com suas atividades tradicionais e seus modos de vida. Visa-se a geração de uma renda complementar para estas comunidades com princípios baseados nos aspectos culturais e ambientais (BURSZTYN, BARTHOLO e DELAMARO, 2009).

Já para Santos (2010) o turismo comunitário tende a reorientar as experiências vividas com as comunidades, já que há a troca do turismo massificado por uma vivência mais autêntica, no qual o turista vivencia a realidade local, valorizando assim não só a comunidade,

como também a “alma do lugar”, e seus usos tradicionais, além de evidenciar a relação homem e natureza como um dos princípios, conforme aponta Maldonado (2009).

Este tipo de turismo tende a fortalecer as trocas interculturais, já que leva em consideração o envolvimento comunitário não só no processo de construção, mas também fazendo com que a comunidade se torne agente ativo em todos os aspectos, sendo assim o papel diferencial na busca da equidade social, que hoje é tão almejada pela sociedade contemporânea.

Acredita-se, que para o TBC se desenvolver com êxito, a comunidade deva ter autonomia em suas decisões, sendo esta uma das principais premissas para que haja a participação social os atores na tomada de decisões dos processos que visem a planejar este segmento. De acordo com Bobbio (2000) o debate sobre o surgimento do exercício da autonomia está diretamente atrelado a construção da democracia que vem a ser discutida por Rousseau. Essas discussões que trazem as transformações das sociedades democráticas, resvalam no tema da participação social, no qual o indivíduo e os grupos com sua autonomia deveriam participar em todas as etapas dos processos políticos e/ou projetos, conforme afirma Irving (2009, p. 110):

[...] a conservação dos recursos naturais e culturais, o compromisso de desenvolvimento socioeconômico das comunidades receptoras e a participação dos atores sociais em todas as etapas do processo de planejamento e implementação de projetos, com a geração de benefícios para a população local e sua autonomia no processo de decisão.

Na tentativa de definir o turismo comunitário, Irving (2009) apresenta algumas premissas que emergem como elementos centrais: a base endógena da iniciativa e desenvolvimento local; a participação e protagonismo social no planejamento, implementação e avaliação de projetos turísticos; a escala limitada e impactos sociais e ambientais controlados; a geração de benefícios diretos à população local; a afirmação cultural e interculturalidade; e o “encontro” como condição essencial. Todas estas premissas são requisitos fundamentais para que o TBC seja planejado de maneira equilibrada/sustentável, visando o desenvolvimento sustentável.

Este desenvolvimento segundo Max-Neef (1993) deve atender as necessidades humanas dos sujeitos, e não de uma visão mercadológica/desenvolvimentista, pois para que haja desenvolvimento a partir da perspectiva local é importante que sejam consideradas as “necesidades humanas, auto dependencia y articulaciones orgánicas, son los pilares

fundamentales que sustentan el Desarrollo a Escala Humana. Pero para servir su propósito sustentador deben, a su vez, apoyar se sobre una base sólida” (Max-Neef, 1993, p.30).

Ainda de acordo com o mesmo autor “Esa base se construye a partir del protagonismo real de las personas, como consecuencia de privilegiar tanto la diversidad como la autonomía de espacio [...]” (Max-Neef, 1993, p.30). Segundo Boisier (2000), a proposta de desenvolvimento aportada por Max-Neef é a mais acertada, porém não conseguiu ultrapassar as barreiras da academia, já que a pessoas não deixam de ser objetos para serem sujeitos no processo de desenvolvimento.

Segundo Maranhão e Azevedo (2014, p. 114) “destaca-se pela inserção e empoderamento da comunidade no que se refere à tomada de decisão, participando coletivamente e em cooperação com os demais agentes do processo”, só que para que isso ocorra é necessário que as discussões e relações sociais estejam pautadas “por meio de sistemas horizontais de participação cívica, e não através de sistemas verticais e hierarquizados” (AZEVEDO, 2008, p. 11).

Nesta vertente do turismo, a comunidade insere a sua participação de forma sustentável e ativa no processo de planejamento e gestão, estando baseadas nos seus valores e princípios, e buscando uma relação de troca. De acordo com Irving (2009, p. 112): “[...] o turismo de base comunitária resulta de uma demanda direta dos grupos sociais que residem no lugar turístico, e que mantêm com este território uma relação cotidiana de dependência e sobrevivência material e simbólica”. Sendo assim, tem-se como foco principal a valorização da comunidade e tudo que é feito por ela na busca por seu desenvolvimento “[...] a partir do protagonismo real, legítimo de cada indivíduo” (AZEVEDO, 2008, p. 5).

Partindo deste entendimento, Irving (2009) destaca que o turismo de base comunitária “tende a ser aquele tipo de turismo que, em tese, favorece a coesão e o laço social e o sentido coletivo de vida em sociedade, e que por esta via, promove a qualidade de vida, o sentido de inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento¹⁰”. (IRVING, 2009, p.111). No qual Xavier vem para ratificar quando afirma que “diante de todo esse contexto, verifica-se a necessidade de conhecer e valorizar as experiências e o “saber-fazer” das pessoas, para que possamos conduzir e reforçar o sentido de pertencimento” (2007, p. 84).

¹⁰ De acordo com Le Bourlegat (2006) o sentimento de pertencimento surge das relações que acontecem entre os moradores de um determinado lugar, quando há a identificação de um indivíduo com uma cultura, crença, valores e estilo de vida de uma comunidade, gerando afetividade e identidade coletiva, na formação dos grupos, comunidades e sociedades.

Já o principal conceito que norteia este trabalho, é o que vem a ser definido por Maldonado (2009), o qual já avaliou mais de 30 experiências de turismo comunitário e aponta:

Por **turismo comunitário** entende-se toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos. A característica distinta do turismo comunitário é sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica, com objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com nossos visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida (Maldonado, 2009, p. 31).

O que se observa na teoria é que ambos os processos encontram-se imbricados e que a dimensão humana deve ser o principal fator, no qual este desenvolvimento deve buscar satisfazer as principais necessidades humanas como apontado por Max-Neef (1993) e os estudiosos da sustentabilidade.

Mielke (2009, p. 50) destaca que “o processo de envolvimento comunitário é a chave para a consolidação [do turismo de base comunitária]” e que esta atividade, portanto, necessita ser pensada a partir de ações que favoreçam a efetiva participação da população local e o desenvolvimento estratégico do planejamento participativo, no qual por meio da cooperação se almeje a melhoria de todos.

Santos (2010) corrobora com Mielke, ratificando que a estratégia chave para o turismo comunitário está pautada no “(...) o envolvimento, a participação comunitária e o esforço no sentido de gerar e fortalecer a identidade e os vínculos compartilhados entre a comunidade e o espaço em que suas inter-relações acontecem”. Já segundo a percepção de Frantz (2002), o associativismo e a cooperação colaboram para este processo de desenvolvimento.

Participação, cooperação e o envolvimento comunitário, estão diretamente atrelados ao processo do desenvolvimento sustentável, sendo indispensável o reconhecimento da multiplicidade e diversidade das potencialidades humanas, muito bem apontadas por Max-Neef (1993), Sachs (2002) e Sen (2000).

Na atual sociedade, é relevante destacar que os agentes locais que possibilitam a articulação de cada comunidade internamente e das comunidades entre si, acabam por consolidar suas relações internas e externas. E para ter um planejamento de desenvolvimento, dever-se-ia identificar e analisar as variáveis específicas dos locais, encontrando as diferenças sociais e ambientais de cada local (BECKER, 1995).

O processo de desenvolvimento do próprio sistema capitalista é contraditório, pois nega suas regras, configurando o desenvolvimento como movimento, como processo, percebido de forma diferenciada para cada localidade e cada região. Colocando em evidência a dimensão cultural do TBC, que faz uso de suas especificidades culturais e naturais para a promoção da diferença contraditória dialética, nota-se que nos contextos global e local, tanto o global influencia o local, quanto o local influencia o global. Neste processo de desenvolvimento, existem duas variáveis que são decisivas: a cultura e o ambiente que permeiam o lugar (BECKER, 1995)

Sendo assim, a economia, o movimento global, sociedade e o movimento local, são movimentos que vem a ser contrários, porém complementares, onde um não pode existir sem o outro, havendo a necessidade de uma dialética constante que compõe o desenvolvimento atual, porém, pode se conjecturar que “os lugares vêm sendo percebidos como simples referência espacial, ou palco para o desenvolvimento econômico” (XAVIER, 2007, p. 75).

A comunidade receptora não pode se constituir como matéria neutra, onde os investidores se aproveitam e investem a partir de seus interesses, pois dessa forma é que a ocupação desordenada do espaço pelo turismo tem deixado marcas profundas, não só na comunidade como no lugar. Boisier (2000, p. 18) certifica que “desde el punto de vista del desarrollo, la dinámica territorial ha sido completamente distinta, aunque pretender separar absolutamente ambos procesos es un error”. Já Xavier (2007, p. 75) aponta que:

É preciso considerar as experiências, os valores, os interesses e as expectativas das comunidades locais; em outras palavras, fundamentando-se na discussão da interação turismo-mundo vivido. Tais práticas têm sido apontadas como alternativas para a solução de numerosos problemas, sobretudo aqueles ligados à qualidade de vida da comunidade envolvida.

Diversos autores consideram o TBC como uma forma de organização para o turismo, e que possui um potencial que vai além dos benefícios econômicos, proporcionando a revalorização da identidade cultural, a manutenção dos modos de vida das populações tradicionais e a valorização da conservação ambiental, além de gerar autonomia no processo de decisão, partindo das seguintes recomendações: conservação dos recursos naturais e culturais; compromisso de desenvolvimento socioeconômico das comunidades receptoras e a participação dos atores sociais em todas as etapas do processo de planejamento e implementação de projetos (IRVING, 2002).

Trata-se de uma nova forma de organização do turismo, já que prioriza a geração de trabalho para os residentes nas comunidades, dá oportunidade a empreendimentos locais, valoriza a dinamização do capital local pautado pela participação social, buscando dar espaço e oportunidades também às mulheres e aos jovens que normalmente ficam às margens das decisões, busca trabalhar com o planejamento descentralizado e associativo, fortalece a luta pela regulamentação fundiária e pela garantia da posse da terra de populações indígenas, pesqueiras, as chamadas comunidades nativas, buscando integra-las as atividades econômicas, com iniciativas que fortalecem a agricultura, a pesca e o artesanato, dentre outras atividades.

Bursztyn, Bartholo e Delamaro (2009, p. 79), comentam que o TBC traz experiências bem-sucedidas, apontando caminhos férteis na promoção de atividades turísticas “enraizadas num modelo de desenvolvimento socialmente mais justo e ambientalmente responsável”. Estas experiências bem-sucedidas na América Latina estão todas elencadas no *site*¹¹ da Rede de Turismo Comunitário de América Latina – REDTURS. A rede conta com um total de 317 destinos de experiências em toda a América Latina. O quadro 4 abaixo, mostra os cinco primeiros lugares que possuem mais destinos de acordo com o País.

Quadro 4: Destinos de Experiências de Turismo Comunitário na América Latina

| Experiências de Turismo Comunitário na América Latina | Total por País |
|--|-----------------------|
| 1° Ecuador | 57 |
| 2° Brasil | 37 |
| 3° México, Nicarágua, Peru | 36 |
| 4° Costa Rica | 35 |
| 5° Bolívia | 21 |

Fonte: Site REDTURS (2014)

O Brasil possui destaque estando em segundo lugar com 37 experiências, ficando atrás somente do Equador. Destas experiências no Brasil, a região em que consta o maior número de experiências é o Nordeste com 16 realidades concretas, com destaque para o estado do Ceará, que conta com sete destinos e um total de dez empreendimentos sociais e solidário inseridos na Rede Tucum, dentre elas, estão a prainha do Canto Verde localizada no município de Beberibe e Coqueirinhos em Aracati. Este último, um assentamento de reforma agrária em consonância com as atividades tradicionais desenvolve o turismo comunitário. Porém, observa-se na análise feita por Maldonado (2009) para desenvolver o turismo

¹¹ <http://www.redturs.org>

comunitário de forma consistente ainda se faz necessário superar algumas deficiências, onde estas estão elencadas abaixo, no quadro 5.

Quadro 5: Deficiências da oferta do turismo comunitário

| Deficiências da oferta de turismo comunitário |
|--|
| 1. Oferta dispersa e fragmentada, carente de estruturas e mecanismos regulares de cooperação interna para organizá-la e externa para potencializá-la. Apesar das vantagens das parcerias serem percebidas, os esforços empreendidos ainda são incipientes e pouco sistemáticos. |
| 2. Escassa diversificação dos produtos turísticos cujos componentes são baseados exclusivamente em fatores naturais e herdados. Existe potencial e vontade para empreender inovações que superem o mimetismo predominante. |
| 3. Gestão profissional limitada, tanto operacional como gerencial dos negócios; as tendências e o funcionamento da indústria do turismo são desconhecidos. As aspirações das comunidades de acesso a serviços de informação e capacitação permanecem amplamente insatisfatórias. |
| 4. Qualidade heterogênea dos serviços, com predominância de qualidade média e baixa. A competência aguda com outras empresas tende a resolver-se somente em curto prazo e através da baixa de preços. |
| 5. Posicionamento incerto e imagem pouco divulgada do turismo comunitário em mercados e segmentos dinâmicos: a promoção e comercialização são realizadas geralmente, por meios rudimentares, individuais e diretos. |
| 6. Deficiência dos mecanismos de informação, comunicação e organização comercial: a fraca representação e capacidade para negociação com outros agentes da cadeia turística não permite a tomada de decisões estratégicas, além do horizonte diário. |
| 7. Participação marginal ou subordinada de mulheres e suas associações na concepção e condução de projetos turísticos e, conseqüentemente, na captação de benefícios. |

Fonte: NETCOM: Manual Del facilitador, módulo 3, p.25, OIT-REDTURS, 2006. Por Maldonado (2009)

Diante deste quadro, observa-se que se as deficiências forem identificadas durante o processo de planejamento, o desenvolvimento da atividade pode atentar para esses quesitos e buscar melhorar, para que se tenha mais qualidade ao final. Dessa forma, o turismo comunitário pode proporcionar maior relacionamento, envolvimento e aprendizagem sobre as singularidades da localidade, as deficiências, por meio da visão da própria comunidade (SANTOS, 2010).

Ainda segundo a mesma autora, é desta forma que os relacionamentos humanos dentro das comunidades locais e a relação com seu patrimônio, passam a ter novo valor e significado tanto para os membros quanto para os visitantes, e esta se dá a partir da comunicação e a experiência turística propiciada através do diálogo (SANTOS, 2010).

Desta forma, nota-se a interrelação do TBC com o desenvolvimento sustentável é a complementariedade de suas proposições, levando em consideração as bases em que estão sendo pautadas. Porém, devemos levar em consideração que no Brasil há pouca participação comunitária em diversos processos políticos, sociais, educacionais, inclusive nos projetos relacionados ao turismo, entretanto têm-se aprofundado mais os debates com todos os atores que se encontram na cadeia, fazendo uso de metodologias participativas e participação social, que serão aprofundadas no próximo capítulo, o qual inclui as discussões sobre políticas

públicas nestas TIs com vistas a se trabalhar esta nova forma de se planejar e organizar o turismo.

3.3 Das políticas públicas para o turismo em terras indígenas

Os primeiros estudos sobre o turismo datam da década de 1940, já os estudos com caráter antropológico que tinham como foco principal as comunidades e suas interrelações tanto com as populações residentes, quanto com os turistas despontaram em meados dos anos de 1960. Leal (2007) complementa ainda que, os estudos antropológicos que analisam o turismo, sempre trazem preocupações a respeito dos fatores sociais, simbólicos, culturais, políticos e econômicos, considerando os mais diversos fenômenos que venham a ocorrer em diferentes locais.

Com as políticas indigenistas¹² que ocorreram na década de 1970, surgem novas compreensões sobre o tema, dando visibilidade as atividades que povos indígenas desenvolvem em seus territórios, já que passam a ter mais direitos sobre suas terras e buscam outras formas de geração renda, incluindo a organização do turismo em suas Terras Indígenas - TIs. “A verdade é que cada vez mais os povos indígenas têm pensado na atividade turística como uma alternativa sustentável de desenvolvimento local, empreendida a partir de critérios estabelecidos pelos próprios grupos étnicos” (LEAL, 2007, p. 242).

A década de 1970, segundo Heck et al. (2005) é um marco do novo capítulo na luta e resistência dos povos indígenas, pois eles passam a se reunir para debater e discutir seus problemas com o apoio do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), de Organizações Não Governamentais (ONG), organismos públicos que também entraram no processo e conseguiram fortalecer a luta indígena pela defesa dos seus territórios e conquistar seus direitos. Conforme Heck et al. (2005, p.242), “os povos indígenas somente conseguiram que a Constituição Federal de 1988 assegurasse seus direitos históricos à terra e o reconhecimento de suas organizações sociais”. Desta forma, os povos indígenas conquistaram seus espaços territoriais que permitiram o seu crescimento demográfico e seu usufruto garantido por lei.

Após anos de lutas pela sobrevivência e pelo reconhecimento de suas terras tradicionalmente ocupadas, as terras indígenas foram reconhecidas com o artigo 20 da Constituição Federal de 1988, que as define como:

¹² O uso do termo indigenista é utilizada como sinônimo a toda e qualquer ação política governamental que tenha as populações indígenas como objeto. Para maiores informações acesse o site do Instituto Socioambiental - ISA

Territórios da União, sobre os quais é reconhecido o direito indígena à posse permanente e ao usufruto exclusivo das riquezas dos solos, dos rios e dos lagos nelas existentes, sendo o poder público obrigado, por meio da FUNAI, a promover seu reconhecimento por ato declaratório que faça conhecer seus limites, assegura sua proteção e impeça sua ocupação por terceiros (BRASIL, Constituição 1988).

O Artigo 231 da Constituição Federal de 1988, ainda define e assegura aos indígenas que:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º - São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º - As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

Com a Constituição de 1988, os direitos dos povos indígenas foram assegurados, bem como o usufruto da terra, onde compete aos mesmos decidir a partir dos seus anseios o uso que querem dar.

Os povos indígenas passaram a se ver legalmente amparados e passaram a defender os seus direitos e causas. Com isso, buscaram identificar, demarcar e homologar suas terras, as quais estavam envolvidas em conflitos de interesses e jogos políticos e econômicos. Mesmo com a Constituição de 1988, que reconhece os indígenas como cidadãos, estes ainda continuam na luta por seus territórios e inclusão na sociedade, e por isso buscam a implementação do turismo em suas TIs como forma de autoafirmação.

As terras indígenas, para serem reconhecidas como tal devem ser registradas pela Constituição Federal, por meio de processos que envolvem várias etapas para seu reconhecimento e legalização: Terras em Identificação, Terras Aprovadas, sujeitas à contestação, Terras Declaradas e Terras Homologadas (VERISSIMO, 2011, p.44).

Os processos de demarcação das terras indígenas começaram a ocorrer a partir do final da década de 1970, quando os indígenas passaram a exigí-las, já que em suas terras os indígenas podem preservar seu povo, costumes e cultura, além de ajudar na conservação do meio ambiente, já que convivem de maneira sustentável com a natureza.

Políticas públicas culturais e ambientais estão sendo pensadas como importantes elementos para a manutenção e proteção do patrimônio cultural e ambiental brasileiro. E ainda podem ser utilizadas para a sobrevivência física e cultural dos vários povos indígenas que vivem no Brasil (KAHWAGE, 2011, p. 150), esta demarcação vem para dar subsídios para que os povos indígenas possam ter maior controle e autonomia sobre suas terras e possam dar a elas o uso que bem entenderem, inclusive turístico, uso este que passa a ser pensado como atividade que pode ajudar na conservação e subsistência.

De acordo com Mauro (2007), Lustosa (2012), Grünwald (1999), os diálogos sobre o início do turismo em terras indígenas no Brasil datam de alguns anos atrás. Documentos constataam que esta atividade, vem sendo debatida na esfera governamental desde 1993, e mesmo com todos estas discussões, até agora não se chegou a nenhuma conclusão. Assim, o turismo em terras indígenas segue ocorrendo ilegalmente e sem controle algum, porém, como “no turismo, as preocupações em estabelecer políticas para o setor só aparecem quando este adquire importância econômica ou quando começa a causar transtornos a diferentes atores envolvidos” (AZEVEDO et al, 2013, p. 23), esta política agora tende a se firmar.

Segundo Guimarães (2006), no Brasil o turismo em terras indígenas se deu mais tardiamente do que em outros países da América Latina. As populações passaram a buscar o turismo nos anos de 1990, tendo aumentado na última década as demandas de projetos governamentais e privados de turismo, sendo que essas iniciativas iniciaram a partir do PMNT¹³, que fez a primeira experiência com a etnia Macuxi em Roraima. O programa tinha uma linha de ação que contemplava o turismo em terras indígenas, tendo em vista que o PNMT adotava instrumentos operacionais que eram elaboradas pela OMT, porém adequando-os a realidade brasileira (LUSTOSA 2012).

O turismo em terras indígenas começa a se concretizar com a divulgação realizada pelos órgãos: Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a EMBRATUR e o Ministério do Meio Ambiente (MMA), no ano de 1997, que instituíram um Programa Piloto de Ecoturismo em Terras Indígenas, em que incentivava que algumas TIs verificassem as possibilidades de trabalhar com a atividade turística em suas aldeias, tendo como principal argumento, o aproveitamento do potencial turístico e cultural presente, além da conservação das áreas que habitam (GUIMARÃES, 2006).

¹³ O PNMT, programa de governo surgiu no panorama do turismo nacional no ano de 1994, período em que o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) ainda respondia pelas diretrizes da atividade turística no país, até ocorrer à criação do Ministério do Esporte e do Turismo em 1998 e, posteriormente do Ministério do Turismo (MTUR) em 2003 no primeiro mandato do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (LUSTOSA, 2011).

Conforme propõe Lustosa (2012) Grunewald (1999) e Mauro (2007), a ideia de trabalhar com o turismo em suas TIs, surgiu quando os povos indígenas perceberam que sua cultura e modo de vida poderiam trazer muitos benefícios para a sua comunidade, se tornando um instrumento de afirmação da cultura do seu povo, além de gerar renda, o qual é um dos principais fatores que levam as comunidades a pensar em implementar o turismo em suas TIs. Ainda segundo os mesmos autores, a atividade turística em terras indígenas, começa a ser percebida com os Pataxó na Bahia, no qual foi realizado estudos por Grünewald, sendo esta a atividade mais conhecida e consolidada no Brasil.

Além do turismo com os Pataxó, a etnia Guarani no Estado de São Paulo, assim como os Krahô em Tocantins e os Tremembé no Ceará também são TIs que possuem turismo em seus territórios. Segundo Lustosa (2012, p.23) os povos indígenas e as suas terras foram alcançado(a)s por projetos de turismo privados e governamentais que vieram a se tornar catalizadores de afirmações étnicas. Porém, é necessário buscar definir diretrizes que norteiem a atividade turística em terras indígenas.

Outros casos de estudos no Brasil mostram que também há turismo na Reserva Indígena de Dourados – MS, habitada pelas etnias Guarani Nandeva, Kaiowá e os Terena (CABREIRA; MORETTI, 2005). Há também um estudo sobre turismo com os Kayapó de Au'kre que fizeram um projeto piloto, caso este mostrado no trabalho de Zanotti e Chernela (2008).

Mesmo sabendo que o acesso de turistas em TIs é proibido pela FUNAI, e que as TIs são protegidas por lei como afirma a Constituição de 1988, a atividade vem ocorrendo sem que haja nenhuma repressão e de forma expansiva, Guimarães (2006 p. 24) afirma “as experiências de planejamento do turismo em Terras Indígenas no Brasil ainda são muito poucas, e todas estão em fase de experimentação”. Ainda segundo o mesmo autor, como o turismo tem avançado, é necessário que sejam realizados debates e políticas que busquem contribuir para que a atividade seja feita de maneira planejada e levando em consideração os valores e desejos das comunidades.

Contudo, por mais que haja algumas experiências no Brasil e no Mundo, as referências bibliográficas ainda não esgotam o tema, e falta ser mais explorado. Alguns destes estudos estão contemplados nos quadros apresentados por Lustosa (2012) que em sua tese fez um estado da arte que buscou congregar um grande número de trabalhos que trouxeram influencias para a discussão na área do turismo e terras indígenas, conforme pode ser visto no quadro 6.

Quadro 6: Estudos sobre povos indígenas e o turismo

| Autor | Data | Palavras-Chave do Estudo |
|----------------------------|-------------------|--|
| GRÜNEWALD | 1999, 2001 | Tradição; Turismo; Pataxó. |
| MORETTI; CABREIRA | 2002-2005 | Turismo; Cultura; Reserva Indígena; Espaço. |
| LAGEANO DE JESUS | 2004 | Turismo Indígena; Território Indígena; Desenvolvimento Regional. |
| MEIRELES | 2005-2007 | Educação Ambiental; Turismo Comunitário; Terra Indígena Jenipapo-Kanindé. |
| OLIVEIRA, Vanderlei | 2006 | Turismo Indígena; Território; População Indígena Krahô e Modernidade. |
| FARIA | 2007a | Ecoturismo Indígena; Território; Sustentabilidade. |
| LUSTOSA | 2012 | povos indígenas, Terras Indígenas, território, turismo, identidade, afirmação étnica, projetos de turismo. |

Fonte: Quadro atualizado pelo autor (Org.). 2015.

Os estudos que abordam o turismo em terras indígenas, apontadas por Lustosa (2012) apresentam três tipos de projetos que são identificados em terras indígenas: Projetos *pilotos* de turismo para povos indígenas; Projetos institucionais de turismo para povos indígenas: Cooperação Técnica Internacional e Projetos institucionais e/ou globalizantes: as Redes de Turismo. Segundo a autora:

Os projetos institucionais e/ou globalizantes de turismo com ou para povos indígenas foram implantados no balcão de programas de fomento do Estado Nacional, financiados com capital estrangeiro, e vieram a ser objeto de pesquisa acadêmica. Entretanto, antes da efetivação destes projetos em alguns dos programas do governo federal, houveram iniciativas apontadas como **projetos pilotos de turismo** (praticados no interior de TIs do Nordeste e da Amazônia Legal). Estes surgiram como modelos unificados para subsidiar os futuros editais contendo linhas temáticas de turismo destinados às demandas de projetos para diversos públicos alvo, incluindo-se os atores sociais – povos indígenas. (...) também podem acontecer **projetos institucionais** voltados para as associações de base podendo correlacionar parcerias de (Instituições de Ensino Superior (IES), entidade do terceiro setor, setor público e setor privado), com financiamento privado. Estas e as propostas anteriormente citadas, são interpretadas como projetos de turismo desenvolvidos de modo participativo a partir do interesse de povos indígenas. Exemplifica-se o projeto de turismo do povo indígena Jenipapo-Kanindé na TI Aldeia Lagoa Encantada, discutido a frente numa inserção na Rede Cearense de Turismo Comunitário (REDE TUCUM). E existem também **os projetos de turismo institucionais e/ou globalizantes**, que podem aliar os macros programas de turismo do governo federal com os grandes projetos privados de turismo internacional, impostos aos indígenas e às TIs, infringindo seus direitos constitucionais. Enfatiza-se o *Nova Atlântida*, que ocupou-se de algumas áreas da TI Tremembé de São José e Buriti e ambiciona a totalidade deste território indígena, e o *Aquiraz Resort*, que tentou apoderar-se da TI do povo Jenipapo-Kanindé. Portanto, estas são as discussões deste capítulo dos projetos institucionais e/ou globalizantes de turismo em TIs, iniciativas que também criam e apropriam-se de territórios (Lustosa, 2012, p. 93-94).

No que concerne aos projetos de turismo, mesmo concretizados ou não, não são avaliados por nenhum órgão, que deveriam incumbir-se de fazer estudos sociológicos e antropológicos sobre os impactos que os projetos ao serem implementados em uma TI podem causar. Como aponta Lustosa (2012), o papel de assessoramento nos estudos destes impactos ambientais deveria ser realizado pela FUNAI, com a intenção de minimizar as intercorrências provocadas pela atividade turística, buscando interferir para que futuros projetos de turismo globalizantes não incidam sobre os povos indígenas e suas TIs.

Recentemente foi aprovada a Instrução Normativa Nº 3¹⁴, de 11 de junho de 2015 (IN 3/2015), que tem como finalidade normatizar as visitas turísticas no âmbito das terras indígenas. Este documento foi elaborado pela FUNAI em conjunto com o MTur e o Ministério da Justiça - MJ, que formaram um Grupo de Trabalho Interministerial que buscou tratar com prioridade a regulamentação desta atividade, que ocorria há algumas décadas irregularmente.

Através desta Instrução Normativa ficam estabelecidas as normas para a visita com fins turísticos em terras indígenas, que seja de base comunitária e sustentável, nos segmentos de etnoturismo e de ecoturismo. As visitas devem ter como objetivos apenas fins turísticos, e devem promover a valorização e a promoção da sociodiversidade e da biodiversidade, por meio da interação com os povos indígenas, suas culturas materiais, imateriais e o meio ambiente, visando à geração de renda, respeitando-se a privacidade e a intimidade dos indivíduos, das famílias e dos povos indígenas, nos termos por eles estabelecidos.

A IN 3, traz diretrizes no que concerne a autorização para visita que devem obedecer os incisos abaixo:

Quadro 7: Diretrizes para a autorização de visita nas TIs

| |
|---|
| I - o respeito e o fortalecimento da identidade, usos, costumes e tradições, bem como da autonomia e das formas de organização próprias dos povos indígenas; |
| II - a proposição de atividades em bases sociais, ambientais e economicamente sustentáveis; |
| III - a promoção do diálogo e da cooperação entre os povos indígenas e a Funai para o controle de visitantes em terras indígenas, visando fortalecer as ações de desenvolvimento sustentável, bem como as ações de proteção territorial e ambiental das terras indígenas; |
| IV - a observância do direito de consulta prévia, livre e informada às comunidades indígenas e do direito ao usufruto exclusivo sobre suas terras e riquezas naturais; |
| V - o controle e a fiscalização do ingresso em terras indígenas pela Funai. |

Fonte: Adaptado da Instrução Normativa 3/2015, 2015.

¹⁴ A IN 3/2015, traz um conjunto de artigos e incisos para quem deseja propor atividades de visita turística nas TIs, e que podem ser visualizadas na íntegra no site da FUNAI – www.funai.com.br

Para propor projetos de visitação turística em TIs, deve-se seguir essas diretrizes para enviar proposta. Porém, somente a comunidade interessada é que deve propor um Plano de Visitação o qual deve ser apresentado por indígenas, suas comunidades ou suas organizações.

Os proponentes poderão convidar parceiros públicos ou privados de seu interesse para elaboração e execução dos Planos de Visitação, respeitada a autonomia e os direitos dos povos indígenas, considerando, ainda, o usufruto exclusivo sobre as terras que tradicionalmente ocupam e os recursos naturais nelas existentes. Os Planos de Visitação deverão ser elaborados sempre sob a coordenação e reponsabilidade do proponente e contemplar a participação e o protagonismo das comunidades indígenas na elaboração, execução, percepção dos frutos, monitoramento, avaliação e revisão do plano. A validade da autorização concedida ao Plano de Visitação será de até 03 (três) anos, prorrogável por igual período. E anualmente devem ser enviados relatórios parciais, e ao término, um relatório final.

Quando aprovado, fica a critério da comunidade fazer Termo de Autorização Individual de cada visitante, bem como fazer o visitante firmar o termo de compromisso. Estes documentos devem ser enviados à FUNAI, com até 5 dias de antecedência, para deixá-los ciente da presença de visitante. Estes documentos servem tanto para visitantes quanto para parceiros. A fiscalização será realizada pela FUNAI e pela própria comunidade.

Como anteriormente, não havia políticas que garantissem a destinação de recursos financeiros para as terras indígenas reconhecidas e demarcadas, isto contribuiu para que as comunidades indígenas buscassem a possibilidade de levantar recursos através de outros planos e programas, ou mesmo através de acordos de cooperações com Organizações Não-Governamentais (ONGs) e/ou associações, que tenham interesse em fazer parcerias que possam trazer contribuições positivas para estes povos.

Enquanto que os processos de reconhecimento e homologação das terras indígenas seguem vagarosamente, o turismo foi se expandido sem ter a concreta regulamentação dos órgãos responsáveis.

É necessário atentar que, por mais que estes estejam amparados pela Constituição de 1988, normalmente os seus direitos continuam não sendo respeitados como deveriam. Neste contexto, percebe-se que há muitas questões que ainda precisam ser debatidas, no âmbito social, cultural, econômica e ambiental. Além do mais, estas discussões sobre a inserção do turismo nestas comunidades são válidas haja vista que a atividade turística pode trazer muitos benefícios para as terras indígenas que vem sofrendo constantes pressões de madeireiros, garimpeiros, posseiros e grileiros.

Neste sentido, o turismo poderia ser uma oportunidade para buscar soluções aos problemas enfrentados, sendo uma forma de proteger e salvaguardar estas terras, além de se afirmar culturalmente como acontece no caso dos Jenipapo-Kanindé no CE, no qual Lustosa afirma que o com o turismo “(...) reescrevem as suas histórias e reafirmam as suas identidades no árduo processo de reelaboração étnica em que o turismo comunitário torna-se um aliado contemporâneo” (Lustosa, 2012, p. 114).

Lustosa (2012) defende a tese de que o turismo se torna um vetor de fortalecimento da identidade indígena frente as transformações territoriais pelos quais vem passando. E atenta que a grande diferença advém dos tipos de projetos de turismo, que são implementados, e os casos de maior sucesso são os propostos pelos próprios povos indígenas.

Faz-se necessário levar em consideração, que o turismo vem sendo adotado por povos indígenas e desenvolvido em suas TIs, entretanto esta atividade deixa dúvidas relacionadas sobre a real concepção que estes povos possuem sobre o assunto, bem como é necessário questionar se há a participação coletiva dos indígenas na elaboração, planejamento e execução destas experiências em suas aldeias, ou seja, se estas são iniciativas comunitárias, bem como, é de suma importância atentar se estas comunidades possuem atrativos turísticos e mercado consumidor.

Em relação aos povos indígenas e sua relação com o turismo, percebe-se em algumas experiências já citadas, que algumas etnias vêm desenvolvendo com o objetivo de ajudar na revitalização cultural, retorno do controle de autonomia, além de gerar renda e garantir sua resistência no atual sistema capitalista, bem como reforçar a etnicidade, a qual segundo Barth (1998) são características culturais e a língua as quais são comuns a um grupo de pessoas e que as diferenciam de outros grupos, já Grunewald (2004), atenua a etnicidade como a construção identitária. A relação entre povos tradicionais, principalmente os indígenas, e o turismo é bastante criticada já que são diretamente atreladas ao processo de aculturação que a atividade pode desencadear, porém, não se deve subestimar a capacidade dos povos indígenas em planejar, empreender e conduzir o desenvolvimento turístico em seu território.

4 DESCORTINANDO O BINÔMIO: DO DESENVOLVIMENTO AO ETNODESENVOLVIMENTO E METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS

4.1 Da trajetória do desenvolvimento ao etnodesenvolvimento

As primeiras correntes de pensamento sobre o desenvolvimento têm suas raízes na economia neoclássica, onde as discussões realizadas cerceavam aos assuntos que estavam relacionadas às estratégias econômicas e políticas, preocupando-se com as nações menos favorecidas ou no caso de situação de subdesenvolvimento, para que alcançassem a satisfação das necessidades humanas. Tanto é que, para que este processo de desenvolvimento se inicie, é necessária que haja a transferência da população do campo para a cidade (SINGER, 1982; BOISIER, 2000).

No processo relacionado ao desenvolvimento, também estão implícitos diversos outros fenômenos socioeconômicos, como “(...) o aumento da produtividade do trabalho, melhoria do padrão de vida tanto da população urbana como da rural, elevação do nível cultural, etc.” (SINGER, 1982; p. 38). Dessa forma, este desenvolvimentismo pensado, culminaria em uma nova ordem mundial, trazendo como base o modelo de fomento à urbanização, a industrialização, avanço tecnológico e o crescimento econômico, onde este último se daria através do aumento do Produto Nacional Bruto (PNB) (SINGER, 1982; SEN, 2000).

Por muitos anos, o termo *desenvolvimento* esteve relacionado com a instauração do capitalismo industrial. Havendo assim, um processo de transformação sócio espacial, do ambiente natural buscando a geração de riquezas materiais, para serem impostas à sociedade como necessidade. Tendo estas necessidades satisfeitas, estabelece-se a ideia de *bem-estar social*, em que, para alcançá-lo, faz necessária que haja a satisfação das necessidades humanas mais elementares que são: alimentação, vestimenta, saúde, educação, habitação, a redução da pobreza e do desemprego, porém seguindo um padrão pré-estabelecido de desenvolvimento, este como sinônimo de progresso (FURTADO, 1980).

O dito desenvolvimento esteve no centro da visão do mundo que prevalecia na época, onde o homem em momento nenhum se encontra em devido equilíbrio com o meio em que vive, pois está sempre buscando transformá-lo para realizar-se, seja individualmente ou coletivamente, e transformando o mundo, é que se engendra o desenvolvimento (FURTADO, 1980).

Este “desenvolvimento”, como pode ser observado, sempre esteve relacionado ao crescimento econômico, sendo tratado então, como o desenvolvimento econômico, conforme afirma Boisier (2000, p. 2) “Durante dos décadas el desarrollo continuó siendo casi un sinónimo de crecimiento y el PIB agregado y sobre todo, el PIB per cápita fue la medida corriente del nivel de desarrollo”. Segundo Cacho e Azevedo (2010) deve-se atentar que este crescimento, nem sempre significa desenvolvimento econômico e social, já que muitas vezes as riquezas que são geradas, acabam por sobressaltar ainda mais as desigualdades e exclusões sociais.

Autores como Singer (1982), Sen (2000) e Boisier (2000) vêm romper com esta ideia de que o crescimento é sinônimo de desenvolvimento, destacando que para que haja o desenvolvimento, o crescimento econômico é condição *sine qua non*, mas não se constitui como condição suficiente, pois:

Para el neoliberalismo, el crecimiento es un fin en sí mismo y la concentración se acepta como una consecuencia natural. Para el desarrollismo, el crecimiento es una condición económica que conllevará desarrollo. Ambas suponen que la concentración estimula el crecimiento lo cual es demostrable estadísticamente – pero, mientras el neoliberalismo no ve necesidad alguna de limitarla, el desarrollismo, que sí le reconoce límites, no logra controlarla. (MAX-NEEF; ELIZALDE; HOPENHAYN, 1986, P. 28).

Oliveira (2006) aponta que normalmente a concepção de desenvolvimento, resulta do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, sempre atentando para a melhoria dos indicadores de bem-estar econômico e social:

O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras (OLIVEIRA, 2006, P. 40).

Deve-se pensar no desenvolvimento levando em consideração os fatores que são qualitativos e não apenas quantitativos, pois estes medem apenas crescimento, já os qualitativos estão ligados à qualidade de vida por meio da priorização da saúde, da educação, da liberdade, dentre outros. Conforme afirma Sen (2000, p. 29), “o desenvolvimento tem de estar relacionado, sobretudo, com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos”, sendo a liberdade considerada como o principal fim e o principal meio para que ocorra o desenvolvimento.

Na visão de Sen (2000), o desenvolvimento é cheio de contradições, já que normalmente o que acontece é que a população é sempre limitada em suas liberdades, muitas vezes, ficando a par de decisões políticas, que acirram ainda mais as desigualdades sociais, que acabam por se tornar o motor de desenvolvimento da sociedade capitalista. Tal conclusão também pode ser visualizada na atividade turística, levando em consideração que, de um modo geral, “todos” visam o progresso, esquecendo que a pobreza e a riqueza crescem nas mesmas proporções.

Neste contexto, observou-se que o desenvolvimento recebeu diversos adjetivos, passando a existir uma polissemia em torno do mesmo. Houve a tentativa de dar uma identidade única a cada adjetivo, quando na verdade o desenvolvimento é uma utopia social por excelência (BOISIER, 2000). Coriolano (1999) afirma que não se deve conceber o desenvolvimento a crescimento econômico, já que o primeiro deve garantir que as necessidades básicas estejam asseguradas de forma equilibrada, trazendo a tona o viés social, o qual é dimensão fundamental para a atual concepção do desenvolvimento.

Ayala e Fehlauer (2005) mostram que quando o viés social do desenvolvimento começa a ficar em evidência, fica transparente que o modelo ocidental adotado possui diversas fragilidades. Isso se deve porque estava baseado nas imposições realizadas pelas burocracias estatais. As falhas quanto às questões sociais e ambientais, fez emergir em meio a este cenário a preocupação de aprimorar o conceito de desenvolvimento no qual houvesse a preocupação com as bases da sociedade. Culminando então, no surgimento da ideia que prioriza a participação da comunidade local, para que o desenvolvimento possa se tornar sustentável.

No período pós Segunda Guerra Mundial esses debates se intensificam, e trazem o anseio de progresso e melhoria nas condições de vida. Conforme Oliveira (2006, p. 39), “o documento de maior importância dessa época, no que tange a questões de desenvolvimento, é a Carta das Nações Unidas, divulgada, em abril de 1945, na Conferência de São Francisco”. A ONU, a qual é composta por 51 países (na época), apresentava como principal objetivo a manutenção e melhora dos níveis de qualidade de vida.

Com esta preocupação, a ONU, criou uma série de programas e organismos especiais que possuíam como principal viés, manter o equilíbrio social mundial de vários países, exemplos desses programas são: Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Organização Mundial de Saúde (OMS), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), todos possuíam um único objetivo: melhorar a qualidade de vida da sociedade (OLIVEIRA, 2006).

Na década de 1970, com os grandes projetos, os movimentos ambientais passam a se mobilizar e a questionar como se apresenta o modelo de crescimento econômico, o qual não sustenta suas ideias pautadas pela preservação ambiental, tornando esta, uma questão de destaque, onde se pensasse em outras formas de desenvolvimento que envolvesse as populações, fazendo com que a participação se constituísse como relevante instrumento no fortalecimento da sociedade civil.

As décadas de 1970 e 1980 fortalecem o paradigma do desenvolvimento sustentável passando a se tornar um tema muito recorrente. Conforme afirma Sachs (1986, p. 48) esta onda de conscientização ambiental é trazida à tona pela “descoberta de que a humanidade havia alcançado suficiente poder técnico para destruir eventualmente toda a vida do nosso planeta”.

É também neste período histórico em que acontece a Conferência de Estocolmo de 1972, como a elaboração do relatório que foi produzido pela Comissão de Brundtland, o qual se denomina o Nosso Futuro, como discutido no capítulo anterior.

Conforme Little (2002), concomitante com o avanço do desenvolvimento econômico, além do movimento ambientalista, houve também um movimento que lutava pelo reconhecimento da diversidade cultural e étnica que existia no interior dos distintos estados do mundo. E ainda segundo o mesmo autor, em 1980 começa-se a se falar publicamente em Estados pluriétnicos e multiculturais.

Diante destes movimentos, Lima (2002) aponta que o cenário visto nos últimos 40 anos, ocorre devido a diversas mudanças nas relações entre o Estado Nacional Brasileiro e os povos indígenas no Brasil, pois passamos de uma política desenvolvimentista desenfreada, chegando à demarcação a partir dos anos 1990 de várias partes do território brasileiro na condição de terras indígenas (TIs), direito este assegurado aos indígenas, após longos anos de luta e resistência.

Como já visto no capítulo 2, a Constituição de 1988 que amparava estes povos, resgatando-os da condição de tutelados, fazendo-os pensar que eram grupos capazes de se organizarem e se representarem, conforme aponta Lima (2002).

Com isso, estes povos passaram a pensar em se desenvolver a partir de seus anseios e/ou demandas, já que seus hábitos e costumes valorizam a sustentabilidade do meio em que vivem, questão esta, muito latente neste período de transição. Além do que, com a constituição, estimulou-se ainda mais o associativismo indígena, fazendo com que “o movimento indígena e suas inúmeras formas de expressão institucional, sobretudo no modelo

não autóctone das chamadas Organizações Indígenas (OIs), tem feito a diferença essencial desde os anos 1970-1980” (LIMA, 2002, p. 19).

Dessa forma, diante da crise do paradigma da sociedade contemporânea e seu desenvolvimento, e do reconhecimento destes povos, dando aos mesmos a capacidade de se representarem, principalmente através das OIs, é que surge o conceito de etnodesenvolvimento, que passa a possibilitar o reconhecimento de outra visão de desenvolvimento voltado para a autonomia dos povos autóctones visando a sua auto sustentação.

De acordo com Verdum (2006), há três eventos que são fundamentais para disseminação da ideia do etnodesenvolvimento, que são:

Quadro 8 – Principais eventos relacionados ao Etnodesenvolvimento

| PRINCIPAIS EVENTOS RELACIONADOS AO ETNODESENVOLVIMENTO |
|--|
| O Simpósio sobre “Fricção Interétnica na América Latina”, realizado em Bridgetown (Barbados), em janeiro de 1971, organizado pelo Instituto Etnológico da Universidade de Berna, realizou um debate sobre a situação dos povos indígenas na América Latina, elaborou um documento conhecido como a Declaração de Barbados. |
| O Simpósio “Movimentos de Liberação Indígena na América Latina”, realizado também em Barbados, em julho de 1977, na Universidade das Índias Ocidentais. O documento final, foi denominado de Declaração de Barbados II. |
| A “Reunión de Expertos sobre Etnodesarrollo y Etnocídio en América Latina” reunião internacional patrocinada pela Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO/Costa Rica) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), 1981, que produziu a Declaración de San José |

Fonte: Verdum, 2006.

Ainda de acordo com Verdum (2006, p. 72) “A última declaração, denunciava o etnocídio a que estavam sendo submetidos os povos indígenas da América Latina, reivindica explicitamente o etnodesenvolvimento como um direito dos povos indígenas e um dever dos Estados nacionais”. Estas discussões relacionadas ao etnodesenvolvimento têm sua origem sociocultural no contexto interétnico mexicano, e emerge no cenário internacional e nacional como uma alternativa à ideia de que os povos indígenas são um obstáculo ao desenvolvimento nacional.

Com o direito a diferença cultural discutido na Constituição brasileira, lançaram-se também novos desafios na esfera pública para o estabelecimento de normas de uma democracia que fosse plural e igualitária e que viesse a respeitar estas diferenças culturais. Ainda de acordo com Little “no plano econômico, porém, existe um desafio maior: elaborar

padrões de desenvolvimento econômico que levam em conta essa riqueza cultural” (LITTLE, 2002, p. 36). O autor ainda corrobora que “é no México que esses debates têm se desenvolvido com mais força (...)” (LITTLE, 2002, p. 40).

O termo *etnodesenvolvimento*, do qual Rodolfo Stavenhagen (1984) foi um dos principais autores, tornando-se uma das referências no assunto juntamente com Batalla, foi proposto de acordo com o primeiro “como ‘necessária’ à autonomia dos povos indígenas, a anexação do prefixo “etno” à palavra desenvolvimento e com isso a proposição teórica geral do *etnodesenvolvimento*, no sentido de manter o diferencial sociocultural de uma sociedade” (1985 *apud* AYALA; FEHLAUER 2005, p. 40).

Segundo estudos relacionados ao uso do conceito sobre *etnodesenvolvimento*, percebeu-se que até início dos anos 1990, este esteve limitado a um número restrito de lideranças indígenas, Organizações Não Governamentais (ONGs) e intelectuais que estavam interessados no tema, porém, com o passar do tempo tornou-se parte integrante do vocabulário de um público mais diverso, o qual discutia a respeito do desenvolvimento sustentável.

De acordo com Batalla (1995, p. 467) o *etnodesenvolvimento* é entendido pelo mesmo como “el ejercicio de la capacidad social de un pueblo para construir su futuro, aprovechando para ello las enseñanzas de su experiencia histórica e los recursos reales y potenciales de su cultura, de acuerdo con un proyecto que se defina según sus propios valores y aspiraciones”, isto é, é necessário que haja capacidade autônoma, de uma sociedade culturalmente diferenciada, que venha a definir e guiar seu próprio desenvolvimento. Na concepção do autor, para que o processo de *etnodesenvolvimento* aconteça há algumas condições que são requisitos para que se cumpra de fato.

Uma das condições que devem ser consideradas no processo de *etnodesenvolvimento* é reconhecer os diversos grupos étnicos como unidades políticas, já que estes grupos diferenciados tiveram suas personalidades políticas negadas, como por exemplo, os povos indígenas.

El control de los recursos culturales, el fortalecimiento de la cultura autónoma a que aspira cualquier proyecto de *etnodesarrollo* pasa, indispensablemente, por la restitución y garantía de los territorios étnicos. Pero la constitución de un territorio étnico va más allá del trazo de nuevos perímetros sobre un mapa: implica el reconocimiento de que ese territorio es de un pueblo como una unidad social, jurídica y política, capaz de ejercer decisiones sustantivas sobre ese territorio. De ahí la ineludible premisa del reconocimiento político de los pueblos indios (BATALLA, 1995, p. 473)

Batalla (1995) reforça que quando se fala de reconhecimento político destes povos, fala-se diretamente de autogestão. E quando se fala de autogestão, se trata diretamente de ter uma forma própria de gerir que possui sentido de cultura própria já tratada no texto, a qual se refere as formas de organização social, onde estão inseridos os processos de endoculturação, trabalho coletivo e cooperativo.

Outra condição apontada por Batalla (1995) é que haja a capacitação de indivíduos do próprio grupo, buscando trabalhar na vertente contrária aos modelos de vida proposto pelos setores dominantes ocidentais. Estas pessoas, sendo da comunidade, devem capacitar-se a partir de sua própria cultura e conhecer sua verdadeira história, valorizando seus recursos e conhecimentos, além de ter como outra condição fundamental o reconhecimento da sua própria língua.

É importante ressaltar que todo o planejamento e formação do etnodesenvolvimento, deve ser assunto interno de cada povo, e o Estado deve apenas apoiar a forma de desenvolvimento destes povos, além de buscar criar condições que tornem seu desenvolvimento possível.

Um dos pontos fundamentais na discussão do etnodesenvolvimento é a questão da cultura própria que qualquer sociedade possui, a qual é formada pelas características culturais presente em uma comunidade, e que é entendida como o elemento que sustenta a vida em comum. Batalla (1995) traz ainda a discussão em torno do controle cultural que deve haver nestas comunidades, pois para o mesmo *control cultural* é a “capacidade social de decisión sobre los recursos culturales, e decir, sobre todos aquellos componentes de una cultura que deben ponerse en juego para identificar las necesidades, los problemas y las aspiraciones de la propia sociedad, e intentar satisfacerlas, resolverlos y cumplirlas” (BATALLA, 1995, p. 468).

Sendo a cultura um fator preponderante na questão do etnodesenvolvimento, faz-se necessário manter este controle cultural, pois se perder o controle, se perde também a unidade social diferenciada que caracterizava esta comunidade. Por isso fortalecer a cultura e ampliar a sua capacidade autônoma de decisão, faz com que as comunidades empoderem-se e venham a ter consciência que a participação de todos é que vai leva-los a ter uma vida social mais justa e igualitária.

De acordo com Verdum (2006) pode-se afirmar que a emergência das entidades indígenas e o crescimento de seu papel político no processo de democratização no Brasil estão relacionados a quatro fatores: a percepção dos índios sobre a necessidade de auto-organização voltada para a defesa de territórios, recursos naturais e autonomia política; o processo mais amplo de “redemocratização” da sociedade nacional, verificado nos anos 1980, que teve no

processo constitucional de 1986-88 seu ponto alto; a crise do modelo tutelar gerido pelo Estado nacional; e o contexto transnacional.

Observasse que mesmo que a Constituição de 1988 tenha dado o reconhecimento formal do direito à organização e à representação própria por parte dos indígenas no Brasil, assim como a demarcação de suas terras, os mesmos ainda sofrem constantes pressões em seus territórios, e sendo que nem todos os povos possuem suas terras asseguradas, como afirma Lima (2002, p. 16) “Em primeiro lugar, certos setores governamentais têm divulgado a ideia de que já se tem equacionado o “problema fundiário indígena”, com enormes porções de terras demarcadas, o que é superficial e falso diante da realidade excruciante do Brasil como um todo (...)”. Além do que, estas pressões se dão não só pelos governos, como pela mídia e empresários, e acaba por tolher a autonomia destes povos indígenas em suas próprias terras, levando a inúmeros casos de situações fundiárias indefinidas, chegando até certas vezes ao retorno da condição de tutela, uma condição hoje já ultrapassada.

Por isso, a necessidade de auto-organização dessas sociedades, o surgimento e a multiplicação de entidades indígenas e sua articulação em redes e movimentos de abrangência regional, nacional e internacional, se fazem extremamente necessária, para que se articulem em busca do seu próprio desenvolvimento.

É necessário salientar que a falta de conhecimento mais aprofundada, que vem envolvendo os aspectos atuais de inserção das sociedades indígenas nas dinâmicas políticas locais, acaba muitas vezes por se constituir em um problema. Segundo Lima (2002) esta ocorre não só com a dinâmica local, mas também com as regionais e nacionais, e com os organismos de fomento, devido as transformações sociais que vêm sendo enfrentadas pelas sociedades indígenas tanto nas áreas fundiárias, como na saúde, educação e de suporte para plano de desenvolvimento, tornando difícil encontrar formas de organizações para lidar com estes povos.

Diante do atual contexto em que se encontram as terras indígenas e populações tradicionais, as quais passam por grandes dificuldades perante o processo para viabilizar a sua autonomia frente ao almejado desenvolvimento, é que o diferencial participativo, e o uso dos saberes e técnicas da comunidade local deve ser a base para se desenvolver de forma sustentável. Segundo Azevedo et al (2013), no Brasil as experiências bem sucedidas quanto à participação comunitária em diferentes projetos ainda são poucas. Porém, há o interesse em aprofundar os debates relacionados ao envolvimento comunitário nos processos de planejamentos, para que este seja considerado como um diferencial na busca da equidade social na atual sociedade.

E já que o desenvolvimento deve atender as necessidades básicas como apresentado por Max-Neff (1993), as associações, juntamente com os movimentos sociais e as ONGs, tornam-se peças-chave dentro dessa nova configuração política e econômica. Onde a inserção e valorização destes povos e seu sistema alternativo de produção tradicional sejam englobados a nova lógica de desenvolvimento, deixando de ser considerados obstáculos do desenvolvimento, e passando a contribuir com seu conhecimento.

Portanto, é necessário promover uma maior inclusão indígena, tendo estas bases pautadas pelo uso das metodologias participativas, discutindo-se também as formas de cooperação que visem auto sustentação econômica, bem como a diminuição das dependências políticas que as comunidades possuem. Dessa forma, quanto maior for a participação indígena diante dos processos decisórios, poderá haver modificações nas relações de poder, buscando anular o caráter unilateral dessas relações.

Por fim, a comunidade de Tekrejarôti-re, buscando alternativas ambientalmente sustentáveis, que sejam viáveis e atendam os anseios da própria população, bem como as pretensões que se ampliaram a partir do maior contato com outras culturas (pois vivem próximo ao Centro Urbano de Redenção/Pará) encontraram no etnodesenvolvimento aliado as metodologias participativas, bases que possam dialogar a respeito do intercâmbio de experiências entre os indígenas e não indígenas, além de torna-se uma via importante para ajudar nas definições das relações e o modo como estas deverão ser estabelecidas no futuro projeto de turismo.

4.2 Metodologias participativas e sua contribuição para o desenvolvimento do turismo

Conforme Alió (2012) as metodologias participativas, passaram a ser conhecidas pouco antes do Cumbre em Rio 1992, onde foi acordado que para que fossem realizadas as tomadas de decisões para a agenda 21, estes deveriam contemplar a participação dos cidadãos em todos os processos de decisões.

Estas ações começam a se firmar no final dos anos 1980, através da pesquisa-ação participante (ALIÒ, 2012; MONREAL, 2011). As metodologias participativas surgem em distintos contextos, algumas vezes através das políticas públicas, ou diante de mobilizações e necessidades cidadãos e outras vezes através do contexto acadêmico. De acordo com Alió (2012) nota-se o que o interesse pelas metodologias participativas normalmente advém de pesquisadores das ciências sociais.

Faz-se necessário utilizar metodologias participativas normalmente quando se trata de tomar decisões relacionadas a vida cotidiana e espaços públicos. Para que seja tratado como participativo deve-se levar em considerações três pontos:

- a) 1º As pessoas devem acompanhar toda a investigação do projeto;
- b) 2º As investigações participativas devem ter a capacidade de gerar processos de autoconhecimento e aprendizagem;
- c) 3º Aceitar as demandas da sociedade civil, pois estes implicarão em processos científicos e culturais que são promovidos pela mesma população.

As metodologias participativas resultam das demandas e necessidades da própria população, e que estas normalmente respeitam a forma de viver das populações, fazendo com que as atividades sejam adequadas a sua realidade, inclusive levando em consideração o respeito à vida nos âmbitos públicos e a natureza.

Há duas grandes formas de participação: 1ª - aquela que parte da população que quer tomar parte dos processos de decisão; e a 2ª - é a outra que emana do sistema político-administrativo (conhecido como governança).

Alió (2012) faz uma análise do trabalho de Gyford (1991) o qual propôs que haveriam sete modelos de participação cidadã, porém a autora considera que dentre as sete, há três modalidades que devam ser consideradas como as principais, as quais vem sendo usadas pela sociologia política: O modelo de participação restringida; o modelo de suporte participativo e o modelo de participação decisória. Em suma, trata-se de três modelos de cultura democrática, que irá influenciar no espectro social e também na prática científica.

De acordo com Alió (2012) as metodologias participativas surgem no contexto das inter-relações política e social, no momento em que: as metodologias convencionais não oferecem um marco satisfatório para o mesmo trabalho científico (ciência), e por outro lado as perguntas e necessidades dos grupos e seguimentos da população não estavam sendo atendidos, e onde ainda podem se constituir como método científico. Normalmente os temas em que se exige que sejam utilizadas as metodologias participativas, tratam a respeito do meio ambiente ou vida pública. E uma das perguntas mais frequentes que são realizadas quando se trata do uso destas metodologias se referem à: em que momento do processo estas metodologias serão utilizadas?

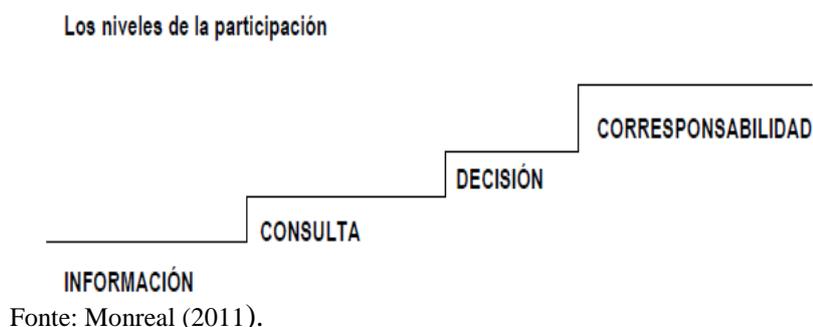
Estes questionamentos surgem, devido o fato de que, para que se atinjam os objetivos, é necessário que estas metodologias acompanhem todo o processo, no qual a população deve estar presente desde o planejamento dos objetivos até a finalização das

conclusões. As metodologias participativas são muito importantes nos processos de desenvolvimento local, já que devem se adequar ao território e a cultura das pessoas locais.

Deve-se sempre atentar para as propostas, reflexões e perguntas que surgirão, tendo em vista que isto pode trazer novas possibilidades aos estudos. Alió (2012) chama atenção que estes pontos também devem ser levados em considerações quando este for atender a demanda de uma população que venha a pedir ajuda, e onde esta também queira participar da investigação que será realizada. Ainda de acordo com a mesma autora, as metodologias participativas também servem de instrumentos que permitem aprofundar o tema que está sendo investigado, e a participação nestes casos de metodologias se constituem como o principal elemento, onde todos os outros devem se apoiar.

Através dos processos que se dizem participativos, as comunidades passam a ser protagonistas nas tomadas de decisões, já que podem fazer análises de suas próprias realidades. A comunidade torna-se mentora de seu próprio desenvolvimento, já que aumentam a capacidade política e econômica de toda a comunidade. Porém, para se obter um processo de desenvolvimento autenticamente participativo, Monreal (2011) considera a necessidade de passar por quatro níveis de participação conforme a figura 1 abaixo:

Figura 1: Níveis de participação.



Ainda de acordo com Monreal (2011, p.1), “Es importante, por tanto, hacer una identificación y planificación con metodologías participativas, pero enfocadas siempre a la continuidad de la aplicación de metodologías participativas también en las siguientes fases de ejecución y evaluación”. Portanto, as metodologias participativas devem ser presente desde o autodiagnóstico até a sua execução e evolução, conforme as características apresentadas no Quadro 9

Quadro 9: Características de Projetos de desenvolvimento fundamentados nas metodologias Participativas

| | |
|-----|--|
| 1. | Ir más allá del marco lógico, con planteamientos y metodologías abiertas y flexibles. |
| 2. | Perseguir un desarrollo alternativo lo más sostenible y endógeno posible. |
| 3. | El proyecto parte de una demanda social, sentida como tal por la población beneficiaria. |
| 4. | Concebir a la comunidad local como protagonista de un proceso de cambio y transformación social. |
| 5. | Los proyectos deben ajustarse a la comunidad local y no al revés. |
| 6. | Comunidad local no sólo son los expertos, técnicos, instituciones y líderes locales, sino principalmente la población o base social. |
| 7. | El desarrollo requiere un autodiagnóstico y una planificación participativa orientada hacia el empoderamiento y la auto-capacitación por parte de la propia población. |
| 8. | La metodología participativa es aplicable en todos los ciclos de un proyecto: identificación, ejecución y evaluación. |
| 9. | ¿Algunas características más...?: suelen ser proyectos más largos, el análisis de los problemas y las soluciones se hace con un enfoque transversal e integral, se da mucha importancia a la transparencia e información, etc. |
| 10. | Los resultados son más eficaces, creativos y sostenibles. |

Fonte: Monreal, 2011.

Percebe-se com estas características que o principal objetivo de aplicar as metodologias participativas, concerne em dar empoderamento a comunidade, e fazer com que se faça análises críticas e construtivas, através de reflexões que sejam feitas coletivamente, tornando-os assim principais sujeitos por suas mudanças. Já que ao empoderar há a possibilidade de emancipação dos indivíduos, aumentando a autonomia e a liberdade. Segundo Barquero (2001) o empoderamento, tem suas raízes na busca pelos direitos civis a qual buscava uma participação real e simbólica que possibilitasse a democracia. Já em relação ao sentimento de empoderação em grupos, este tende a promover o sentimento de pertencimento, práticas solidárias e de reciprocidade.

Normalmente quando a população se familiariza e passa a ter confiança nos pesquisadores/investigadores, passa-se a demonstrar atitudes mais ativas, já que a comunidade passa a falar sobre suas experiências e visões que venham a ser tanto pessoais quanto conjuntas. Dessa forma, as reuniões passam então a se constituir em espaços onde as trocas de experiências, desencadeiam diálogos verdadeiros entre a população e o pesquisador, o qual foge o atual modelo dominante, onde se tinha a ideia de que os profissionais é que detinham o conhecimento e estavam apenas transmitindo-os.

Logo, quando se trabalha com a proposta baseada no desenvolvimento humano, o qual se fundamenta na democracia participativa, o método mais adequado é a observação participante, que é posto em prática através da pesquisa-ação participante.

Este tipo de metodologia pode também apresentar algumas dificuldades, já que ainda é uma metodologia recente. Algumas destas dificuldades são apontadas novamente no Quadro 10

Quadro 10: Dificuldades encontradas na aplicação da metodologia participativa

| | |
|----|---|
| 1. | No contar con los medios necesarios: facilitadores expertos y neutrales, recursos materiales, tiempo. |
| 2. | No responder con el proyecto a una demanda social y sentida realmente por la población beneficiaria. |
| 3. | No contar con respaldo institucional y técnico. |
| 4. | No conseguir la implicación ciudadana. |

Fonte: Monreal (2011)

Portanto, pensar em como reverter estas dificuldades faz também parte do processo, já que este deve ser adequado as necessidades apontadas pelas comunidades, utilizando desses instrumentos para aprofundar as questões em debates, tendo a participação como forte elemento na corresponsabilidade nas tomadas de decisões e proposições de ações. Dessa forma, as metodologias participativas se constituíram como facilitadoras no processo de diálogo sobre o turismo na comunidade de Tekrejarôti-re.

5 A ALDEIA TEKREJARÔTI-RE E O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA ATIVIDADE TURÍSTICA

5.1 O povo Kayapó e a terra indígena Las Casas – breve contextualização

Os Kayapó são uma etnia complexa, rica em sua cosmologia e organização política e social. É uma das maiores etnias ainda existentes e vivem nos estados do Mato Grosso e Pará.

Sua população conta com cerca de 8.638 pessoas de acordo com os dados da Fundação Nacional da Saúde (FUNASA) (2010) que podem ser encontrados no site do Instituto Socioambiental (ISA)¹⁵. Os Kayapó vivem em aldeias dispersas ao longo dos rios Iriri, Bacajá, Fresco e de outros afluentes do rio Xingu. A língua falada pelos Kayapó pertence ao tronco linguístico Macro Jê, e se autodenominam *Mebêngôkre* que significa “homens dos olhos de água” (FUERST, 1971).

De acordo com os estudos realizados por Verswijver (2002) e Melo (2004), os Kayapó estariam divididos nos seguintes subgrupos e aldeias conforme pode ser visto no quadro 11:

Quadro 11: Subgrupos e aldeias Kayapó

| Subgrupos | Terra Indígena | Aldeia | |
|----------------------|----------------------------------|-------------------------------|------------------------|
| Gorotire | TI Kayapó | Gorotire, Kikretum, Las Casas | |
| Kubenkrankeng | Kubenkrankeng | Kubenkrankeng | |
| Mekrãgnoti | TI Baú | Kubenkokre, Kenjam, Pykany | |
| Metyktire | TI Baú | Kremoro, Metyktire, Piarçu | |
| Pore-Kry | Djore (Extintos na década de 30) | | |
| | Xikrin | TI Xikrin do Cateté | Pykantigráte, Djedjêko |
| | Kokorekré | TI Trincheira do Bacajá | |

Fonte: Verswijver (2002); Melo (2004).

Esse conjunto de terras indígenas Kayapó situa-se no Estado do Pará. Verifica-se que a terra indígena Las Casas está situada entre Redenção e Pau D’arco e para entendermos sobre o histórico de ocupação da Terra Indígena Las Casas, faz-se necessário compreender o processo de formação desta comunidade e seu contexto inicial, bem como é de suma importância esclarecer que “(...) os Kayapó chamam a Terra Indígena em referência a Tekrejarôti-re¹⁶, apesar de reconhecerem Las Casas como nome “oficial” da mesma. (...)

¹⁵<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kayapo/177>

¹⁶Souza já está utilizando essa nomenclatura em sua dissertação, embora escreva Tekrejarôtire. Adotei a grafia Tekrejarôtire por ter sido a forma que os próprios índios escreveram este nome, cabendo respeitar sua grafia (MELO, 2003)

Diante do exposto, adotamos o nome Las Casas para a Terra Indígena e Tekrejarôtire para a aldeia (...)” (MELO, 2003, pág. 8).

A presença dos Kayapó nesta área remonta ao século XVIII, onde os primeiros habitantes foram os Irã’a Mraire, hoje extintos (VERSWIJER, 2002). Esse território se constitui como parte dos territórios tradicionais do povo Kayapó, conforme constata Melo (2004), ao afirmar que esse local é considerado mítico para esta etnia, sendo também palco dos “primeiros contatos” entre os Kayapó e a sociedade nacional.

De acordo com estudos realizados, os Irã’a Mraire foram os primeiros Mebêngôkre que aceitaram o contato, o qual foi realizado através da missão dominicana de Conceição de Araguaia, criada com o intuito de catequizar os Kayapó e pacificá-los. Com o contato estabelecido, houve a dizimação deste grupo, devido às doenças. Dessa forma, os seus territórios foram ocupados por fazendeiros que habitavam a região (Robert et al, 2012).

Depois de alguns anos, conforme documentos encontrados em estudos realizados pelos estudiosos Arnaud (1989) e Melo (2003), esta região volta a ser habitada pelos Kayapó, para ser utilizada como Posto Indígena de atração pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), o qual foi denominado na época de Posto de Atração Padre Las Casas, cujo nome foi dado por referência a Frei Bartolomeu de Las Casas, que era um defensor dos direitos indígenas na América Espanhola.

Este posto de atração foi ativado na década de 1940, e seu funcionamento se deu até meados dos anos 1960, quando novamente houve o contato, desta vez, com os Xikrin, tendo como intenção realizar a pacificação de grupos indígenas, e é, neste período, que também se inicia a expansão da pecuária, juntamente com a exploração do caucho.

Alguns autores como Turner, 1992; Posey, 1992; Léa, 1993; Vidal, 1992; Arnaud, 1989; mostram em seus estudos que os Kayapó sofreram drásticas reduções populacionais a partir do contato interétnico, pois estes foram atingidos por enfermidades e epidemias desconhecidas por eles, e isto vem ocorrendo desde a chegada dos portugueses.

No ano de 1996, há o retorno definitivo à localidade de um grupo de Kayapó vindos de Gorotire (em sua grande maioria), em busca de lutar pela reconstrução do território tradicional e mistificado. Depois de longos anos de luta, no ano 2009 a Terra Indígena Las Casas é homologada, conforme o decreto publicado no dia 22/12/2009, com uma extensão de 21.344 ha (MELO, 2004).

5.1.1 Localização e aspectos geográficos

A Terra Indígena Las Casas, está situada dentro dos municípios de Pau D'arco, Floresta do Araguaia e Redenção, no Sul do Pará, como pode ser visualizado na figura 3 abaixo. Esta se encontra nas seguintes coordenadas ($7^{\circ} 55'088''S$ $49^{\circ} 55'348''W$), e conta com uma área aproximada de 21.100 ha (MELO, 2003). As fitofisionomias predominantes nesta TI constituem-se de: de savanas (cerrado), florestas ombrófilas e áreas de contato entre savana e formações pioneiras, segundo ISA (2010) Pérez (2011).

A TI Las Casas atualmente possui três aldeias Kaprãnkre-re, Tekrejarôti-re e Rõnekore, dentro do seu território, e isto se deu devido a duas cisões: a primeira ocorrida no ano de 2012, e a segunda cisão que deu origem a terceira aldeia ocorreu em 2014. É importante salientar que “estas cisões são frequentes entre os Kayapó”, como afirma Arnaud (1989, p. 435). A aldeia na qual foi realizado o presente trabalho é a Tekrejarôti-re, que conta com uma população de 183 pessoas, de acordo com o Censo da Saúde de 2014, dados estes, levantados em campo. As famílias da aldeia estão distribuídas em 26 casas, conforme pode ser visualizado na imagem abaixo:

Figura 2: Aldeia Tekrejarôti-re



Fonte: Google Earht, 2012.

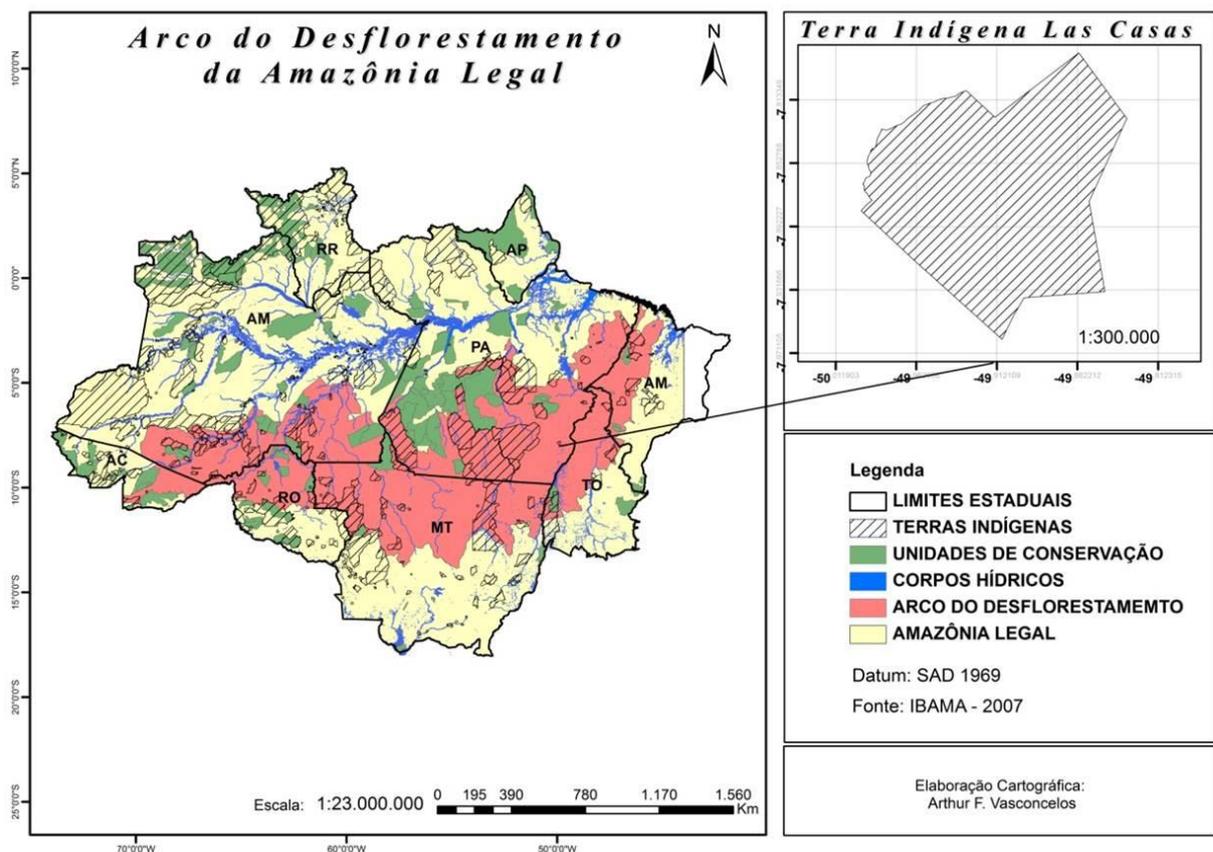
A aldeia possui um formato circular onde ao centro esta o *Ngà* (casa dos guerreiros), o qual é também o principal ponto político da aldeia, já que a maioria das

reuniões e decisões são tomadas lá, e nas laterais encontram-se: o posto de saúde, a escola, e casa da missão das freiras e o campo de futebol.

Normalmente, as aldeias estão transformando o seu estilo tradicional, e não mais deixando-as no formato de círculo, mas Las Casas ainda conserva o seu aspecto tradicional, inclusive na construção das casas que normalmente são feitas de barro e palha. Atualmente, algumas aldeias Kayapó já foram feitas em forma de um quadrado para que os inimigos fossem visualizados ao chegarem, além de já possuírem casas de alvenarias.

Como pode ser visualizado na figura 3 abaixo, esta TI está localizada em uma “área altamente degradada e imprópria para a agricultura, que se encontra em uma região conhecida como o “Arco do Desmatamento”, região assim caracterizada devido aos altos índices de desmatamento e pelos violentos conflitos de terras“ (SILVA, 2012).

Figura 3: Arco do Desflorestamento da Amazônia Legal



Fonte: IBAMA, 2007.

Segundo estudos que já vem sendo realizados nesta TI, constatou-se que esta já sofria com desmatamento desde o ano 2002, por meio da atividade madeireira e agropecuária,

o que ocasionou desmatamentos consideráveis, sendo identificado por Juliana Melo¹⁷, quando a mesma realizou o estudo que fundamentou o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Las Casas, documento este que foi enviado para que fosse realizada a homologação da TI.

A autora relata que se essa TI não fosse reconhecida, seria capaz de, em menos de um ano, toda a biodiversidade existente naquela terra desaparecesse em função da ação predatória dos regionais que lá viviam.

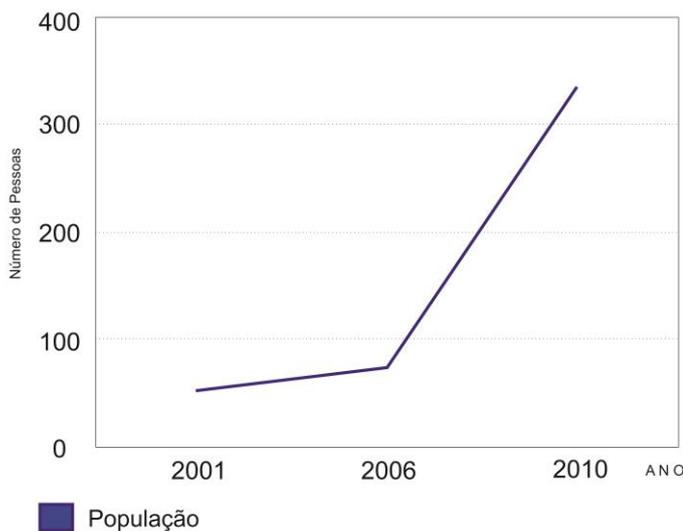
Porém, com a presença da comunidade que habita a TI, estes focos foram diminuindo, conforme o passar dos anos, já que estes fazem roças e plantações e participam de projetos que trabalham com Zoneamento Territorial e gestão de área que é realizada pela Floresta Protegida. Com isso, a área total desmatada, passou, então, a ter menores índices de desmatamento.

Com todos estes fatores, faz-se imprescindível a presença do povo Kayapó neste território, assim como a procura por alternativas sustentáveis de geração de renda, visto que a busca pela sobrevivência nesta região tem ficado cada vez mais difícil, pela alta degradação do solo, o desmatamento das áreas próximas a TI, ocasionando a fuga de animais e o desaparecimento de grande parte da matéria-prima utilizada para confecção de artesanatos, além do mais, sem a presença dos Kayapó haveria a perda da TI e de grande parte da história Mebêngôkre.

5.1.2 Aspectos socioeconômicos

A terra indígena Las Casas vem tendo um crescimento populacional considerável no qual, segundo o ISA (2012), conta com 337 pessoas, conforme pode ser visualizado no gráfico 3:

¹⁷ Juliana Melo foi responsável por elaborar o Relatório Circunstanciado de **Identificação** e Delimitação da Terra Indígena Las Casas em 2003.

Gráfico 3: Dados Demográficos da TI Las Casas**Dados Demográficos da Terra Indígena**

Fonte:
Instituto Socioambiental (ISA), 2014

Fonte: ISA, 2014.

A população a etnia Kayapó vêm crescendo gradualmente, e estima-se, segundo De Robert 2010, que a população nas aldeias Kayapó tem um crescimento anual de 5%.

De acordo com dados coletados em campo, na atualidade, a subsistência da comunidade da aldeia Tekrejarôti-re depende, sobretudo, das roças comunitárias e familiares cultivadas pelas famílias, além da caça e da pesca. Essas atividades agrícolas e extrativas se complementam com uma renda monetária proveniente de aposentadorias, bolsa família, salários (agentes de saúde, professores, e funcionários da FUNAI). Há também a comercialização do artesanato, que vem acontecendo através da parceria que foi realizada no âmbito do projeto do INCT/MPEG, e essa produção é levada até as lojas do São José Liberto e no Parque do Museu Emílio Goeldi, além de vendas ocasionais quando saem para jogos ou eventos.

Para a melhor visualização das atividades alimentares e econômicas realizadas na aldeia, foi elaborado um quadro que mostra o calendário sazonal Kayapó, o qual é uma adaptação do quadro feito por Ribeiro (2009) para os Asuriní no Médio Xingu. Esse quadro foi feito a partir de uma reunião realizada com a comunidade nos dias 02 e 03 de dezembro de 2014, o qual buscou identificar, todas as atividades executadas pelos mesmos, conforme Quadro 12

Quadro 12: Calendário Sazonal Kayapó, 2014

| ATIVIDADES ¹⁸ | SEXO | J | F | M | A | M | J | J | A | S | O | N | D |
|--------------------------|-------------------------------------|-----|--|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| ESTAÇÃO ¹⁹ | INVERNO/VERÃO | I | I | I | I | V | V | V | V | V | V | I | I |
| AGRICULTURA | Limpeza | ♂ | | | X | X | X | | | | | | |
| | Derrubada das árvores | ♂ | | | | | X | X | | | | | |
| | Queima | ♂ | | | | | | | X | | | | |
| | Plantio | ♂ ♀ | | | | | | | | X | X | X | |
| | Colheita | ♀ | X | X | X | | | | | X | X | X | X |
| | Milho | ♀ | X | | | | | | | | | | X |
| CAÇA | Anta, Cutia, Catitu, Porcão, veado, | ♂ | | | | | X | X | X | X | X | X | X |
| | Jabuti | ♂ | | | | | X | X | X | X | | | |
| | Tatu | ♂ | X | | | | | | | | | | X |
| TIPOS DE PESCA | Linha | ♀ | | | | X | X | X | X | X | X | X | |
| | Tarrafa | ♂ | | | | X | X | X | X | X | X | X | |
| | Malhadeira | | | | | X | X | X | X | X | X | X | |
| | Arco e flecha | ♂ ♀ | | | | | | X | X | | | | |
| | Cipó-Timbó | ♂ ♀ | | | | | | X | X | | | | |
| COLETA | Bacaba | ♂ | | | | | | | | | X | X | X |
| | Lenha | | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X |
| | Cipó-Timbó | | | | | | | X | X | | | | |
| | Coco Babaçu | ♀ | | | | | | | | | | | |
| | Jenipapo | ♂ ♀ | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X |
| | Urucum | | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X |
| | Pequi | ♂ ♀ | X | | | | | | | | X | X | X |
| Copaíba e Breu | ♀ | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | |
| FESTAS E RITUAIS | Memybiôk | ♂ | | | | | X | X | X | X | X | X | |
| | Menirebiôk | ♀ | | | | | X | X | X | X | X | X | |
| | Festa da Mandioca | ♂ ♀ | | | | | | | | | X | X | |
| | Bêmp | ♂ ♀ | | | | | X | X | X | X | X | X | |
| ATIVIDADES COMERCIAIS | Comercialização artesanato | ♂ ♀ | Ocorre o ano inteiro, já que normalmente são comercializados em duas lojas (MPEG e São José Liberto) | | | | | | | | | | |
| | Turismo/Vivência | | Em fase de planejamento, não ocorrerá de DEZ a FEV por concentrar o período de chuvas. | | | | | | | | | | |
| OUTROS | Jogos Indígenas | ♂ ♀ | Não há períodos regulares. | | | | | | | | | | |
| | Ano Letivo | ♂ ♀ | | X | X | X | X | X | | X | X | X | X |

Fonte: Campo, 2014.

¹⁸ Este calendário foi feito com o intuito de elucidar as atividades que também serão realizadas no futuro projeto de turismo. Não cabe nesta explicar detalhadamente todas as atividades realizadas, pois este não é o intuito do trabalho.

¹⁹ O inverno constitui os meses em que há chuvas mais intensas, e o verão os meses em que há sol.

De acordo com o calendário apresentado, no quadro 12, é notório que as atividades e a subsistência da comunidade se dão de acordo com a sazonalidade. Dessa forma, fica nítida a relação de dependência com a natureza e a forma de adequação dos indígenas no meio em que vivem.

Sendo a agricultura uma das principais fontes de fornecimento de alimento para essa comunidade, é necessário lidar com os períodos de verão e inverno predominantes nessa região para se fazer o preparo da terra. Portanto, para o início dessa preparação é necessário fazer a limpeza do terreno escolhido, que vai de março a maio, o qual normalmente tem como critério de escolha a qualidade da terra, a proximidade com a aldeia, o rio e córregos (ROBERT ET AL, 2012; MELO, 2003).

Tanto a queima quanto a derrubada das árvores são atividades masculinas e feita logo nos meses posteriores à limpeza da terra e antes que se inicie o período das chuvas, em setembro, inicia-se o plantio, realizado tanto pelos homens quanto as mulheres da aldeia.

As roças feitas pelos Kayapó possuem uma agrobiodiversidade ainda manejada por eles, e normalmente, seguem o formato conforme a figura 4, onde os estudos feitos por Robert et al. (2012) e Pérez (2011), mostram como se dá essa organização da roça pelas famílias.

Figura 4: Organização concêntrica e perfil em funil da roça Mebêngôkre 'ideal'. Realização: Anne-Elisabeth Laques.



Fonte: Robert et al (2012).

Normalmente no centro da roça, onde há a maior incidência de sol, ficam as plantas rasteiras e tubérculos, logo depois, vem o milho e o arroz, seguida pelas plantas mais altas, no caso, as bananeiras, que são as mais cultivadas em Las Casas. As plantas predominantemente mais cultivadas na aldeia, de acordo com Melo (2004) e Robert et al (2012), e dados levantados em campo, são: a mandioca, o milho, a macaxeira, inhame, batata, melancia, banana, batata doce, e o arroz. A manutenção da roça é tarefa de ambos os gêneros,

porém, na maioria das vezes, é feita continuamente pelas mulheres que sempre passam pelas roças.

Com vistas à recuperação do solo, os Kayapó utilizam-se da rotatividade dos lugares onde são feitas as roças, sendo comum deixar um espaço cultivável descansando. Normalmente não há replantio em uma área onde já houve a colheita, esta só ocorre depois de dois anos ou mais (MELO, 2003).

A alimentação também é complementada com alimentos adquiridos na cidade como: farinha de mandioca, feijão, café, sal, açúcar, bolacha de água e sal, arroz, macarrão, carne e frango, já que a comunidade de Las Casas mantém uma relação direta com Redenção, sendo este o município mais próximo (em torno de 30 km) e lá se encontram a FUNAI e o Distrito Especial de Saúde Indígena (DSEI) Kayapó, onde buscam atendimento tanto para as questões territoriais, quanto da saúde.

Mesmo que a comunidade ainda mantenha os sistemas comunais com outras famílias, e viva, conforme os períodos de caça, roça e pesca, grande parte da comunidade também recebem alguns benefícios como aposentadoria, bolsa família, ou salários, conforme pode ser visualizado no Quadro 13. Essas rendas advêm de cargos, programas e aposentadorias, e de acordo com os mesmos, além dos alimentos consumidos da TI, eles também utilizam esses recursos para comprar roupas, sapatos e alimentos. Os alimentos e acessórios consumidos, normalmente são adquiridos no município de Redenção ou em outras cidades da região.

Quadro 13: Recursos Financeiros advindos de outras fontes

| | |
|----------------------|----|
| EDUCAÇÃO | 5 |
| SAÚDE | 3 |
| APOSENTADOS | 9 |
| BOLSA FAMÍLIA | 23 |
| FUNAI | 1 |
| Total | 41 |

Fonte: Dados coletados em Campo, 2014.

Estando a população estimada em 183 pessoas, e destes, 41 recebem algum recurso, nota-se que 25% da população possuem alguma fonte de renda fixa mensal para ajudar a custear os gastos que são realizados na cidade.

Foi relatado também em entrevista informais que algumas famílias, principalmente as que se formam ainda por jovens, tendem a consumir alguns eletrodomésticos como: fogão, TV e DVD. Porém, como é necessário comprar o gás para utilizar o fogão, a maioria das mulheres continua coletando lenha para preparar a alimentação familiar, não fazendo muito uso do fogão.

Em relação à caça, esta é realizada às proximidades da aldeia quando é apenas para complementar a alimentação diária das famílias. As caçadas que são realizadas na serra e que podem durar muitos dias, ou até meses, são feitas para pegar a caça que será a alimentação servida nas festas e rituais, e neste caso, a busca é por animais específicos que são considerados pela etnia como alimento sagrado em cada ritual. As outras caças apanhadas que não são levadas para as cerimônias e rituais servem como alimentação no acampamento para a sobrevivência dos homens que estão na mata. Esta é uma atividade essencialmente masculina, sendo realizada pelos mais velhos e os guerreiros da aldeia.

Segundo Melo (2003), os Kayapó são dependentes das carnes de caça como principal fonte de proteína, principalmente, no inverno amazônico, quando a pesca se torna escassa. As carnes de catitu e tatu são as mais apreciadas nesta aldeia, e o jabuti é um alimento sagrado utilizado nos rituais como o Memymbiô e MenireBiô, e para a caça deste normalmente são realizadas grandes expedições. Segundo Melo (2003), as caçadas na aldeia para a alimentação diária em Las Casas é uma prática recorrente no período do verão.

Para a realização da caça, a arma mais utilizada é a espingarda, mas esta também pode ser feita com borduna, arco e flecha.

Em relação à pesca realizada em Las Casas, esta é uma atividade desenvolvida especialmente no verão, entre maio e novembro, pois é a época em que o peixe está em maior abundância no rio Pau D'arco que se constitui como o principal cenário para esta atividade, enquanto não atinge o seu maior período de cheia neste período o peixe se torna uma alternativa alimentar muito importante para a comunidade (MELO, 2003).

A pesca é uma atividade masculina, porém as mulheres também realizam esta atividade no rio e córregos que estão mais próximos à aldeia. Os principais recursos utilizados para a pesca são linha e anzol, tarrafa e a malhadeira, e normalmente, estes recursos são comunitários, já que nem todos possuem recursos para comprá-los. A pesca com o Cipó-Timbó normalmente é realizada para a realização de grandes eventos cerimoniais onde o principal alimento consumido é o peixe, já o arco e flecha é mais utilizado no período de maior baixa do rio, no caso, julho e agosto, assim como o Cipó-Timbó.

Normalmente as mulheres pescam apenas com anzóis de linha, e quando há a pesca com o timbó, mulheres e crianças ajudam a bater na água para espantar o peixe para o local onde os homens estão envenenando, tornando-os presas fáceis de pescar, pois quando envenenados, eles ficam sobre a água e de fácil visualização.

Normalmente as atividades de coletas são realizadas por grupos femininos, as quais saem pelo campo em busca da lenha, coco-babaçu, breu e copaíba. Em relação à coleta do pequi, esta é uma atividade familiar, porém, realizada principalmente por mulheres e crianças. Quanto a coleta do Jenipapo, normalmente homens e mulheres podem executá-las.

A aldeia conta ainda com duas Caixas d'água de médio porte que abastecem a aldeia, uma destina a água para o posto de saúde e a outra para a aldeia propriamente dita, sendo que todas as 24 casas possuem caixas de 300 Lts. Normalmente o um motor é ligado uma vez ao dia, no horário das 18h às 22h, para que seja feito o abastecimento diário. O DSEI - Kayapó fez 24 banheiros, um para cada casa. O material utilizado para as construções dos banheiros foram alvenaria, o qual difere do material utilizado pela comunidade na construção das suas casas que são palha, madeira e barro, mantendo ainda seu formato tradicional.

A comunidade também possui outras iniciativas como criação de galinhas e roças comunitárias, além de ter parcerias com a ONG Associação Floresta Protegida e o MPEG. Cada instituição contribui com o desenvolvimento de projetos, realização de cursos que atenda a demanda da comunidade, projeto de gestão de territórios, implantação de técnicas de cultivo de mandioca, visando maior produtividade, e uma agroindústria comunitária. Há na aldeia também um projeto que visa a montagem de um tanque para o cultivo de peixes com vistas ao abastecimento da própria comunidade.

O período letivo escolar na aldeia Tekrejarôti-re é regular, porém quando há festas na aldeia é considerado “feriado”, pois todos estarão concentrados nas atividades e organização das festas.

O calendário sazonal Kayapó apresentado acima, foi elaborado para que se tenha a noção de como ocorrem as atividades na aldeia, por quem as tarefas são realizadas, e como se dá no contexto diário a distribuição das mesmas, pois, ao fim, as atividades de caça, pesca, coleta e plantio realizadas quase que cotidianamente, irão compor o futuro projeto de turismo pensado pela comunidade que se dará no formato de realização de vivências com a comunidade.

5.2 Da imersão na vida da aldeia

Há questões-chaves no que concerne a busca pela implementação do turismo na Terra Indígena Las Casas, evidenciando-se como o desenvolvimento aliado a outras formas de planejar e gerir estas atividades dentro destes territórios traz a mudança de paradigma que circunda atualmente as populações tradicionais, que passam a ver na atividade turística uma nova forma de geração de renda e reconhecimento cultural, além de inserção social, ocasionando em um intercâmbio cultural com troca de experiência.

Neste momento da discussão, aborda-se como se deu o processo de demanda pelo estudo da viabilidade da implementação do turismo, onde se realizou um estudo anterior, o diagnóstico participativo das potencialidades turísticas, para o planejamento, construção e formatação do roteiro. Na aldeia houve a necessidade de identificar o grau de entendimento, participação social no processo de planejamento e construção do que se constitui como um futuro projeto de turismo para a comunidade.

5.2.1 Das primeiras conversas as primeiras experiências

A ideia de trabalhar com a atividade turística na Terra Indígena Las Casas surgiu no âmbito do projeto Laboratório de práticas Sustentáveis em Terras Indígenas próximas ao Arco do Desmatamento, no contexto do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT): “Biodiversidade e Usos da Terra na Amazônia”, do Museu Goeldi, o qual foi implementado no ano de 2007, com a Coordenação da Antropóloga Cláudia Leonor López Garcés e tinha por estratégia incentivar a geração de renda baseada em práticas sustentáveis com os Produtos Florestais Não-Madeireiros - PFNM.

Diante disso, é que foi demandado ao Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), por meio da equipe de pesquisa que ali atuava, que fosse estudada a possibilidade de implementar a atividade turística nesta aldeia e a comercialização de artesanato, buscando desenvolver junto com a aldeia indígena, propostas de atividades produtivas culturais e ambientalmente sustentáveis. Com a necessidade de atender as demandas das comunidades, foi que surgiu a proposta de trabalho intitulada “Turismo Indígena: uma Alternativa para o Etnodesenvolvimento do Povo Mebêngôkre-Kayapó da Terra Indígena Las Casas – PA”, o qual estava inserido dentro do projeto citado acima.

Nesse estudo foi, realizado o diagnóstico das potencialidades turísticas de Las Casas em que foi identificado, através do diálogo com as lideranças e moradores membros da aldeia indígena, as atividades que para eles seriam mais importantes serem mostradas em um possível projeto de turismo. Com isso, foi possível também identificar a compreensão e as

expectativas da comunidade a respeito do turismo.

A ideia de implementar o turismo na TI Las Casas, partiu da própria comunidade, devido alguns moradores terem vivenciado esta experiência em outras aldeias, principalmente porque a maioria dos atuais residentes vieram de Gorotire, onde se iniciou o turismo científico, alguns também observaram a experiência em A'ukre. Segundo relatos dos próprios moradores, o turismo pode possibilitar tanto a geração de renda, quanto o fortalecimento da identidade destes povos de forma ambientalmente sustentável, conforme os objetivos dos dois projetos acima, que tinham justamente esse interesse.

A ideia do turismo se fortaleceu, quando a comunidade pensou em criar o projeto intitulado Mekunhêre Las Casas, que tinha por objetivo o resgate da cultura material e imaterial que pouco a pouco vem sendo transformada. Com isso, pensou-se também em aproveitar esse momento para que houvesse o repasse de conhecimento para as pessoas mais novas da comunidade e, assim, despertar o interesse nas pessoas que tinham pouca motivação em aprender sob a cultura material e imaterial Mebêngôkre, bem como despertar o interesse para a produção artesanal, visando à comercialização.

Desse projeto, sairia como produto o catálogo das atividades, as oficinas realizadas e os artesanatos confeccionados, que fariam parte do acervo que busca manter a cultura Kayapó. Este catálogo é intitulado Me à yry Tekredjarôti-re: os trabalhos artesanais dos Mebêngôkre-Kaiapó da Aldeia Las Casas, que foi realizado em colaboração com a Associação Indígena Ngônhrôrô-kre, a Fundação Nacional do Índio, o Museu do Índio e o Museu Paraense Emílio Goeldi, tendo sido lançado em 2013.

Outro fator pensado pela comunidade é a sua inclusão social através do turismo, já que, recebendo turistas, haveria trocas interculturais que proporcionariam o conhecimento deste povo por parte dos não-indígenas, culminando no fortalecimento cultural por parte dos mais jovens, que podem ver nessa atividade um motivo maior para se empoderar da sua cultura e ter domínio sobre ela, podendo também apresentá-la aos turistas. Dessa forma, haveria o reconhecimento destes povos, contribuindo, dessa forma, para a relação sustentável com a natureza. Além do mais, com a realização da atividade turística na aldeia, esta pode ser tornar uma forma de frear a saída, já que alguns indígenas jovens estão saindo das aldeias em busca de mais oportunidades na vida, sendo esta uma questão difícil para os mais velhos e que vem sendo muita debatida entre os mesmos. Pois segundo entrevistas informais realizadas os indígenas te dificuldade em lidar com a organização da vida na cidade.

De acordo com os estudiosos da etnia Kayapó como Posey (1992), Turner (1992), Vidal, 1992, normalmente, os Kayapó são levados a se inspirar em experiências e atividades que vem sendo desenvolvidas em outras aldeias. Sendo assim, é possível visualizar que o estudo para a construção de um “Museu para levar turistas” na TI Las Casas, foi inspirada nas experiências das terras indígenas A’ukre e TI Baú.

O *ethos* Kayapó baseia-se na autonomia entre aldeias, nas trocas realizadas entre si, e na valorização do que vem de fora (projetos, miçangas), o que culmina na competição entre si pelos recursos vindos de fora, fazendo-os procurarem para si o que as outras aldeias também têm. Estas atividades são percebidas por eles nas outras aldeias, quando estão de visitas para festas ou a parentes, os quais são visitas quase sempre “longas”, pois aproveitam para rever os seus familiares. Essas visitas se tornam por vezes mais longas, porque, normalmente, dependem dos transportes que são solicitados as ONGs que realizam trabalhos com as comunidades ou com órgãos federais que tem contato direto com a comunidade, como, por exemplo, a FUNAI.

Dessa forma, alguns moradores da aldeia Tekrejarôti-re presenciaram a realização de algum tipo de turismo ocorrendo em outras aldeias, culminando então na proposta de se pensar em um projeto de um “Museu”, onde reunisse o máximo dos seus artefatos culturais e que estivesse distante da aldeia central. O principal objetivo era levar os possíveis turistas e interessados na cultura para ver como a comunidade viveria em sua TI, fazer demonstração da cultura e tradição dessa comunidade, porém, no espaço criado por eles que fizesse alusão à vida na aldeia. Esse Museu, na percepção da comunidade, deveria também servir como um espaço educativo, já que os mais interessados em conhecer sobre a cultura Kayapó são os estudantes das escolas e universidades dos municípios vizinhos.

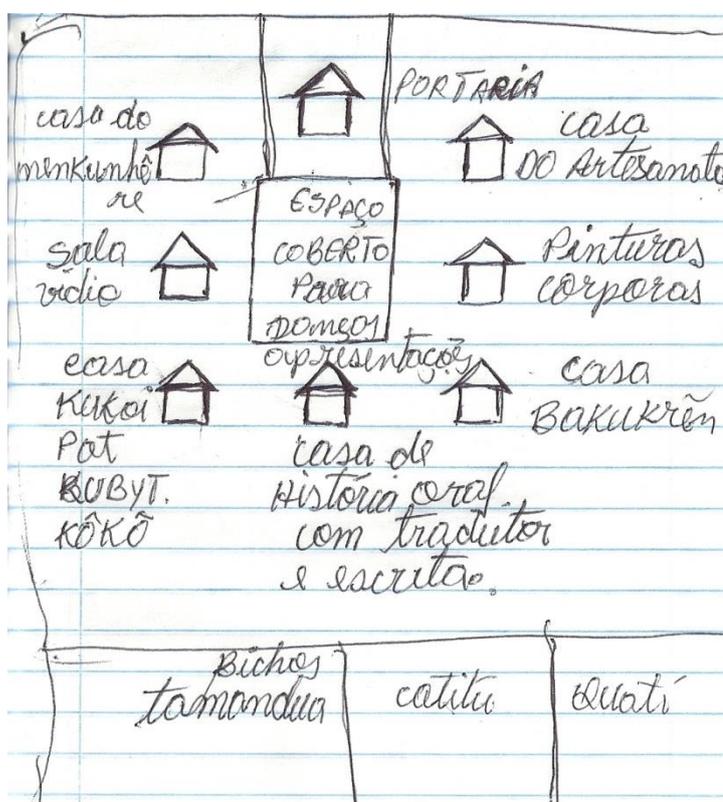
As atividades turísticas estariam baseadas nas experiências de outras etnias, no caso, dos Yanomami, que habitam o Xingu, conforme o relato de um dos moradores Participante da pesquisa 1:

“importante fazer um cenário pra receber estas pessoas de fora, tipo assim uma outra aldeia afastada pra receber estas pessoas de fora pra apresentação essas coisas tudinho, porque lá no Xingu eles faz desse jeito”.

Segundo o relato do morador, o museu neste sentido é entendido pela comunidade como um espaço em que se pode mostrar diversos aspectos, tais como: alguns animais do Cerrado, rituais, festas, cantos, pintura corporal, elaboração de cultura material

(arte indígena, artesanato), além de abrigar uma pequena loja de artesanato, já que a venda dos artesanatos confeccionados pela comunidade, assim como as pinturas realizadas nos turistas e a cobrança de taxa para visitação seria uma forma de gerar renda. Na Figura 5 está a representação imagética do futuro museu pensada pelos indivíduos da comunidade onde estariam inseridos todos os aspectos apresentados acima.

Figura 5: Desenho esquemático do museu elaborado pela comunidade Tekrejarôti-re



Fonte: Comunidade de Las Casas, 2009.

No entanto, com o aprofundamento das discussões, surgiram ideias que seriam agregadas a do museu que seriam: mostrar aos visitantes alguns lugares com potenciais turísticos, no caso, a Serra Tekrejarôti-re, considerada mítica, local onde habitaram seus antepassados além de mostrar o rio a paisagem do bioma Cerrado, que predomina na TI e, realizar passeios nos arredores da aldeia para ver os pássaros e plantas medicinais.

Sendo assim, pensou-se em várias possibilidades a serem trabalhadas na aldeia, as quais tomaram maiores proporções. Desta forma, a comunidade pensou em ter estes pontos mapeados, criando um roteiro para ser utilizado como reconhecimento do território onde

ocorrerem as trilhas. Estas ideias não conseguiram ser supridas na monografia, sendo aprofundados seus debates na pesquisa de campo para a dissertação.

É necessário esclarecer que não ocorre atividade turística propriamente dita na aldeia, porém as atividades mencionadas em parágrafos anteriores foram pensadas pela própria comunidade, onde a maioria acredita que a inserção do turismo na aldeia, seria uma alternativa que geraria renda de forma rápida, além de trazer reconhecimento dos não indígenas da sua tradição e seu modo de viver em harmonia com a natureza. Esses pontos também serão trabalhados ao longo do trabalho.

Com isso, para se atingir ao objetivo da pesquisa, foi necessário adotar os procedimentos éticos com vistas a obter a autorização de campo, os quais foram citados na metodologia. Para isso houve a realização da pesquisa de campo e uso de dados da pesquisa que foram realizadas na aldeia Las Casas, no período de novembro de 2011 e março de 2012 – para a monografia - e fim de novembro a dezembro de 2014 o levantamento de dados para a dissertação. Ambas as coletas de dados foram utilizadas na pesquisa.

A comunidade da aldeia Las Casas vem participando da pesquisa que vem sendo desenvolvida desde 2011, e conforme as reuniões realizadas na aldeia, pautada pelas metodologias participativas e levando-os a reflexão e debates sobre o tema, foi possível fazer o diagnóstico dos potenciais turísticos em conjunto com a comunidade, identificando e estabelecendo de forma participativa os elementos culturais que poderiam ser mostrados.

A comunidade acredita que, diante do diagnóstico realizado, há dois tipos de atrativos turísticos encontrados: Atrativo Turístico Natural e Atrativo Turístico Cultural, sendo que, o potencial cultural se constitui como o principal atrativo e mais forte elemento que devem ser considerados, haja vista que os Kayapó possuem uma grande riqueza cultural a qual desejam mostrar e compartilhar através da vivência como: suas danças, alimentação, língua, artesanatos, grafismo corporal, e, sua história e cosmologia, sendo esta última uma das principais demandas dos visitantes que passam esporadicamente por lá.

A pesquisa realizada com a comunidade da aldeia Tekrejarôti-re constatou que não vem ocorrendo o turismo de fato na região ou na aldeia, em formato no qual eles pretendem trabalhar atualmente. Eles se referem a recepção de pessoas externas na aldeia se constituindo como atividade turística onde tenha por objetivo a geração de renda e o intercâmbio cultural. O que ocorre atualmente na aldeia é o recebimento de visitas, que são realizadas algumas vezes por pessoas de escolas dos Municípios vizinhos (ensino fundamental, médio ou superior), universidades, igrejas ou visitantes que são conhecidos de alguém da comunidade,

assemelhando-se ao turismo pedagógico ou atividades de campo escolares, onde, na maioria das vezes, vão com o interesse de conhecer a cultura e forma de vida dos Kayapó.

Atentando-se a esta demanda que chega e procura conhecer mais sobre a cultura Kayapó, foi que a comunidade resolveu então em pensar em criar inicialmente o museu como já explanado anteriormente.

A comunidade alertou que nas esporádicas visitas que ocorrem na aldeia, não são cobradas nenhuma taxa, mesmo porque os estudantes são levados pelas escolas e permanecem no máximo 24 horas no local. A comunidade, normalmente, aproveita o momento para realizar venda de artesanatos e cobrar pelas pinturas que são realizadas, sendo esta a forma que estas visitas vêm gerando renda para a comunidade, este foi um dos relatos de vários comunitários tanto em conversas informais quanto em reuniões realizadas em torno do tema turismo.

Essas visitas normalmente ocorrem sem planejamento algum, pois, geralmente os responsáveis entram em contato com conhecidos seus, ou têm alguma relação com algum morador da comunidade, que informa que gostaria de levar os alunos. A comunidade se reúne para decidir se recebem ou não os estudantes e acertam a data e o tempo estimado a ficarem na aldeia.

Dessa forma, percebendo o interesse das pessoas externas à aldeia, e vendo que algumas aldeias já trabalham com o turismo, experiência esta vivenciada por seus parentes em outras localidades, foi que a ideia passou a consolidar, havendo então a união da comunidade visando uma organização comunitária local que buscasse articular e elucidar, através de parcerias com instituições e universidades, formas que culminassem na construção de um projeto de turismo para a TI.

Como não ocorre o turismo na aldeia, não há um roteiro turístico com fins de recepcionar os estudantes e visitantes que passavam pela comunidade. Porém, durante o campo, foi que se pensou em elaborar um roteiro, em que estivessem contempladas as atividades realizadas pela comunidade e identificadas no diagnóstico. Sendo assim, por meio das reuniões e sempre tentando obter o maior número de participantes da comunidade que pudessem estar envolvidos no processo de construção, é que se pensou na forma de pensar estas atividades e um formato de roteiro turístico. Deste modo, foi que se conseguiu definir as atividades, os valores, e os serviços que irão compor o roteiro do futuro projeto de turismo a ser implementado pela comunidade.

As reuniões sobre o diagnóstico participativo buscaram compreender o real desejo

da comunidade, além de tentar entender as expectativas alimentadas por eles, para que fosse trabalhado nas oficinas que foram realizadas posteriormente.

Além das reuniões com vistas a definir a proposta do roteiro, também foram realizadas as oficinas que trataram sobre o tema de turismo, turismo de base comunitária, participação e associativismo, os quais eram anseios da comunidade para que se iniciasse o preparo para trabalhar com a atividade turística futuramente.

Depois de alguns anos, envolvida no processo de construção de se implementar o turismo na aldeia, pautada nos diálogos em que a proposta a ser trabalhada deveria estar baseada, no desenvolvimento humano o qual deve atender as necessidades humanas aportadas por Max-Neef (1993) e balizada pelas discussões do desenvolvimento sustentável discutidas por Sachs (2002) em que inclui as 8 dimensões para que se alcance a sustentabilidade. Estes diálogos priorizaram a democracia participativa que é utilizada nas metodologias de Alió (2012) e Monreal (2011) foi o principal método na tomada de decisão, para que conseguíssemos concretizar 2 propostas que serão detalhas a frente e que a comunidade pretende trabalhar.

Observou-se durante a aplicação das técnicas e instrumentos de coleta, que a comunidade tem consciência que a aldeia possui características que são atrativas, como a língua falada pelos habitantes locais, e sua cultura material e imaterial. Porém, há algumas preocupações que a comunidade gostaria de sanar: como manter os mais jovens na comunidade? Como gerar renda de forma que não haja desentendimentos entre os moradores e as famílias? E, principalmente, como trabalhar e mostrar sua importância e identidade cultural para os *KUBEN*²⁰.

Existem muitas inquietações que devem ser levadas em consideração quando se trata de implementar o turismo em uma dada localidade, haja vista que esse pode gerar graves problemas se não for pensado, discutido e planejado da maneira correta, principalmente, em se tratando de uma aldeia indígena que possui características e organizações diferenciadas. Porém, se este for feito e organizado por bases endógenas, terá, possivelmente, mais possibilidades de sucesso, já que “é importante criar produtos diferenciados com base nos recursos endógenos, tendo como base um bom planejamento econômico” (RODRIGUES & RODRIGUES, 2010, pág. 232).

Porém, por mais que se pense nos recursos que esta atividade possa gerar, é necessário atentar para o que ressalta Coriolano (2006) em seu livro o turismo nos discursos,

²⁰ Para os Kayapó são considerados Kuben o homem branco / não-indígena, seja ele brasileiro ou estrangeiro.

nas políticas e no combate à pobreza, no qual traz a situação a se pensar em que se deve ser cauteloso para não transformar o espaço local em uma mercadoria global, por mais que este possa gerar mais renda (Coriolano, 2006, pág. 220).

Pois, apesar de esta ser uma forma de revitalização cultural, este pode causar o estranhamento e curiosidade de muitos quando divulgado de forma errada. Segundo Rodrigues e Rodrigues (2010), “O turismo tem funcionado como uma força motriz para essa revitalização cultural. Com a percepção do interesse de estranhos pela cultura local, surge a motivação das comunidades de preservar a herança cultural para atender a expectativa de obter benefícios econômicos” (Rodrigues & Rodrigues, 2010, pág. 220).

Diante de todas essas questões, as atividades em campo foram realizadas com a intenção de atender as demandas da comunidade, porém atentando sempre para as discussões realizadas ao longo do trabalho.

5.2.2 Da realização do campo e seus encaminhamentos

Como já citado anteriormente, para a realização da pesquisa de campo tivemos que adequar os instrumentos e técnicas a serem utilizadas, devido ao tempo exíguo para a realização da mesma. Porém, a adequação não afetou os dados para a concretização do trabalho, estes apenas foram rearticulados, conforme o tempo que a comunidade pôde disponibilizar.

Portanto, a coleta de dados foi iniciada no dia 27 de novembro 2014 somente depois de posse da autorização, com a oficina a qual é denominada de “diagnóstico participativo”, onde se busca por meio das metodologias participativas, por meio dos grupos identificar e levantar o que está acontecendo na aldeia, tendo como direcionamento todas as perguntas voltadas ao turismo. Esta se dá de forma participativa, lidando com visões distintas por meio de grupos, trabalhadas separadamente por grupos de gênero - homens e mulheres – obedecendo desta forma a organização social desta comunidade.

A oficina de diagnóstico participativo contou com a presença de 35 participantes, dentre eles 16, homens e 19 mulheres.

Esta técnica da oficina de diagnóstico participativo, sendo analisada por meio da técnica de Grupo-Focal, como especificado na metodologia, permitiu fazer a análise tanto das reações grupais quanto individuais, frente às questões que foram postas e diante dos questionamentos que surgiram dos próprios comunitários durante as reuniões. Foi possível

por meio da oficina, ter um envolvimento maior e mais descontraído, o qual acabou por fim em um debate em grupo.

Verificou-se, também, qual a percepção da comunidade sobre a capacidade de organização, participação social e planejamento conjunto, lidando com os arranjos locais que possuem. E observou-se que na comunidade há um grupo que é mais ativo, que está mais disposto a trabalhar, o qual é constituído pelas pessoas mais velhas e detentoras de maior experiência na comunidade. Apesar do grupo mais jovem se eximir em dar opiniões, o grupo mais envolvido reclama que há a falta de interesse desses jovens em participar e manter as atividades cotidianas tradicionais para que esta não se perca.

Durante as reuniões e oficinas, algumas palavras mostram-se mais recorrentes quando se trata da questão de participação, que é a falta de comprometimento dos mais jovens em estar presente nas atividades e ser mais ativos nas atividades realizadas cotidianamente pela comunidade. Logo, a falta de comprometimento, poderia enfraquecer o processo de organização e planejamento conjunto da atividade turística que é uma demanda da própria comunidade, mas que como já apontados em pesquisa como Maldonado (2009), estes são fatores que dificultam nas etapas decisórias de construção de um projeto, onde o empoderamento e a participação são diretrizes para a construção do TBC apontas por Bursztyn, Bartholo e Delamaro (2009) e Irving (2009)

Atentando para esse conjunto chave de questões, foram pensadas em estratégias que pudessem tornar menos cansativas as atividades para o levantamento de dados visando alcançar os objetivos do trabalho. Dessa forma, foi que as metodologias participativas e a técnica do grupo-focal se constituíram como peças fundamentais para a realização do campo. Todas estas questões foram debatidas com a comunidade, a qual concordou que sem o esforço e o comprometimento da comunidade ficaria difícil realizar o trabalho de fato. Logo, houve diálogo entre os interessados, para que fossem mais ativos e mais participativos, já que a pesquisa, ao fim, tornar-se importante para todos.

Para iniciar o levantamento dos dados, foi realizada a oficina de diagnóstico participativo que contou com três perguntas: a) O que temos? b) O que queremos? c) como conseguirmos? Tais questionamentos incitam a comunidade a pensar no início, meio e fim para se alcançar o que querem, trabalhando com os elementos positivos e negativos encontrados por eles.

A oficina foi feita com uma pergunta de cada vez, e foi estipulado um tempo de 20 minutos para que eles pensassem nas respostas e depois finalizassem com 3 painéis referente às 3 perguntas, apresentadas por um membro de cada equipe escolhidos entre eles.

As respostas foram divididas em quadro entre positivos e negativos considerados, assim, pela própria comunidade.

Na primeira pergunta intitulada “O que temos?” ambos os grupos identificaram elementos relacionados a cultura, educação, saúde, lixo e a vida na aldeia. Foi possível observar também que houve algumas similaridades nas ideias apresentadas por ambos os grupos e que foram de importante reflexão durante a atividade e nas reuniões realizadas no campo. Estas respostas que normalmente se repetem, não só na primeira pergunta, como nas outras duas seguintes, são pontos considerados cruciais para a comunidade, principalmente no que tange a questão da implementação do turismo.

Em relação à pergunta “o que temos?”, a comunidade destacou e considerou como positivo e que pode ser apresentado aos futuros turistas foram: festas e rituais, a cultura material e imaterial e o seu modo de vida. Já em relação aos pontos negativos há três pontos de relevância mencionados, quais sejam: a questão do lixo presente na aldeia. A qual há uma diferença do que é considerado lixo para os Kayapó desta aldeia e para os não indígenas percebidas durante a discussão.

Na concepção dos Kayapó da aldeia Tekrejarôti-re o lixo é compreendido como o mato que circunda a casa do guerreiro, o qual é considerado pelos mesmos como o espaço central da aldeia, onde ocorrem os momentos de socialização. Já os resíduos sólidos não eram tão relevantes assim, sendo, então, repensados a partir das nossas oficinas na aldeia, já que sempre chamamos a atenção para este tipo de lixo gerado a partir do consumo de insumos vindos da cidade.

A fofoca foi outro problema identificado, o qual acaba por atrapalhar na convivência. Além desta, foi considerado como negativo pela comunidade a questão da participação e envolvimento de todos para a realização dos projetos e atividades que, no fim, serão para benefícios de todos. Todas essas questões podem ser vistas nos quadros 14,15,16 que se seguem

Quadro 14: O que temos?

| Homens | | Mulheres | |
|--------------------------------|-------------|--|---------------------|
| Positivos | | Positivos | |
| Cultura Kayapó | Estrada | Metoro (Festas) | Warikoko (Cachimbo) |
| Festas (Mandioca) | Rio | Cultura | Prin (Pequi) |
| Artesanato | Roça | Cantos | Djwykupu |
| Esportes | Caça | Danças | Berokupu |
| Língua | Pesca | Mekunhêrê | Bá-y kupu |
| Takak | Pequi | Iteito | Rõn-ñhõ () |
| Posto de Saúde | Buriti | Pinturas | Kaprãn- inhõ puru |
| Imagens | Comunicação | Meôk | Kuten |
| Tradição | Educação | Me Inhõ kukra djá | |
| História | | Inhõ Pyka | |
| Negativos | | Negativos | |
| Pouca Participação | | Merenda Ngrire (Pouco) | |
| Falta de organização da aldeia | | Arroz Punure (Ruim) | |
| Alcoolismo | | Falta de participação coletiva para os trabalhos | |
| Bebida | | Escola Punure | |
| Roubo | | Me a-kinhi | |
| Muitos cachorros | | Kadjuatikangô | |
| Fofoca | | Muita Fofoca | |
| Lixo | | Lixo Kumej (Muito) | |

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Muitas das respostas obtidas no primeiro quadro compõem ao final, parte do roteiro turístico pensado pela comunidade. Dentre as respostas, surgiram outras questões que a comunidade ficou de discutir entre eles, já que nesta pesquisa vamos considerar somente aquelas que têm relação mais direta com os objetivos do trabalho e estão relacionadas com o turismo.

Já em relação à resposta da questão “O que queremos?” As respostas foram bem diferenciadas, já que possuem atividades comunitárias distribuídas de forma diferenciada, por gênero e categorias de idade, porém a questão da cultura foi novamente unânime entre os dois grupos, sendo esta vista pela comunidade como o principal elemento que pode ser trabalhado pelo turismo. Porém, esta deve ser trabalhada por eles como uma forma de revitalização cultural a qual deve manter modo de vida, mas que também promova a integração com outros povos através do intercâmbio cultural, e o turismo é uma das formas que eles concebem que pode vir a ajudar a mantê-los na aldeia (principalmente os jovens) e, por isso, demandam a sua implementação.

A comunidade também se mostrou preocupada com a questão da indenização aos fazendeiros que faltava ser finalizada pelo governo para que estes deixem suas terras, porém esta vem sendo realizada, pois durante o campo os responsáveis da FUNAI regional e de

Brasília, estiveram lá e se reuniram com a comunidade para finalizar estas questões. Estavam presentes na aldeia também no mesmo período os responsáveis pela questão da indenização no Ministério Público Federal que compareceram a aldeia para saber o andamento do processo que estava em vias de finalização.

A comunidade luta para que estes fazendeiros saiam de suas terras, juntamente com o gado, que ajuda no desgaste do solo, para que eles possam trabalhar com projetos de reflorestamento e resgate de animais, os quais pretendem aplicar os conhecimentos obtidos em cursos realizados pela Associação Floresta Protegidos sobre Gestão Territorial.

Dois respostas diferenciadas, mas que merecem ser ressaltadas estão relacionadas à questão da vontade por parte da comunidade da presença de pessoas com mais idade, pois estas possuem conhecimento e experiências sobre a sua cultura e são os que mais ajudam a mantê-la, já que normalmente este aprendizado se dá através de reuniões, conversas informais e quando há cerimônias, pois nestes momentos se reúnem e conversam sobre as experiências vivenciadas.

Já a questão levantada pelo grupo das mulheres diz respeito ao intercâmbio com outras aldeias, pois quando estas ocorrem além da troca de experiências, há também, troca de sementes e materiais usados na confecção de artesanatos.

O detalhe a ser observado por ambos é que as duas respostas têm por finalidade novamente a questão cultural e suas tradições, conforme pode ser vista no quadro 15.

Quadro 15: O que queremos?

| Homens | Mulheres |
|--|---|
| Mais Reuniões | FUNAI pague a indenização para os brancos saírem de suas terras |
| Projetos | |
| Participação | Proteger a cultura |
| Alojamento | Barracão para o turismo |
| Cultura viva | Que os jovens não cortem seus cabelos como os dos brancos |
| Recuperar a floresta (Reflorestamento) | Melhora da Associação |
| Presença de indígenas mais velhos que possam contar suas histórias | Que não se use brinco de branco |
| | Intercâmbio com outras aldeias |
| Visitação de turistas | Não jogar lixo no rio |
| Aldeia organizada | Anzol |
| Mais Saúde | Linha |
| Mais oficinas | Absorvente |
| Mais trabalho | Camisinhas |
| Comunidade Unida | Fraldas |
| Mostrar cultura e tradição | |
| Resgatar animais | |
| Aprender mais | |

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Já em relação à pergunta de número três que tem por título “Como conseguirmos?” A qual tem o intuito de fazê-los refletir a partir *do que tem, e o que querem*, como veem que podem alcançar os objetivos pensados nas questões levantadas por eles mesmos.

A comunidade, mesmo que dividida por grupos, novamente considerou questões que coincidiram em alguns aspectos e que possui relevância durante os debates, que foram às questões da União, Participação e Comprometimento por parte de todos e não só de pequenos grupos, enfatizaram a questão de buscar outras experiências principalmente de turismo, e também atentaram para a necessidade de haver mais reuniões e oficinas que busquem elucidar mais a respeito das questões pertinentes ao turismo.

A comunidade também pensou que para conseguir o que querem, deveriam eger pessoas responsáveis que possam ajudar com o turismo, e com isso, nomearam alguns coordenadores. Pois, segundo a comunidade, o sistema de coordenação ajuda na sistematização das atividades. Este sistema vem funcionando com a venda dos artesanatos. Estes coordenadores foram eleitos em reuniões posteriores, pois esta oficina não tinha este objetivo.

Quadro 16: Como Conseguirmos?

| Homens | Mulheres |
|---|--|
| Saúde | Trabalhar juntos até melhorar |
| Projetos | Organizar melhor as equipes |
| Reuniões | Trazendo velhos de outras aldeias para repassar a cultura |
| Artesanato | Levando dois coordenadores para conhecer outras experiências |
| Trabalho | Buscando outras experiências |
| Ser comprometido | Fazendo mais reuniões com os jovens |
| Ter interesse | Homens e Mulheres Tu aben ky aryum yry bôx |
| Oficinais | |
| Curso com estudo | |
| União | |
| Oficinas sobre: Liderança e coordenação indígenas | |
| Comunidade unida | |
| Mantendo a cultura e tradição viva | |
| Participação | |
| Alojamento | |
| Tendo o costume e as crenças preservadas | |

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Vale ressaltar que as questões de relevância apontadas na oficina, foram debatidas e trabalhadas durante as reuniões e oficinas, com vistas a atender as necessidades apontadas por eles durante todo o processo de levantamento de dados.

Conforme Irvinrg, Sansolo, Burstyn (2009), Coriolano (2006), que são autores que trabalham o turismo de base comunitária, questões que envolvem o fortalecimento

cultural, o sentimento de pertencimento, a participação social, são questionamentos relevantes e que quando suscitados são exatamente os pontos que melhor deve ser trabalhado para que estes sejam uma referência, como ocorreram em outras experiências que compõe o referencial teórico da pesquisa.

Estas questões que foram mais recorrentes na oficina de diagnóstico, também estiveram presentes durante as reuniões. Porém, a comunidade também tinha questionamentos referentes ao futuro turista. Uma das questões importantes que foram levantadas foi a questão do uso de imagem que estes poderiam fazer após a saída da aldeia, uma vez que já houve casos de serem realizadas exposições com fotos de parentes sem a devida autorização. Outra preocupação era a questão da legalização da atividade turística por parte dos órgãos que estavam discutindo. Como a regulamentação já entrou em vigor através da IN 3 11/06/2015, agora as respostas para estas questões já estão definidas. O turista para adentrar a aldeia assina um termo que não fará uso de imagem e som sem a permissão dos mesmos.

Durante as reuniões também foram tomadas decisões referentes aos coordenadores que trabalharão para que o turismo funcione. A comunidade, por meio de eleição, escolheram alguns representantes, dentre eles, o maior número de coordenadores são do sexo feminino, sendo apenas dois do sexo masculino. E o representante escolhido do sexo Masculino foi: Takwanikwá Kayapó que é um dos guerreiros que sempre participa das discussões que permeiam a aldeia, e além disso, é um dos professores da escola. E as representantes do sexo feminino são: Kamyritó, Bekwynhdjreti, Maria e Bekwynnkamrô.

Com isso fechasse o roteiro o qual foi pensado através do planejamento participativo, além de, a comunidade chegar ao consenso da forma que esta atividade será gerida na aldeia.

5.2.3 Manifestações culturais da comunidade de Tekrejarôti-re

A TI Las Casas, localiza-se no município de Redenção, distante 999 Km de Belém, capital do Pará, com acesso pela BR 162, esta distância foi calculada levando em consideração o percurso mais curto e a utilização de rodovias pavimentadas, podendo ocorrer variações em função de modificações nas vias de acesso por parte dos órgãos competentes, obras, rotas alternativas recém criadas, etc., conforme os dados de campos obtidos desde 2011.

A comunidade de Tekrejarôti-re demonstrou vontade em trabalhar com o turismo em sua TI, com o intuito de ajudar no processo de transformação que vem ocorrendo na

aldeia, devido a perda de interesse dos mais jovens em manter a cultura, pois conforme saem para estudar na cidade, começam a ter interesse pelas coisas que se podem adquirir e pelo modo de vida do homem branco.

Com o projeto Mekunhere, em que tinha como objetivo o repasse dos saberes tradicionais culturais dos mais velhos aos mais novos, foi que se despertou o desejo de fortalecer ainda mais o sentimento de pertencimento dos jovens e da comunidade como um todo e essa ideia só vem se consolidando.

Para a comunidade, o turismo veio ganhando espaço como uma forma de fazer com que haja uma busca por uma revalorização dos valores identitários culturais e coletivos, no qual há a necessidade de reafirmar essa identidade, além de buscar fortalecer suas expressões étnicas, desencadeando, assim, a vontade de apresentar aos não indígenas seus aspectos culturais e modo de vida e uso dos recursos e meio ambiente realizados cotidianamente.

Dessa forma, a comunidade da aldeia Las Casas optou por trabalhar com duas propostas direcionadas ao turismo:

1- Vivência Indígena - que foi denominada pela comunidade como Vivência Indígena Parityk Kayapó.

2- Festas e Rituais – De acordo com a organização da comunidade, não se pode fazer um calendário com datas definidas, pois eles lidam com fenômenos da natureza e com a disponibilidade da caça e pesca. Porém, a comunidade definiu os meses onde estas festas são recorrentes, pois normalmente acontecem porque há a fartura de mais caça e pesca, além de ser os meses de verão com menos chuvas. Estes meses vão de Junho a Novembro.

Diante destas duas propostas apontadas pela comunidade, foi pensado na possibilidade de roteiro turístico livre, onde as atividades que podem ser realizadas já são pré-estabelecidas, porém, não se constitui como um modelo que tem hora e dia marcados, o turista fica livre para escolher a atividade que vai realizar conforme estas vão sendo realizadas pelos grupos diariamente. Esse foi pensado com fins de comercialização, sendo este um produto fruto das discussões, levantamento e planejamento realizado com a comunidade.

Importante frisar que as atividades são complementares, pois tarefas cotidianas se tornam mais intensas quando acontecem as festas e rituais na aldeia. Os valores não diferem, o que ocorre é que o turista que tiver a oportunidade de participar das festas e rituais verá uma

maior concentração de atividades ocorrendo concomitantemente, enquanto que, na vivência, os dias são menos corridos e as atividades realizadas ocorrem mais tranquilamente e de forma menos intensa.

É necessário deixar claro que a localidade onde vivem, assim como o povo, é detentor de características, as quais possuem chance de desenvolver o turismo como forma a valorizar os aspectos locais, e lidando com a infraestrutura disponível, sendo esta uma vantagem quando se trata de respeitar as bases aportadas na sustentabilidade.

A proposta apresentada pela comunidade prima principalmente pela valorização da identidade cultural e na geração de benefícios diretos para a comunidade, bem como para os municípios que a circundam.

5.2.4 Vivência indígena Parityk Kayapó e as festas e cerimônias

A vivência indígena Parityk Kayapó na terra indígena Las Casas – PA, proposta pensada pela comunidade para que suas atividades cotidianas não sejam afetadas, deriva do próprio significado de vivência, palavra esta que vem do grego *viventia*, que significa “o fato de ter vida”. Normalmente, a vivência se constitui através da subjetividade do homem, e suas inter-relações com o outro, consigo mesmo e com o mundo. Essa vivência se dá na relação espaço-cultura dentro dos territórios.

Essa proposta tem a cultura e seu modo de vida como fatores preponderantes no seu desenvolvimento, que é a principal característica desta comunidade, e que se torna um diferencial, esta, também, visa promover o empoderamento da comunidade que tem consciência que a participação de todos buscando um trabalho coletivo e cooperativo é que vai levá-los a promover uma atividade mais justa e igualitária.

O trabalho de construção se deu através da relação horizontal estabelecida entre o próprio grupo, já que é uma demanda dos mesmos, que visou trabalhar uma vertente contrária aos roteiros que são vendidos por outros grupos étnicos. E se constitui através das bases comunitárias que procura desenvolver e estabelecer um modelo alternativo de turismo que gere renda às iniciativas sociais comunitárias, assim como também para a região o qual estão inseridos, buscando valorizar a sua cultura, as tradições e o ambiente em que vivem.

A proposta apresentada pela comunidade prioriza a utilização do ambiente de forma sustentável, valorizando o trabalho participativo, que esteja sustentado nos princípios do comércio justo. Além de sua autonomia, frente ao almejado desenvolvimento, surge o

etnodesenvolvimento, outra abordagem de desenvolvimento, que busca por meio do conhecimento, dos saberes e técnicas da comunidade local as bases para sua realização.

Esse desenvolvimento almejado por eles através do turismo, deve atender as necessidades básicas tanto das gerações atuais quanto das futuras, mesmo que este seja considerado como um sistema alternativo ao seu meio de produção tradicional.

As atividades previstas dentro da Vivência Kayapó na TI Las Casas e das festas e rituais, têm como objetivo proporcionar dias de convivência intercultural entre os moradores e os visitantes, além de impulsionar o turismo sustentável na região.

Segundo Leal (2007), que faz um debate sobre o turismo que vem sendo desenvolvido em terras indígenas, sob o ponto de vista antropológico, ela acredita que o turismo vem ganhando outras visões por parte destes povos. A mesma autora, considera as aldeias como empreendedoras turísticas coparticipantes na atividade, não sendo receptoras passivas, já que está presente desde o planejamento dos objetivos até a finalização das conclusões, conforme ditam as diretrizes tanto do TBC quanto das metodologias participativas e que também foi muito bem definida na IN 3 de 2015.

Diante disso, a comunidade elencou algumas atividades que consideram interessantes para a vivência dos visitantes na localidade, sendo estas atividades realizadas cotidianamente, buscando uma forma que possa não interferir no seu modo de vida.

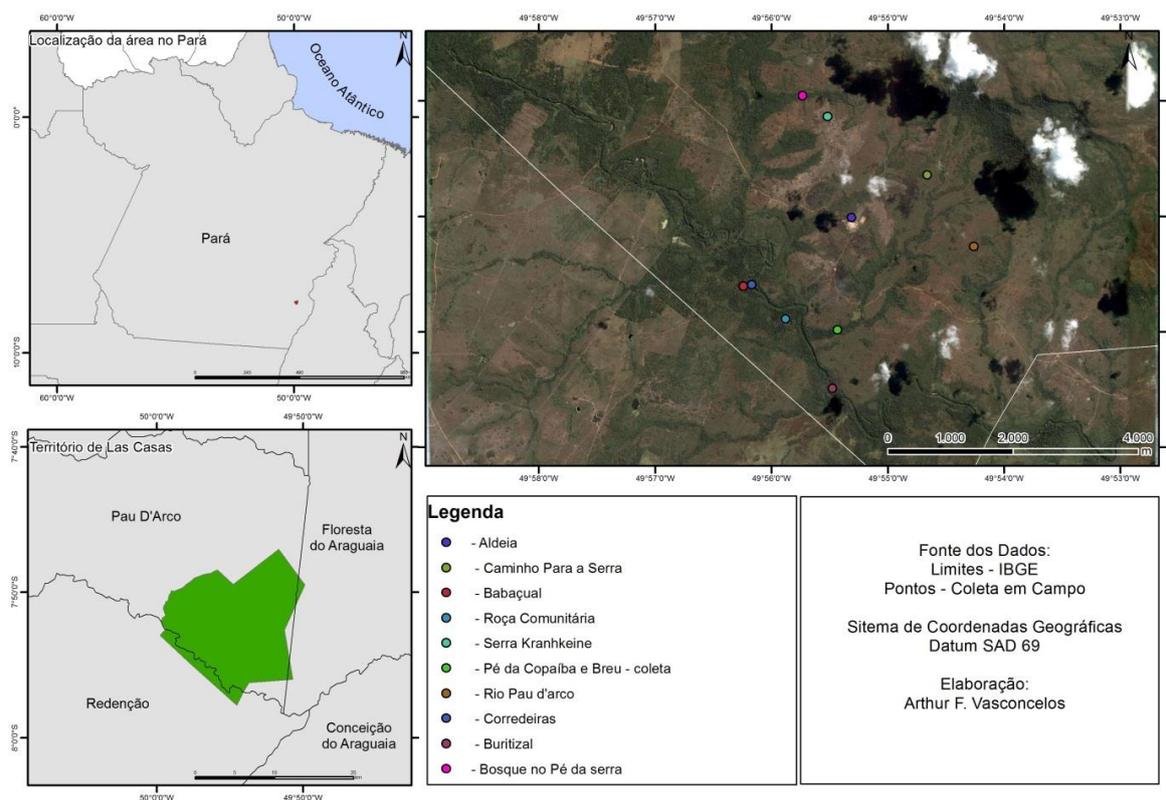
A concepção do turismo adotada pela comunidade é que o turista se adeque as normas e costumes da vida na aldeia, portanto, o visitante fica livre para escolher a atividade que quer realizar, conforme as atividades já pré-estabelecidas. Estas atividades normalmente serão conduzidas por moradores locais, e dentre elas, estão:

1. Conhecer o processo de retirada do óleo da Copaíba;
2. Pescar e realizar caminhadas pelos furos do rio com os indígenas;
3. Visitar a Serra de Kranhkeine;
4. Conhecer o bioma do Cerrado, tratado pela comunidade como kapot/campo, onde pode haver visualização de animais (caso apareçam) e ervas nativas utilizadas na medicina tradicional Kayapó;
5. Pescaria tradicional Kayapó com Cipó-Timbó ou Arco e Flecha;
6. Visitar as Roças tradicionais Kayapó;
7. Participar das sessões de Pintura e Danças coletivas.

8. Conhecer os locais de coleta de coco-babaçu e buritis, palmeiras muito usadas na produção de óleo e artesanatos respectivamente.

Para ter a dimensão de como essas atividades estão distribuídas e onde ocorrem no território da aldeia, elaborou-se um mapa ilustrativo, o qual demonstra de modo exato os pontos onde as vivências podem ocorrer, conforme Mapa 2.

Mapa 2: Mapa de pontos de importância turística para a vivência



Fonte: Elaborado por Arthur Vasconcelos, 2015.

Os lugares de importância turística são carregados de símbolos e fazem parte do movimento quase cotidiano realizado pelos moradores locais. Estas atividades realizadas para serem melhores ilustradas podem ser vistas através de fotografias que elucidam parte das atividades exercidas pelos moradores da aldeia, tanto no que diz respeito à vivência, quanto para os eventos e cerimônias que ocorrem na aldeia.

A aldeia Tekrejarôti-re é constituída pelo bioma do Cerrado apresentando paisagens autênticas, em que aliada a cultura do povo que a habita, se torna um diferencial autêntico e atrativo. A seguir nas figuras (6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18) que melhor ilustram estes recursos. As fotos ilustram, por exemplo, a vista do pôr do sol, o sol nascendo no Cerrado, o tacho de farinha que se encontra no campo a caminho do rio e que se relaciona

com a natureza presente, já que não há modificações para que ele esteja naquele determinado local, apenas foi coberto com as palhas e madeira que são matérias primas locais muito utilizadas pelos indígenas, além do rio Pau D'arco onde são realizadas as pescarias.

Figura 6: Das paisagens da aldeia



Fonte: Elaborado pela autora, 2014.

Como podem ser visualizadas nas fotos abaixo, as casas de Tekrejarôti-re ainda são construídas da matéria de barro, palha e madeira. Apesar da aproximação com a cidade, a comunidade ainda mantém muitos dos seus costumes e tradições bem vivos, e o visitante que vier a conhecer futuramente, poderá constatar e também participar destas atividades quando ocorrerem.

Figura 7: Das atividades realizadas na aldeia



Fonte: Elaborado pela autora, 2014.

Conforme elucidada Leal (2007), as populações indígenas, mesmo diante da modernidade e das realidades sincréticas existentes, possuem poder de resiliência, as quais se reinventam e se transformam de acordo com as experiências e prioridades dos grupos. Dessa forma, ainda mantém suas atividades relacionadas com a natureza e retiram dela tudo que precisam para o seu sustento e moradia. Com isso, sempre realizam caminhadas no campo, seja para realizar coletas, para pescar ou mesmo caçar.

Figura 8: Das atividades vivenciadas na aldeia



Fonte: Elaborado pela autora, 2014.

Como as atividades normalmente são realizadas por grupos, conforme gênero e idade, há tarefas que são femininas e outras masculinas. As fotos presentes na figura 8 ilustram o momento da vivência com estas mulheres.

Porém, há atividades que são realizadas também em conjunto, como a pesca, com o Cipó-Timbó e o momento pós-pesca, onde tomam banho e comem peixes, que são assados nas folhas de bananeiras bravas que podem ser encontradas dentro da sua terra no caminho para o rio. A figura 9 apresenta ilustrações desses momentos que muitas vezes acabam até se tornando momento de descontração e aprendizado.

Figura 9: Das várias formas de pescar realizadas na aldeia



Fonte: Elaborado pela autora, 2014.

Em se tratando do aprendizado, algumas atividades onde as crianças acompanham, além de ser para se divertir e não ficar em casa, estas, em alguns momentos, são para que ajudem a aprender a realizar as tarefas executadas pelos seus pais e avós.

Figura 10: Dos aprendizados na aldeia



Fonte: Elaborado pela autora, 2014.

Na aldeia, em certas ocasiões, também é possível ver alguns animais como o Porcão do mato e emas, estes, certas vezes, são criados ou encontram-se soltos pelo campo.

Figura 11: Dos animais que dão mais vida a aldeia



Fonte: Elaborado pela autora, 2014; Sol Gonzalez, 2014.

Normalmente, ao circular pela aldeia é possível ver as mulheres confeccionando os artesanatos em miçangas. Elas ficam sentadas na porta da sua casa e, enquanto realizam

seus trabalhos manuais, também observam a movimentação na aldeia e as crianças conforme Figura 12

Figura 12: Artesanatos em miçangas confeccionados por mulheres



Fonte: Sol González, 2014.

Além do trabalho com miçangas, as mulheres também realizam pinturas em tecidos quando estas possuem os materiais, conforme a Figura 13

Figura 13: Pinturas em tecido – atividades realizadas por mulheres



Fonte: Elaborado pela autora, 2014.

Os homens também confeccionam artesanatos, porém, a matéria usada por eles é a folha do buriti na fabricação de cestos e pequenas máscaras, e a madeira geralmente são utilizadas na confecção de artesanatos como bordunas e cachimbos. Algumas destas atividades podem ser vistas nas fotos a seguir.

Figura 14: Homens produzindo artesanatos



Fonte: Sol González, 2014.

Os produtos de artesanato local confeccionados por homens e mulheres são para uso próprio e também para serem comercializados em Belém.

A comunidade de Las Casas além de realizar as vivências, também receberá turistas durante a ocorrência de festas e rituais, que normalmente, são realizadas entre os períodos de junho a novembro de cada ano. Segundo eles, estes eventos se dão nestes meses devido a chegada do verão, já que a caça e a pesca tornam-se de maior abundância. Nestes períodos de ocorrência de festas e rituais, é possível ver a maior concentração de atividades sendo realizadas por todos, já que toda a comunidade se organiza em prol da festa (Figura 15).

Figura 15: Preparação para a cerimônia MenireBiök



Fonte: Sol González, 2014.

Na comunidade de Tekrejarôti-re estes momentos de festas são momentos de afirmação cultural, já que nestes períodos homens e mulheres, crianças, jovens e adultos estão participando de todas as atividades que estão ocorrendo, além do mais os parentes que chegam para a realização dessas cerimônias também dividem as tarefas, aprendizados e experiências. É possível neste momento ver a união e como o trabalho cooperativo entre todos funciona.

É necessário deixar claro que normalmente, a preparação das cerimônias, festas e rituais ocorrem com meses de antecedência havendo até ensaios preparatórios, mas nos dias das cerimônias as atividades se intensificam e é possível ver a ocorrência de diversas atividades sendo realizadas paralelamente.

Há sessões de pinturas coletivas, coletas de lenha e folhas de bananeira brava, bem como para pegar pedras que são utilizadas para a preparação da comida, estas atividades são realizadas pelas mulheres. Já com os homens, é possível vivenciar as caçadas, o acampamento para preparação de remoção da caça ou da pesca até a aldeia, pois são os alimentos sagrados da cerimônia (Figura 16)

Figura 16: Da vivência realizada no acampamento de preparação para festas



Fonte: Elaborado pela autora, 2014.

A preparação para as festas e cerimônias apesar de não ser o momento central, também são grandes momentos para serem vivenciados na aldeia como pode ser visto na figura 17.

Nestas cerimônias e festas, há momentos em que são partilhadas entre homens, mulheres e crianças, estas ocorrem dependendo do objetivo da festa, sendo que a festas de nomeações, casamentos, carnaval, rituais de passagem, dentre outros, são considerados até pelos mesmos como momento importante para o fortalecimento cultural.

Figura 17: Momento de preparação de festas e cerimônias



Fonte: Elaborado pela autora, 2014.

Como pode ser visto na figura 18, é um grande momento de união e reunião de toda a comunidade e dos parentes e amigos que chegam para compartilhar deste momento.

Figura 18: Festas e Cerimônias

Fonte: Elaborado pela autora, 2014; Sol Gonzalez, 2014.

As fotos apresentadas na figura 18, ilustram algumas atividades que são executadas tanto cotidianamente pela comunidade, quanto para preparação e realização das festas e cerimônias.

Além da vivência, festas e rituais, a comunidade também buscou resgatar para mostrar aos turistas os jogos tradicionais Kayapó, os quais hoje são pouco praticados, havendo maior interesse por parte dos jovens pelo futebol e vôlei. As brincadeiras e jogos realizados por eles serão praticados pela comunidade, buscando assim a reinserção dessas atividades para que se tornem mais constantes. Dentre os jogos citados por eles, durante as reuniões, surgiram: o Ronkrãm, o Peikrãm e o tyrytitekre.

Percebe-se aí que os processos de reafirmação de identidade e cultura, as quais são diretrizes do turismo comunitário, permeia as atividades pensadas pela comunidade, além de ajudar a garantir a resistência desse povo no atual sistema capitalista. Segundo autores como Grunewald (2003) e Leal (2007), o turismo realizado com indígenas, empreendido a partir dos critérios estabelecidos pela própria comunidade e onde os mesmos participam como atores sociais principais nas tomadas de decisões, tem gerado processos de etnogênese²¹. Esses casos têm sido visto, principalmente, em experiências realizadas no Nordeste Brasileiro.

²¹ “O processo de etnogênese constitui uma reconfiguração cultural e identitária dos indivíduos ou de uma comunidade perante processos endógenos e exógenos a estes. O processo de etnogênese entre os índios ocorre por elementos informados pelas suas cosmologias ou pela realidade colonial” (PAIVA, 2009, P. 3)

De acordo com Leal (2007), apesar do turismo em terras indígenas gerar muitas críticas por parte de estudiosos, sendo visto como uma ameaça social, cultural e econômica, é necessário perceber que esta atividade vem ganhando outra visão por partes desses povos. Porém, há estudos com preocupações que são muito pertinentes e que é necessário estar atento, como a questão da artificialização do contato, capacitação e orientação dos povos que desejam implementar esta atividade, as transformações que estas podem gerar, dentre outras.

Durante as reuniões, também foram estipulados valores em relação a taxa de entrada e o valor a ser pago pelo visitante por dia para realizar a vivência. Estes valores estipulados e decidido através de reuniões com a comunidade ficaram estabelecidos da seguinte maneira:

Quadro 17: Valores das taxas para visitantes

| Especificação dos Valores | | Valor da Taxa |
|---------------------------|------------------------------------|---------------|
| 1 | Taxa de acesso a aldeia por pessoa | R\$ 80,00 |
| 2 | Diária por pessoa | R\$ 80,00 |

Fonte: Dados de campo, 2014.

O valor da taxa única ficou em R\$ 80,00 (Oitenta Reais), pois R\$ 30,00 (Trinta Reais) vai para a Associação Indígena Ngônhrô-re, e os R\$ 50,00 (Cinquenta Reais) para serem distribuídos entre a comunidade. Para a comunidade de Tekrejarôti-re, a gestão do turismo será realizada de modo comunitário, através de uma associação.

O valor da diária por pessoa também ficou em torno de R\$ 80,00 (Oitenta Reais), o qual foi um valor muito discutido entre os mesmos, pois levaram em consideração que estaria incluso a hospedagem na aldeia no barracão e as atividades a serem realizadas diariamente.

O visitante além da escolha de ficar hospedado no barracão da aldeia, tem a opção de escolher, caso deseje, hospedar-se em hotel na cidade de Redenção que está a 30 Km da comunidade. Este município foi escolhido devido ser o que possui a maior infraestrutura e está mais próximo da aldeia. Porém, este visitante estará ciente que para se hospedar em um hotel o valor fica mais oneroso levando em consideração que será necessário fazer o *transfer* hotel/aldeia/hotel, e os valores do hotel são preços tabelados, conforme o mercado, mas isto fica a critério do visitante.

No que tange ao quesito alimentação, a comunidade acredita que seria mais adequado que os visitantes levassem a sua própria comida, já que nem todos se adequam ou

têm interesse na alimentação realizada pela comunidade. A alimentação levada pelo visitante pode ser comprada no seu destino de origem ou até mesmo na cidade de Redenção, antes de sua entrada na aldeia. O acesso a aldeia se dá através de automóvel e é possível fazer o transporte da alimentação mais facilmente de Redenção. Os custos da alimentação ficam à critério do participante de acordo com o número de dias, mas foi feito um cálculo estimado que pode ser visto na tabela de custos apresentada na figura 19.

Porém, a comunidade estabeleceu que, caso o visitante tenha interesse em conhecer sua alimentação tradicional, estas serão oferecidas pela comunidade quando lhes for conveniente ou forem realizadas em conjunto com o visitantes nas atividades realizadas diariamente.

Em relação ao Transporte Aéreo, este pode ser realizado de qualquer Estado até Marabá. Logo depois, o transporte é realizado via terrestre por micro-ônibus Marabá/Redenção/Marabá e Ida/Volta de Táxi de Redenção/Aldeia/Redenção.

A comunidade também deixou explícito que não é permitido fazer o uso de bebidas alcoólicas, drogas e armas ou qualquer outra coisa ilícita enquanto permanecer na aldeia estando assegurados pela IN 3/2015. Dessa forma, de acordo com o orçamento levantado com as visitas de campo, o valor por pessoa (não incluso os voos até o município de Marabá) sairia em torno de R\$ 1.360,00 reais. Este valor corresponde a estada de 4 dias na aldeia e mais dois dias de viagem. O orçamento segue descrito na figura 19

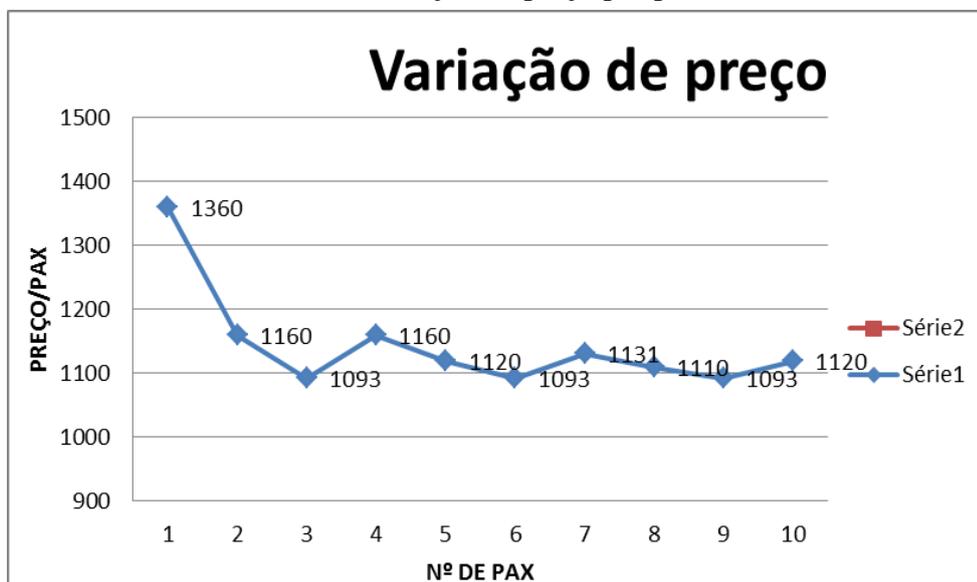
Figura 19: Orçamento dos custos de viagem para uma pessoa

| MoinaTur - Agência de Turismo. | | | | | |
|--|--------------------------------|----------------|------------|------|---------------------|
| Pará - Amazônia - Brasil | | | | | |
| Terra Indígena Las Casas | | | | | |
| Controle | | | | | |
| Número de participantes | 1 | | | | |
| Item | Unidade | Custo Unitário | Quantidade | Dias | Custo Total |
| Transporte | | | | | |
| Terrestre - Marabá/Redenção/Marabá (Van) | Individual | R\$ 70,00 | 1 | 2 | R\$ 140,00 |
| Táxi - Redenção/Aldeia/redenção | Individual | R\$ 200,00 | 1 | 2 | R\$ 400,00 |
| Hospedagem | | | | | |
| Marabá - Hotel Tibiriçá | INDIVIDUAL | R\$ 80,00 | 1 | 1 | R\$ 80,00 |
| Hotel em Redenção | INDIVIDUAL | R\$ 80,00 | 1 | 1 | R\$ 80,00 |
| Alimentação | | | | | |
| Lanche da manhã | lanche/ pessoa | R\$ 5,00 | 1 | 6 | R\$ 30,00 |
| Almoço com suco e sobremesa | almoço/ pessoa | R\$ 15,00 | 1 | 6 | R\$ 90,00 |
| Jantar | jantar/ pessoa | R\$ 15,00 | 1 | 6 | R\$ 90,00 |
| Água mineral | Garrafa/pessoa - TODA A VIAGEM | R\$ 25,00 | 2 | 1 | R\$ 50,00 |
| Atividade de Ecoturismo de Base Comunitária | | | | | |
| Contribuição para a comunidade de Las Casas | Individual | R\$ 80,00 | 1 | 1 | R\$ 80,00 |
| Hospedagem no barracão | individual | R\$ 80,00 | 1 | 4 | R\$ 320,00 |
| SUBTOTAL | | | | | R\$ 1.360,00 |
| TOTAL PREÇO POR PARTICIPANTE (1 pessoa) | | | | | R\$ 1.360,00 |

Fonte: Elaborado pela autora, 2014.

Estes valores foram orçados até o número de 10 pessoas o qual é o número máximo de pessoas que a comunidade se propõe a receber. Com a divisão em alguns custeios este valor varia entre R\$ 1.100,00 reais a R\$ 1.200,00 reais, conforme o gráfico 4 abaixo:

Gráfico 4: Variação do preço por pessoa



Fonte: Dados de campo, 2014.

É necessário atentar que, a comunidade pretende receber, no máximo, 10 visitantes, levando em conta a mão de obra que seria necessária dispender para a recepção desses possíveis turistas, pois, segundo os mesmos, um número menor seria mais fácil executar atividades priorizando a questão das trocas culturais, e caso esse número seja maior, a mobilização para isso deve ser pensada e discutida em conjunto com a comunidade para que possam se preparar. A comunidade não se exime caso houver a ocorrência e interesse de grupos maiores em visitá-los, porém, é necessário verificar com antecedência com os responsáveis e todos os comunitários a possibilidade de recepcioná-los.

Outro dado muito importante de ser frisado é que a comunidade se dispõe a recepcionar esses futuros turistas somente entre os meses de março e novembro, já que os meses de dezembro a fevereiro eles preferem não recepcionar ninguém devido a época de fortes chuvas e escassez da caça e pesca, e o acesso pela estrada se torna ruim, o que acaba por dificultar o trabalho neste período, e assim também eles conseguem descansar, já que nos períodos de março a novembro são os mais intensos por ocorrer festas e cerimônias como já explicitado.

No que tange a infraestrutura de acesso à aldeia, esta pode se dar por via terrestre, e até Marabá, por via aérea. Para chegar a TI Las Casas, Marabá tornou-se referência devido

ser o município mais desenvolvido da região sudeste, a qual possui um aeroporto, e de lá saem as vans com destino a redenção, fazendo uma parada em Xinguara para dar continuidade a viagem que dura cerca de 6hs. Chegando a Redenção, faz-se a compra de tudo (água e alimentação) que será necessário para os dias na aldeia, e o transporte será realizado por meio de carro (táxi), sendo este o meio mais utilizado tanto pela comunidade, quanto por pesquisadores e visitantes que passam esporadicamente por lá.

Infelizmente, para realizar o levantamento da infraestrutura de acesso, equipamentos e atrativos turísticos dos municípios por meio das secretarias, se tornou um pouco difícil, sendo possível o diálogo somente com a Secretária de Conceição do Araguaia, a qual acreditou que se o turismo vier a ocorrer na aldeia, este pode trazer benefícios para a região como um todo. A mesma ainda acredita que Conceição do Araguaia possui muitos atrativos, os quais também podem ser visitados por estes futuros turistas caso haja o interesse.

Levando em consideração os campos realizados e a opinião da comunidade, Conceição do Araguaia se constitui como um local com paisagens cênicas e estrutura relativamente considerável para ser visitado. Essa cidade guarda parte da história da chegada dos Kayapó que também é lembrada por moradores de Conceição, como marco importante que aconteceu por lá. O município também possui praias de rios, festas que valorizam a cultura paraense, além de ter uma orla e contar com uma estrutura de hotéis e pousadas.

O secretário do Município de Redenção, o qual se teve acesso somente por celular, acredita que caso o turismo venha a ocorrer na terra indígena, este pode se constituir como um elemento diferencial da atividade para a região, já que lá o turismo que vem sendo trabalhado e vendido é o do agronegócio. E já que a comunidade possui maior proximidade e uma relação mais direta com Redenção, esta também seria beneficiada, pois esta se tornaria a cidade a qual o turista chegaria e sairia da aldeia, além de utilizar dos equipamentos de hospedagem e também para comprar mantimentos para os dias de vivência na aldeia.

Já em relação ao Município de Pau D'arco foi difícil o contato com a secretaria do local, mas foi possível conhecer a cidade e infraestrutura a qual é mínima somente para os habitantes que lá vivem.

Os secretários mostraram-se positivos diante da possibilidade de haver o turismo na terra indígena naquela região, se mostraram prestativos, mas logo depois se eximiram em responder o roteiro de entrevista que havia sido preparado, alegando falta de tempo, doenças, e falta de mão de obra para tal.

Dessa forma, considerou-se a opinião da comunidade sobre os municípios os quais seria mais acessível e que poderia ser uma atividade a parte para os turistas que tiverem a curiosidade de conhecer ainda mais a região, a qual é Conceição do Araguaia.

Diante dos dados coletados em campo, e relacionados com o referencial teórico trabalhado, e como contribuição a partir das análises da pesquisa, percebe-se a necessidade de sugerir que algumas ações sejam realizadas.

AÇÕES SUGERIDAS

- É necessário ainda incentivar e promover a corresponsabilidade dos atores, buscando a participação, a cooperação e associação para que se alcancem os objetivos desejados.
- Elaborar o Plano de Visitação Turística conforme estabelece as diretrizes da Instrução Normativa 3/2015, atentando-se para todos os quesitos exigidos.
- Discussões sobre os resíduos sólidos deve ser aprofundada.
- Promover a capacitação da comunidade para que estejam preparados de fato para o turismo.
- Deve-se propiciar formação de guias para conduzir e monitorar as atividades de turismo que possam vir a ocorrer na TI.
- Elaborar um guia de boas relações entre visitantes e visitados.
- Realizar palestras e cursos que aprofundem as discussões sobre o turismo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das discussões que emergiram desde a década de 1970 sobre a sustentabilidade das ações e recursos naturais e ambientais, a qual estão balizadas pela busca do desenvolvimento sustentável, que deve primar pelas gerações atuais e futuras e suas necessidades, concatenado com as questões suscitadas pelo desenvolvimento na escala humana que também afirma esses debates sobre a importância que os povos e comunidades tradicionais possuem por sua relação de convívio com o meio em que vivem, foi que as ações de fomento e políticas que valorizam o turismo de base comunitária no Brasil e, no mundo, começaram a ganhar mais espaço e pessoas interessadas em trabalhar com esta forma de organização, a qual se adequa, conforme a comunidade e seus anseios, incluindo os povos indígenas.

Atualmente, ocorre que as relações interculturais e a descobertas de novas formas de organização do turismo vêm se sobrepondo a racionalidade do lucro a qualquer preço, o que implica em pensar em um turismo que efetivamente se desenvolva tendo foco na inclusão social por meio da participação dos agentes sociais, da afirmação da identidade cultural, e da troca de conhecimentos.

O turismo que busca valorizar a sustentabilidade dos locais onde se desenvolvem, vem ganhando destaque, pois possui como elemento mais importante o contato com a natureza, as relações geradas e a busca pela autenticidade.

É nesse contexto que o TBC surge como uma vertente adequada para trazer desenvolvimento a comunidades tradicionais, possuindo como princípios a participação da comunidade como principal protagonista do processo a busca por uma geração de renda ambientalmente sustentável, além de preservar os recursos naturais existentes em seu território e as relações de vivência e troca de conhecimentos.

O conjunto de sinergias existentes em Las Casas contribui para que se vislumbre um desenvolvimento que esteja pautado no fortalecimento das singularidades presentes no território, seguindo as diretrizes do turismo comunitário que visam o protagonismo e a autonomia da comunidade, a valorização dos recursos e particularidades locais, buscando a realização de uma vivência intercultural, e a geração de renda com a distribuição equitativa dos benefícios.

Por Las Casas se caracterizar como um território culturalmente diferenciado, buscando alternativas de sobrevivência tanto econômica, quanto social e cultural, pode

encontrar nos princípios do etnodesenvolvimento e do turismo comunitário caminhos que pudessem responder seus questionamentos, e que pode ser implementado sem afetar as suas atividades cotidianas, atendendo os principais quesitos pensados que são a geração de renda através de uma atividade que seja complementar e o seu reconhecimento e fortalecimento cultural.

Dessa forma, atenta-se que esta pesquisa atingiu seus objetivos ao acreditar que o TBC, pode sim vir a contribuir no processo de etnodesenvolvimento do povo Mebêngôkrê-Kayapó da aldeia Tekrejarôti-re que habita a terra indígena Las Casas.

O trabalho identificou que a comunidade com suas manifestações culturais, festas e cerimônias, estando aliada ao seu modo de vida e empreendida a partir dos seus critérios, tem condições de trabalhar com a atividade turística dentro da sua terra e tornar esta uma oportunidade de afirmação cultural e geração de renda, tendo esta como uma atividade que seja mais sustentável.

A comunidade por estar inserida dentro de uma área que sofreu e sofre com as questões de desmatamentos, que foram minimizados a partir da chegada deles nesta terra, acredita que o turismo também pode trazer perspectivas melhores para este povo. Na visão da comunidade, o turismo ajudaria a conter a evasão dos mais jovens para a cidade, fazendo com que se interesse e busquem reafirmar sua identidade cultural, além de propiciar uma geração de renda complementar e promover o debate intercultural entre a comunidade e os visitantes. Porém, a comunidade acredita que há ainda questões que devem ser trabalhadas com vistas que esta atividade venha a ocorrer de fato, principalmente no que diz respeito ao comprometimento, corresponsabilidade nas ações, do trabalho cooperativo e associado, já que este deve ser pensado em benefícios de todos.

Em relação à infraestrutura de acesso a aldeia, esta comunidade possui um diferencial, já que estão próximo à cidade que se pode fazer por via terrestre, diferente de outras aldeias e roteiros que são comercializados, onde o acesso é difícil o que acaba tornando um roteiro de custo elevado.

Caso venha a implementar um projeto de turismo na TI Las Casas, os municípios vizinhos conseguem suprir as necessidades básicas já que dispõe de infraestrutura hoteleira e alimentícia, principalmente porque a comunidade não visa trabalhar com quantidade e sim qualidade priorizando um número máximo de pessoas para que o principal objetivo da vivência seja alcançado.

A comunidade no momento não está interessada em investidores externos e também não possuem interesse em parceria com agência, pois acreditam que caso esta parceria seja feita, eles podem sair perdendo, mesmo que ganhem com a comercialização e divulgação, esta poderia elevar o valor da atividade, já que ao valor já cobrado pela comunidade, seria acrescido dos serviços prestados pela agência, mas esta é uma questão que ficou para ser dialogada e decidida após a devida implementação do turismo na aldeia, caso esta venha a acontecer.

Um dos impasses que preocupava a comunidade era sobre a regulamentação da atividade turística e como esta se daria, porém, após a publicação da Instrução Normativa 3/2015 da FUNAI, verifica-se que a comunidade vem trabalhando a questão do turismo, pois encontram-se dentro das diretrizes estabelecidas, principalmente no tipo de atividade que deve ser implementada no caso que devem ser de turismo de base comunitária, quanto pelos objetivos para que este seja realizado, que são: promover o fortalecimento destes povos e sua identidade, primando pelos diálogos que respeitem os critérios estabelecidos pela própria comunidade e onde estes sejam os principais atores nas tomadas de decisões do início ao fim do processo de planejamento e organização, além do que esta deve ser demanda da própria comunidade e não de outros interessados.

É importante ressaltar também que esta pesquisa para ser concluída passou por algumas dificuldades, principalmente no que tange a burocracia para realizar pesquisa na terra indígena, a qual é uma problemática que ainda deve ser trabalhada, pois os processos para solicitar a autorização são ainda muito confusos e acaba por dificultar e tornar mais demorada.

E conclui-se que, apesar da comunidade vir trabalhando nos debates e organização que visem a implementação do turismo desde o ano de 2011, para o turismo venha a ocorrer de fato, são necessárias serem realizadas algumas medidas, inclusive que atenda a nova instrução normativa IN 3/2015, a qual estabelece que para que a comunidade trabalhe com o turismo na sua terra é necessário que seja elaborado um plano de visitação que atenda as exigências estabelecidas, onde este trabalho se constitui como uma ferramenta de importância na construção do mesmo, já que foi realizado a partir da demanda da comunidade e sendo realizado de forma participativa, valorando os diálogos horizontais e a autonomia deste povo.

REFERÊNCIAS

- ACERENZA, M. **Administração do turismo: conceituação e organização**. Bauru: EDUSC, 2002.
- ARNAUD, E. **O índio e a expansão nacional**. Belém: CEJUP, 1989.
- AYALA, C.; FEHLAUER, T. Considerações críticas sobre o conceito de etnodesenvolvimento: para pensar a condescendência na relação intercultural. **Tellus**, Campo Grande, n. 8/9, p. 37-51, abr/out. 2005.
- AZEVEDO, F.F. Desenvolvimento local e capital social: uma abordagem teórica. **Revista Geonordeste**, Aracaju, n.1, p.87-105, 2008.
- AZEVEDO, F.F. (et al.) Turismo em foco: globalização e políticas públicas. In: AZEVEDO, F. F. et al. (Org.). **Turismo em foco**. Belém: NAEA, 2013.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, LDA, 2009.
- BAQUERO, M. **Reinventando a sociedade na América Latina: cultura política, gênero, exclusão e capital social**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS / Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 2001.
- BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- BAUER, M.W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BECKER, D. F. Desenvolvimento contemporâneo: processo de globalização e/ou fragmentação? **Estudo e Debate**, Lajeado, v. 2, n. 1, p. 1-24, 1995.
- BOBBIO, N. **O futuro da democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- BOISIER, S. Desarrollo (Local): de qué estamos hablando? In: BECKER, D. F.; BANDEIRA, P. S. **Desenvolvimento local e regional: determinantes e desafios contemporâneos**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.
- CABREIRA, A. C.; MORETTI, E. C. Turismo cultural na Reserva Indígena Francisco Horta Barbosa em Dourados – MS. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. São Paulo: USP/Departamento de Geografia, 2005. P. 2535-2560
- CACHO, A. N. B; AZEVEDO, F. F. O turismo no contexto da sociedade informacional. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. v.4, n. 2. p. 31-48, 2010.
- COOPER, Chris et al. **Turismo, princípios e prática**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

CORIOLOANO, L.N. Turismo e degradação do meio ambiente no litoral do Ceará. In : LEMOS, A. (Ed.). **Turismo: impactos socioambientais**. São Paulo: HUCITEC. p. 93-103. 1999.

CORIOLOANO, L. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

DENCKER, A. F. M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 1998.

DE ROBERT, P. Conflitos, alianças e recomposições territoriais em projetos de desenvolvimento sustentável: experiência da Terra Indígena Kayapó (Sul do Pará). In: **Desenvolvimento sustentável e sociedade na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2010. p.333-351 (Coleção Eduardo Galvão).

DE ROBERT, P., LÓPEZ, C., Laques, A. E. ; COELHO-FERREIRA, M. A beleza das roças: agrobiodiversidade Mebêngôkre-Kayapó em tempos de globalização. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, v. 7, n .2, p. 339-369, 2012.

DIAS, R. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas. 2003.

FRANTZ, Walter. **Desenvolvimento local, associativismo e cooperação**, 2002. Disponível em: <<http://www.unijui.tche.br/~dcre/frantz.html>>. Acesso em: jul. 2007.

FIGUEIREDO, S. L. **Viagens e viajantes**. São Paulo: Annablume, 2010.

FUERST, R. **Indiens de l'Amazonie Brésilienne. Indiens D'Amazonie Brésil**. Exposition Musée D'Etnographie –Géneve. 1971.

FUNAI. Disponível em <http://www.funai.gov.br/>. Acesso em: 14 mar. 2015.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GYFORD, J. **Citizens, consumers and council. Local government and the public**. London: MacMillan, 1991.

GRÜNEWALD, R. **Os 'Índios do Descobrimento': tradição e turismo**. p.353. Tese (Doutorado Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social / Museu Nacional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro/MN/PPGAS, Rio de Janeiro, 1999.

_____. Turismo, cultura e identidade étnica. In: Reunião Brasileira de Antropologia. **Anais da Associação Brasileira de Antropologia**. Olinda, 2004.

GUAPINDAIA, A. Diretrizes da construção da política nacional de gestão territorial. In: KAHWAGE, Claudia; MARINHO, Haideé (Org.). **Situação socioambiental das Terras Indígenas do Pará: desafios para elaboração de políticas de gestão territorial e ambiental**. Belém, PA: Sema, Brasília: ACT Brasil, 2011. p. 31-34.

GUIMARÃES, R. Turismo em terras indígenas já é fato: quem se arrisca. **Dialogando no Turismo**. São Paulo. 2006. Disponível em www.rosana.unesp.br/revista. Acesso em: 10 mai. 2012.

HECK, E. et al. Amazônia indígena: conquistas e desafios. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.19, n. 53. p. 237-255. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/> Acesso em: jan. 2012.

IBGE. Censo Demográfico 2010. Características Gerais dos Indígenas: Resultados do universo. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000009645608112012562210271925.pdf>. Acesso em: 17 maio 2015.

IGNARRA, L. **Fundamentos do turismo**. 2.ed.rev.ampl. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Povos Indígenas no Brasil**. Kayapó. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kayapo/180> Acesso em: 16 set. 2011 e 21 nov. 2012.

IRVING, M. A. Participação: questão central na sustentabilidade de projetos de desenvolvimento. In: IRVING, M. A.; AZEVEDO, J. (Org.). **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002. p. 35-45.

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária - inovar é possível? In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D.G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p.108-119.

JODELET, D. A alteridade como processo e produto psicossocial. In: ARRUDA, A. (Org.). **Representando a alteridade**. Petrópolis: Vozes, 1998.p.47-67.

KAHWAGE, C. Situação das terras indígenas do Pará: cenários socioambientais para atuação do estado. In: KAHWAGE, Claudia; MARINHO, Haideé (Org.). **Situação socioambiental das Terras Indígenas do Pará: desafios para elaboração de políticas de gestão territorial e ambiental**. Belém, PA: Sema, Brasília: ACT Brasil, 2011. p. 149-182.

KAHWAGE, C. LOBATO, C. In: KAHWAGE, Claudia; MARINHO, Haideé (Org.). **Situação socioambiental das Terras Indígenas do Pará: desafios para elaboração de políticas de gestão territorial e ambiental**. Belém, PA: Sema, Brasília: ACT Brasil, 2011. p. 15-28.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LEA, V. Casas e casas Mebengokre (Jê). In: VIVEIROS DE CASTRO, E.; CUNHA, M. C. (Org.). **Amazônia: etnologia e história indígena**. São Paulo: USP-NHII; Fapesp, 1993. p. 265-84.

LEAL, R. O turismo desenvolvido em territórios indígenas sob o ponto de vista antropológico. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, n. 3, 2007. Disponível em:< <http://www.ivt-rj.net> >. Acesso em: 15 jul. 2015.

LE BOURLEGAT, C. A. **Construção humana de espaço, lugar e território**. Fev - julho de 2006. Notas de aula

LIMA, A. C. S. Problemas de qualificação de pessoal para novas formas de ação indigenista! : In: **Estado e povos indígenas base para uma nova política indigenistas II**. Rio de Janeiro. LACED,-2002.p. 83-94.

LITTLE, P. E. Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global. **Tellus**, Campo Grande, n. 3, p. 33-52, out. 2002.

LUSTOSA, I. Os Tremembé de Buriti e sítio São José e o ‘Nova Atlântida – cidade turística e residencial’: inclusão/exclusão de povos indígenas? **Ateliê Geográfico**. Goiânia, n. 5, p. 121-136. 2008.

_____. **Os povos indígenas, o turismo e o território [manuscrito]**: um olhar sobre os Tremembé e os Jenipapo-Kanindé do Ceará. 2012. 281 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás/ UFG, Instituto de Estudos Socioambientais, Goiânia, 2012.

MARANHÃO, C.H.S.; AZEVEDO, F.F. Os processos de planejamento e gestão do turismo em Natal (RN) e o fomento do turismo de base local: uma articulação necessária. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.7, n.1, pp.103-118. fev/abr. 2014.

MAURO, V. **Turismo em Terra Indígena**: o caso da Reserva Pataxó da Jaqueira. 2007. 112 f. Monografia (Especialização em Turismo e Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Centro de Excelência em Turismo, Brasília. 2007.

MAX-NEEF, M. **Desarrollo a escala humana**: conceptos, aplicaciones y algunas reflexiones. Barcelona: Icaria Editorial, 1993.

MAX-NEEF, M.; ELIZALDE, A.; HOPENHAYN, M. **Desarrollo a escala humana**: una opción para el futuro. Santiago, Chile, 1986.

MCINTOSH, R. W.; GOELDNER, C. R.; RITCHIE, J. R. B. **Turismo**: princípios, práticas e filosofias. Porto Alegre: Bookman, 2002.

MELO, J. **Relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena Las Casas**. Projeto Integrado de Proteção às populações e Terras Indígena da Amazônia Legal –PPTAL. Programa Piloto para a proteção das florestas tropicais do Brasil- PPG7. Fundação Nacional do Índio- FUNAI. 2003.

_____. **Reinvenção da sociedade**: cotidiano e território entre os mebengokré (Caiapó) de Las Casas. 2004. 107 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)- Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2004.

MENDONÇA, T. ; IRVING, M. Turismo de base comunitária: a participação como prática no desenvolvimento de projetos turístico no Brasil – Prainha de Canto Verde, Beberibe (CE). **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro: v. 4, n. 4, p. 12-22. 2004. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=115417710002>. Acesso em: 20 abr. 2012.

MIELKE, E. **Desenvolvimento turístico de base comunitária**. Campinas: Alínea, 2009.

MINAYO, M.C. de; SANCHES, O. **Quantitativo - qualitativo: oposição ou complementaridade?** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.9, n.3, p. 239-262, 1993.

NÓBREGA, W. R. M. **Turismo: planejamento e políticas públicas de turismo na Amazônia.** Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

_____. **Turismo e políticas públicas na Amazônia Brasileira: instâncias de governança e desenvolvimento nos municípios de Santarém e Belterra, Oeste do Estado do Pará.** 2012. 308 f. Tese. (Doutorado em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental) - Universidade Federal do Pará /Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA, Belém, 2012.

_____. Turismo, desenvolvimento e políticas públicas: limites e avanços no Estado do Pará. In: AZEVEDO, F. F. et al. (Org.). **Turismo em foco.** Belém: NAEA, 2013. p. 92-115.

OLIVEIRA, V. **Turismo território e modernidade: um estudo da população indígena Krahô, estado do Tocantins - Amazônia Legal brasileira.** 2006. 207 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

OMT. Panorama OMT del turismo internacional, 2014. Disponível em: www.unwto.org/pub. Acesso em: 28 abr. 2015.

PAIVA, A.T. Os conceitos de etnogênese: uma abordagem historiográfica. In: MATA, Sérgio Ricardo; MOLLO, Helena Miranda; VARELLA, Flávia Florentino (Org.). **Anais do 3º. Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história?** Ouro Preto: Edufop, 2009. p. 1-9.

PÈREZ. S. E. G. **Produtos florestais não-madeireiros em terras indígenas Kayapó no Estado do Pará: diversidade e uso.** 2011. 189 f. Dissertação (Mestrado em Botânica Tropical). Universidade Federal do Pará/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA, Belém, 2011.

POSEY, D. **Ciência Kayapó: alternativas contra a destruição.** 19-43. HAMÚ, D. (Org.). SCT/CNPq- Museu Paraense Emílio Goeldi, 1992.

POSEY, D. **Kayapó Ethnoecology and culture.** Studies environmental anthropology. Edited by Roy Ellen. University of Kent at Canterbury, UK. 2002.

QUARESMA, H. **Turismo na Terra de Makunaima: sustentabilidade em parques nacionais da Amazônia.** 2009. 423 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Universidade Federal do Pará/ Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA, Belém, 2009.

RIBEIRO, F. A. N. **Etnodesenvolvimento e o mercado verde na Amazônia indígena: os Asuriní no Médio Xingu.** 2009. 179 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) - Universidade de São Paulo /Pós-Graduação de Ciência Ambiental, São Paulo, 2009.

SACHS, I. **Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento.** Tradução Luiz Leite de Vasconcelos/Eneida Araújo. São Paulo: Vértice, 1986.

_____. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANCHO, A. (Dir.) Organização Mundial do Turismo. **Introdução ao turismo**. Tradução de Dolores Martin Rodriguez Cornes. São Paulo: Roca. 2001.

SANTANA, A. **Antropologia do turismo**: analogias, encontros e relações. São Paulo: Aleph, 2009.

SANTOS, A. F. L. Construir, habitar, viajar: reflexões acerca da relação comunicação-turismo comunitário. In: PANOSSO NETTO, A.; GAETA, C. (Org.) **Turismo de experiência**. São Paulo: SENAC, 2010. p. 119-132.

SANTOS, I. Política estadual dos povos indígenas do Pará. In: KAHWAGE, Claudia; MARINHO, Haideé (Org.). **Situação socioambiental das Terras Indígenas do Pará**: desafios para elaboração de políticas de gestão territorial e ambiental. Belém, 2011.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SINGER, P. **Desenvolvimento e crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SILVA, V. C. **Turismo indígena**: uma alternativa para o etnodesenvolvimento do povo Mebêngôkre-Kayapó da Terra Indígena Las Casas – PA. 2012. 110 f. Monografia (Graduação em Turismo) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

SOUSA, C. N. I. et al. **Povos indígenas**: projetos e desenvolvimento. Rio de Janeiro. Contra capa Livraria, 2007.

STIBICH, I. A. **Povos indígenas, etnodesenvolvimento e sustentabilidade ambiental na Amazônia Legal**: uma interpretação antropológica da formação do PDPI a partir dos seus documentos preparatórios. 2005. 154 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília. Brasília, 2005.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável**: conceitos e impacto ambiental. São Paulo: Aleph, 2000.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

TURNER, T. Da cosmologia à história: resistência, adaptação e consciência social entre os Kayapó. Tradução David Soares. **Cadernos de Campo**. n. 1. Belém, 1991. p. 68-85.

TURNER, T. Os MebêngôkreKayapó: história e mudança social, de comunidades autônomas para a coexistência interétnica. In: CUNHA, M. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Fapesp/SMC/Companhia das Letras. 1992. p.311-338.

URRY, J. **O olhar do turista**: lazer e viagem nas sociedades contemporâneas. São Paulo: Studio Nobel/SESC, 2001.

VERDUM, R. Etnodesenvolvimento e mecanismos de fomento do desenvolvimento dos povos indígena: a contribuição do subprograma Projetos Demonstrativos (PDA). In:

BARROSO-HOFFMANN, M; LIMA, A. C. S (Org.). **Etnodesenvolvimento e políticas públicas**: base para uma nova política indigenista. Rio de Janeiro: Contra Capa/LACED. 2002. p. 87-105.

_____. **Etnodesenvolvimento**: nova/velha utopia do indigenismo.2006. 200 f. Tese (Doutorado em Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas – CEPPAC)-Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

VERISSIMO, A; ROLLA, A; VEDOVETO, M; FUTADA, S. (Org.). **Áreas protegidas na Amazônia brasileira**: avanços e desafios. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.

VERSWJVER, Gustaaf. **Enciclopédia dos Povos indígenas**. Disponível em: <http://www.socioambiental.org>. 2002.

VIDAL, L. **Grafismo indígena**: estudos de antropologia estética. VIDAL, Lux (Org.). São Paulo: Studio Nobel: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 1992.

XAVIER, H. A percepção geográfica do turismo. São Paulo: Aleph, 2007.

ZANOTTI, L. ; CHERNELA, J. Conflicting cultures of nature: ecotourism, education and the Kayapó of the Brazilian Amazon. **Journal of Tourism Geographies**. V. 10, n. 4, p.495-521, 2008.

APÊNDICES

Caso positivo: Como?

Caso negativo: Por quê?

- 3) Tem ocorrido mudanças na comunidade Las Casas nos últimos tempos? Sim () Não (). Porque elas vêm acontecendo? OBS: Como exemplos: mudanças na língua? Na alimentação? Nos costumes? Nas festas?
- 4) Qual o principal motivo da comunidade buscar implementar o turismo na aldeia?
- 5) Como a comunidade vê a possibilidade de ter turismo e turistas na aldeia?
- 6) Como a população de Las Casas fará para desenvolver o turismo em sua comunidade?
- 7) Como está sendo pensado o planejamento do turismo na visão da comunidade Las Casas?
- 8) A comunidade pretende trabalhar de que forma a gestão do turismo?
- 9) Qual a destinação dos recursos advindos do turismo? Individual () Coletivo () Qual seria o valor da taxa?
- 10) Como minimizar possíveis conflitos causados pelo turismo na comunidade?
- 11) Você acredita que o turismo pode trazer novas oportunidades e melhorias pra aldeia?
- 12) O que seria mais importante no planejamento e desenvolvimento da atividade turística?
() Cooperação () Participação () União () Associação () Outros Quais: _____
- 13) Qual seria o nível de participação da comunidade de Las Casas?
- 14) Como as atividades previstas (roteiros, artesanatos, pinturas) seriam distribuídas entre a comunidade?
- 15) Como você acha que a comunidade vai lidar com a presença de turista na TI?
- 16) Como está sendo vista a possibilidade de haver turismo na aldeia?
- 17) Quais os principais dificuldades que a comunidade precisa enfrentar para que o turismo venha a ser implementado na aldeia?
- 18) Como este trabalho seria realizado com os turistas estrangeiros?
- 19) Você tem ideia de como será feita a promoção da aldeia enquanto atrativo turístico?
- 20) Como a comunidade pretende fazer parcerias externas para a divulgação e captação de turistas?

- 21) A FUNAI poderia intervir caso haja turismo na aldeia?
- 22) Qual o lugar que seria destinado a hospedagem dos turistas?
- 23) Tem alguma recomendação ou proibição ao futuro turista?
- 24) Qual o mínimo e o máximo de pessoas que seriam permitidos por visita?
- 25) Como se daria o transporte dos visitantes até a aldeia? A comunidade pretende fazer alguma parceria?
- 26) Quais os aspectos locais que podem ser tratadas como estratégias diferenciadas para contemplar o roteiro turístico?
- 27) Você estaria disponível para futuras entrevistas, se necessário, para aprofundarmos essas questões? Sim ()
Não ()

**APÊNDICE 02 – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM DA ALDEIA LAS CASAS
TERRA INDÍGENA LAS CASAS**

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM DA ALDEIA LAS CASAS
TERRA INDÍGENA LAS CASAS**

Nós povo Mebêngôkre-Kayapó da Aldeia Las Casas/Terra Indígena Las Casas, localizada nos municípios de Pau D'Arco, Redenção e Floresta do Araguaia no sudeste do estado do Pará: AUTORIZAMOS o uso das nossas imagens em todo e qualquer material entre imagens de vídeo, para ser utilizada na elaboração da Dissertação de Mestrado intitulada “**PERSPECTIVAS E DESAFIOS DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO VETOR DE ETNODESENVOLVIMENTO: UM ESTUDO JUNTO A COMUNIDADE MEBÊNGÔKRE-KAYAPÓ DA TERRA INDÍGENA LAS CASAS – PA**”; da discente do Programa de Pós-graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGTUR/ UFRN) **Veuderllane Campos da Silva**. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, das seguintes formas: (I) Elaboração da Dissertação; (II) Apresentação de slides em PowerPoint para seminários, apresentações em congressos e defesa da Dissertação; (III) Pôsteres em congressos; (IV) publicações em revistas e jornais em geral e mídias eletrônicas; (V) Publicação de artigos científicos em revistas nacionais e internacionais; (VI) cartazes; (VII) Divulgação da nossa cultura em mídia eletrônica (painéis, vídeos, televisão).

Fica ainda **autorizada**, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de direitos da veiculação das imagens não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração.

Por esta ser a expressão da nossa vontade declaramos que autorizamos o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à nossa imagem ou a qualquer outro.

Para efeitos legais constam as assinaturas das lideranças e membros da comunidade da aldeia Las Casas (assinaturas nesta pagina e nas seguintes):

Aldeia Las Casas, Sete de Novembro de 2014.

PATYKRE KAYAPÓ
Bekwylbô KAYAPÓ
Auro Kayapó
Ochuyry Kayapó
Sajô-re Kayapó
Salô Kayapó

APÊNDICE 02 – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM DA ALDEIA LAS CASAS
TERRA INDÍGENA LAS CASAS

Bekó Kayapó

Bepkarati Kayapó

Mepá Kayapó

Bepamöñ / Kayapó

Canhó Kayapó

Берка́тых - Kayapó

Katatsá Kayapó

AMAŌ KAYAPÓ

KYRYRAKAYAPÓ

BEKWYNHKORE KAYAPÓ

IREbõ Kayapó

NHAKRERE KAYAPÓ

IRENGY KAYAPÓ

KŌKŌNGRI KAYAPÓ

IREPRY KAYAPÓ

BEKWYNYHOTI KAYAPÓ

PANHIBOKAYAPÓ

BEKWYNHKARŌ KAYAPÓ

nguinhõ Kayapó

NHOKRERANTĪ KAYAPÓ

IRERNATI KAYAPÓ

NGOIM KAYAPÓ

BEKWYNHRITI KAYAPÓ

BEKWYNHKAMRĒ KAYAPÓ

Patsjati Kayapó

KUKONHNO KAYAPÓ

IRERO KAYAPÓ

MOMATI KAYAPÓ

KOKOMARI KAYAPÓ

APÊNDICE 02 – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM DA ALDEIA LAS CASAS
TERRA INDÍGENA LAS CASAS

Pãnhô ~~Kadok~~ KAYAPÓ

BEKWYNHPIX KAYAPÓ

BEKWYNHTYK TI KAYAPÓ

NGRENHPÓKTI KAYAPÓ

NHAKĒNH KAYAPÓ

NGREM^{kwyt} KAYAPÓ

DJOPRI KAYAPÓ

Bepkajkatiz KAYAPÓ

YNHORE KAYAPÓ

YKATY-X KAYAPÓ

BEKWYNHKARÓ KAYAPÓ

Wiondikwo Kayapó

APÊNDICE 03 – TERMO DE COMPROMISSO**TERMO DE COMPROMISSO**

Eu, Veuderllane Campos da Silva, aluna do Programa de Pós-graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, portador do RG: 5245498, SSP-PA, CPF nº. 923.097.552-49, desenvolvendo a pesquisa intitulada PERSPECTIVAS E DESAFIOS DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO VETOR DE ETNODESENVOLVIMENTO: UM ESTUDO JUNTO A COMUNIDADE MEBÊNGÔKRE-KAYAPÓ DA TERRA INDÍGENA LAS CASAS – PA, a ser realizada na Terra Indígena Las Casas, aldeia Tekrejarôtire conforme processo/Funai nº 08620.065239/2013/62, no período de agosto de 2014 a março de 2015, com a finalidade de realizar registros fotográficos para fins da referida pesquisa,

COMPROMETO – ME A:

1. Respeitar os usos e tradições indígenas e abster de proceder a exigências constrangedoras excessivas ou abusivas, submetendo-me às disposições da Constituição Federal de 1988, da Lei Federal nº 6001, de 1973 - Estatuto do Índio, Portaria nº.177/PRES/FUNAI de 2006 e, Lei nº 9.610, de 1998.
2. Utilizar os registros fotográficos, sonoros e videográficos exclusivamente para fins do projeto de pesquisa intitulado Perspectivas e desafios do turismo de base comunitária como vetor de etnodesenvolvimento: um estudo junto a comunidade Mebêngôkre-Kayapó da Terra Indígena Las Casas – PA, de Veuderllane Campos da Silva.
3. Não fazer nenhum uso do material coletado para além dos objetivos anuídos pelos indígenas retratados.
4. Qualquer outra utilização do material coletado deverá ser objeto de novo processo de autorização junto a comunidade indígena retratada e a Funai.
5. Remeter a AAEP/FUNAI duas cópias da monografia, relatórios, artigos, livros, gravações, imagens e outras produções oriundas da pesquisa/projeto.
6. Remeter a FUNAI documento original de Autorização de Cessão e Uso de imagem firmado pelos indígenas retratados ou seus representantes, durante o período autorizado pela Funai para o ingresso em terra indígena.
7. **O descumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Compromisso, em conformidade com a CF/88, Art. 5º, Paragrafo 3º, com a Portaria nº. 177/PRES/FUNAI/2006, Art.17º, sujeita o infrator às sanções previstas na legislação e normas, comprometendo o deferimento desta e de outras autorizações de ingresso em TI.**

Declaro verdadeiras todas as informações prestadas neste Termo de Compromisso.

Natal, 02 de setembro de 2014.

Veuderllane C. da Silva.
(Pesquisador)

ANEXOS

ANEXO 01 – AUTORIZAÇÃO DE ACESSO A TI LAS CASAS – FUNAI



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
PRESIDÊNCIA

Setor Bancário Sul, quadra 02, lote 14 – Edifício Cleto Meireles, 13º andar
CEP: 70070-120 Brasília/DF
Telefone: (61) 3247.6013/6014 – E-mail: presidencia@funai.gov.br



| | |
|-----------|---------------------|
| Proc. n.º | 05239/13 |
| Fls. | 198 |
| Rubrica | <i>[Assinatura]</i> |

Ofício nº 542 /2014/GAB/PRES/FUNAI-MJ

Brasília, 25 de novembro de 2014.

A Sua Senhoria Senhora
VEUDERLLANE CAMPOS DA SILVA
Alameda Padre Vieira nº 09,
Conjunto Caetano de Souza
Bairro Caiçara
68.743-510 – Castanhal – PA

Assunto: Ingresso em terra indígena/Proc. 08620.065239/2013-62.

Senhora Veuderllane Silva,

1. Cumprimentando-a cordialmente, estamos encaminhando em anexo, a Autorização nº 093/AAEP/PRES/2014, onde concede a Vossa Senhoria, o ingresso na Terra Indígena Las Casas.
2. Ressaltamos que o objetivo deste ingresso é de realizar o projeto intitulado: "Perspectivas e desafios do turismo de base comunitária como possível vetor de etnodesenvolvimento do povo Mebêngôkre-Kayapó da terra indígena Las Casas – PA".

Atenciosamente,

Luciana Nogueira
LUCIANA NOGUEIRA NÓBREGA
Chefe de Gabinete



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

AUTORIZAÇÃO PARA INGRESSO EM TERRA INDÍGENA

Prop. nº 65239/13
Fls. 194
Rubrica



Nº 093/AAEP/PRES/2014

IDENTIFICAÇÃO

Nome: Veuderlane Campos da Silva

Processo: 08620.065239/2013-63

Nacionalidade: brasileira

Identidade: RG 40.688.290-3 SSP/SP

Instituição/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Patrocinador:

OBJETIVO DO INGRESSO

Desenvolver projeto de pesquisa de mestrado, intitulado: *"Perspectivas e desafios do turismo de base comunitária como possível vetor de etnodesenvolvimento do povo Mebêngôkre-Kayapó da terra indígena Las Casas - PA"*.

EQUIPE DE TRABALHO

| Nome | Nacionalidade | Documento |
|-------|---------------|-----------|
| | | |
| | | |
| | | |

LOCALIZAÇÃO

Terra Indígena: Las Casas

Etnia: Mebêngôkre-Kayapó

Coordenação Regional: Kayapó Sul do Pará

CTL:

VIGÊNCIA DA AUTORIZAÇÃO

Início: 25 de novembro de 2014

Término: 25 de novembro de 2016

OBSERVAÇÕES

* Esta autorização não inclui cessão de uso de imagem e som de voz dos índios, nem acesso a Conhecimento Tradicional Associado a biodiversidade.

* Remeter a Assessoria de Acompanhamento aos Estudos e Pesquisas - AAEP/Presidência/FUNAI, du cópias da monografia, relatórios, artigos, livros, gravações, imagens e outras produções oriundas do trabalho realizado.

Autorizo.

Brasília, 25 de novembro de 2014.

Flávio Chiarelli Vicente de Azevedo

Presidente Interino da FUNAI



ANEXO 02 – AUTORIZAÇÃO DE ACESSO A TI LAS CASAS - IPHAN

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE
DE LICITAÇÃO Nº 16/2014 - UASG 344041

Nº Processo: 01420012330201473. Objeto: Realização de um workshop de percussão pelo compositor e percussionista Naná Vasconcelos, no dia 15 de novembro de 2014, das 11:00 às 13:00, para aproximadamente 200 pessoas, como parte integrante das atividades comemorativas ao 20 de Novembro - Dia da Consciência Negra, no Parque Memorial Quilombo dos Palmares, na Serra da Barriga, em União dos Palmares/AL. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Inciso III da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Lei 8.666/93 Declaração de Inexigibilidade em 03/11/2014. CAROLINA CONCEIÇÃO NASCIMENTO, Coordenadora Geral de Gestão Interna. Ratificação em 04/11/2014. JOSE HILTON SANTOS ALMEIDA, Presidente. Valor Global: R\$ 20.000,00. CNPJ CONTRATADA: 07.357.458/0001-41 MORENANAPRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA - ME.

(SIDEC - 04/11/2014) 344041-34208-2014NE800216

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2014 - UASG 344041

Número do Contrato: 13/2012.

Nº Processo: 01420011122201295.

PREGÃO SISP Nº 6/2012. Contratante: FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES - CNPJ Contratada: 37656108000106. Contratado: GRAFICA E EDITORA QUALIDADE LIDA. Objeto: Prorrogação do prazo estabelecido na Cláusula Sexta do Contrato original, bem como corrigir a Cláusula Terceira - Do Valor e alterar a Cláusula Quarta - Da Despesa e dos Créditos Orçamentários, Cláusula Sétima Da Garantia, Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Vigência: 05/11/2014 a 04/11/2015. Valor Total: R\$703.866,62. Fonte: 100000000 - 2014NE800348. Data de Assinatura: 31/10/2014.

(SIDEC - 04/11/2014) 344041-34208-2014NE800216

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES

AVISOS DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 25/2014 - UASG 403201

Nº Processo: 01530001814201440. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância armada e desarmada para atuar na Representação da Fundação Nacional de Artes - FUNARTE, em Belo Horizonte, localizada à Rua Januária, 68 ? Centro - Belo Horizonte/MG, conforme Termo de Referência, Anexo I, deste Edital Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 05/11/2014 de 10h00 às 12h00 e de 14h às 17h00. Endereço: Rua da Imprensa, 16 - 14º Andar - Sala 1405 Centro - RIO DE JANEIRO - RJ. Entrega das Propostas: a partir de 05/11/2014 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 19/11/2014 às 11h00 no site www.comprasnet.gov.br.

(SIDEC - 04/11/2014) 403201-40402-2014NE800035

PREGÃO Nº 31/2014 - UASG 403201

Nº Processo: 01530001908201419. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de produção de conteúdo para a realização de 4 (quatro) vídeo-documentos de aproximadamente 10 (dez) minutos cada, 12 (doze) roteiros para o programa musical de rádio Estúdio F; 06 (seis) programas musicais de rádio web da série Momento Memória, com duração de 1 (uma) hora cada e 20 (vinte) horas de conteúdo editado de rádio web para eventuais aquisições de atendimento da demanda do Portal das Artes/Canal Virtual, localizado à Rua São José nº 50 - 12º andar - Centro, Rio de Janeiro/RJ, pertencente à Fundação Nacional de Artes - FUNARTE conforme Termo de Referência, Anexo I, deste Edital Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 05/11/2014 de 10h00 às 12h00 e de 14h às 17h00. Endereço: Rua da Imprensa, 16 - 14º Andar - Sala 1405 Centro - RIO DE JANEIRO - RJ. Entrega das Propostas: a partir de 05/11/2014 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 17/11/2014 às 13h00 no site www.comprasnet.gov.br.

VALQUIRIA PIMENTEL DA CUNHA CORREIA
Pregoeira

(SIDEC - 04/11/2014) 403201-40402-2014NE800035

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO
PREGÃO Nº 26/2014

Comunicamos a reabertura de prazo da licitação supracitada, processo Nº 01530001846201445., publicada no D.O.U de 21/10/2014. Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de Preços para eventuais aquisições de estabelecimentos e nobreaks visando atender as demandas da Divisão de Informática da Fundação Nacional de Artes - FUNARTE, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I, deste Edital. Novo Edital: 05/11/2014 das 10h00 às 12h00 e de 14h00 às 17h00. Endereço: Rua da Imprensa, 16 - 14º Andar - Sala 1405 Centro - RIO DE JANEIRO - RJ. Entrega das Propostas: a partir de 05/11/2014 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 20/11/2014, às 11h00 no site www.comprasnet.gov.br.

VALQUIRIA PIMENTEL DA CUNHA CORREIA
Pregoeira

(SIDEC - 04/11/2014) 403201-40402-2014NE800035

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 0003201411050018

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE
DE LICITAÇÃO Nº 51/2014 - UASG 423002

Nº Processo: 01445000354201400. Objeto: Realização de apresentação de música Barroca com a Orquestra de Câmara de Pernambuco para compor a Programação proposta pelo IBRAM para o Bicenário da morte de Aleijadinho no dia 15 de novembro de 2014, assim como para integrar as comemorações do Mês da Consciência Negra, programação de destaque no calendário do Museu da Abolição. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Inciso III da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Inexigibilidade de licitação por inviabilidade de competição. Declaração de Inexigibilidade em 24/10/2014. MARCELO HELDER MACIEL FERREIRA, Ordenador de Despesas -substituto. Ratificação em 31/10/2014. ANGELO OSWALDO DE ARAUJO SANTOS, Presidente do Instituto Brasileiro de Museus. Valor Global: R\$ 21.774,50. CNPJ CONTRATADA: 13.237.778/0001-60 CARLA SOUZA NAVARRO 99922118491.

(SIDEC - 04/11/2014) 423002-42207-2014NE800004

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE
DE LICITAÇÃO Nº 53/2014 - UASG 423002

Nº Processo: 01415010843201419. Objeto: Contratação de locação de espaço físico com serviços de infraestrutura básica com capacidade para abrigar a realização do 6º Fórum Nacional de Museus, conforme descrito no Termo de Referência. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Inviabilidade de competição. Declaração de Inexigibilidade em 03/11/2014. MARCELO HELDER MACIEL FERREIRA, Ordenador de Despesas -substituto. Ratificação em 04/11/2014. ANGELO OSWALDO DE ARAUJO SANTOS, Presidente do Instituto Brasileiro de Museus. Valor Global: R\$ 156.646,11. CNPJ CONTRATADA: 03.584.058/0001-18 PARA 2000.

(SIDEC - 04/11/2014) 423002-42207-2014NE800004

MUSEU IMPERIAL

EXTRATO DE DISPENSA
DE LICITAÇÃO Nº 14/2014 - UASG 343015

Nº Processo: 01439001997201441. Objeto: Contratação de empresa distribuidora de gás natural canalizado para Casa Geyer. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso XXII da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Empresa distribuidora de gás natural canalizado detém exclusividade para prestação do serviço no estado do Rio de Janeiro Declaração de Dispensa em 03/11/2014. SERGIO DA SILVA ABRABAO Coordenador Administrativo. Ratificação em 03/11/2014. MAURICIO VICENTE FERREIRA JUNIOR, Diretor. Valor Global: R\$ 1.363,24. CNPJ CONTRATADA: 33.938.119/0002-40 COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GAS DO RIO DE JANEIRO - CEG.

(SIDEC - 04/11/2014) 343015-42207-2014NE800004

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 13/2014 - UASG 343015

Nº Processo: 01439001928201438. Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de material elétrico para atender às demandas do Museu Imperial. Total de Itens Licitados: 00055. Edital: 05/11/2014 de 09h00 às 12h00 e de 13h às 17h00. Endereço: Rua da Imperatriz, 220 Centro - PETROPOLIS - RJ. Entrega das Propostas: a partir de 05/11/2014 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 18/11/2014 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informa?ões Gerais: Os licitantes deverão seguir as especificações dos itens que consta no Termo de Referência, visto que nem todos os itens a serem adquiridos possuem código compatível com a nossa especificação para inserção no sistema Comprasnet.

FABRICIO VON SEEHAUSEN
Pregoeiro

(SIDEC - 04/11/2014) 423002-42207-2014NE800004

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO
E ARTÍSTICO NACIONAL

AVISOS DE AUTORIZAÇÃO

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, no uso das competências conferidas pela Deliberação CGEN/MMA nº 279, de 20 de setembro de 2011, publicada no DOU de 9 de novembro de 2011, de acordo com a Medida Provisória nº 2.186 -16, de 23 de agosto de 2001, o Decreto nº 3.945, de 28 de setembro de 2001, e demais normas atinentes, concedeu AUTORIZAÇÃO de Acesso a Conhecimento Tradicional Associado ao Patrimônio Genético, para fins de pesquisa científica, à Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, em conformidade com o Processo nº 01450.004835/2014-15.

Projeto: Perspectivas e Desafios do Turismo de Base Comunitária como Vetor de Etnodesenvolvimento: Um Estudo Junto ao Povo Mebêngôkre-Kayapó da Terra Indígena Las Casas - PA

Objetivo geral da pesquisa: Analisar as perspectivas e os desafios que a implementação do turismo de base comunitária pode gerar ao processo de etnodesenvolvimento para o povo Mebêngôkre-Kayapó da terra de Las Casas no sul do estado do Pará.

Comunidade envolvida: Aldéia Tsekrajórité, Terra Indígena Las Casas.

Localização: Terra Indígena Las Casas, município de Redenção, estado do Pará.

Validade da autorização: 2 (dois) anos a partir da publicação

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, no uso das competências conferidas pela Deliberação CGEN/MMA nº 279, de 20 de setembro de 2011, publicada no DOU de 9 de novembro de 2011, de acordo com a Medida Provisória nº 2.186 -16, de 23 de agosto de 2001, o Decreto nº 3.945, de 28 de setembro de 2001, e demais normas atinentes, concedeu AUTORIZAÇÃO de Acesso a Conhecimento Tradicional Associado ao Patrimônio Genético, para fins de pesquisa científica, à Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP, em conformidade com o Processo nº 01450.004720/2014-12.

Projeto: Avaliação de Mudanças Ambientais, Culturais e Socioeconômicas como Fatores de Efeito no Uso e Conservação de Plantas Medicinais por comunidades Remanescentes de Quilombo no Município de Alcântara, Maranhão.

Objetivos da pesquisa: Resgatar o conhecimento dos quilombolas do município de Alcântara no estado do Maranhão, acerca das plantas medicinais, contribuindo para a conservação dos territórios quilombolas, para a garantia do saber local e uso sustentável da biodiversidade regional.

Comunidades envolvidas e sua localização: Comunidade dos Remanescentes de Quilombo no município de Alcântara, estado do Maranhão.

Validade da autorização: 2 anos a partir de sua publicação.

JUREMA MACHADO
Presidente do InstitutoDEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL
CENTRO NACIONAL DE FOLCLORE E CULTURA
POPULARAVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 9/2014 - UASG 343030

Nº Processo: 0140400284201468. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de programação visual de material relacionado à produção de 11 (onze) Dossês de Registro do Patrimônio Cultural Imaterial, para atender ao Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular/IPHAN, sediado na cidade do Rio de Janeiro, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e Anexos. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 05/11/2014 de 10h00 às 12h00 e de 13h às 17h59. Endereço: Rua do Catete, 179 - Catete Catete - RIO DE JANEIRO - RJ. Entrega das Propostas: a partir de 05/11/2014 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 17/11/2014 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br.

LUIZ OTAVIO FERNANDES MONTEIRO
Pregoeiro

(SIDEC - 04/11/2014) 343030-40401-2014NE800041

SUPERINTENDÊNCIA EM ALAGOAS

AVISOS DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 3/2014 UASG 343035

Nº Processo: 01403000894201391. Objeto: Contratação de empresa especializada para Restauração Arqueológica da Igreja de Nossa Senhora do Ó em Ipioca, Maceió/AL. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 05/11/2014 de 09h00 às 11h00 e de 14h às 16h00. Endereço: Rua Sá e Albuquerque, 157 Jaraguá - MACEIO - AL. Entrega das Propostas: 05/12/2014 às 10h00. Informa?ões Gerais: Retirada do Edital e seus respectivos Anexos, deverão comparecer no endereço acima dispondo de um cd, pen drive ou outro meio digital para reprodução dos arquivos ou, ainda, por meio de solicitação feita ao e-mail institucional: licitacao.al@iphan.gov.br

(SIDEC - 04/11/2014) 343026-40401-2014NE800041

TOMADA DE PREÇOS Nº 14/2014 UASG 343035

Nº Processo: 0140300049201488. Objeto: Contratação de empresa especializada para execução da 1ª etapa de Serviços Especializados em Restauo para o Prédio Vila Lessa, em Penedo/AL, localizado à Avenida Genúlio Vargas, s/nº, no Centro Histórico de Penedo/AL. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 05/11/2014 de 09h00 às 11h00 e de 14h às 16h00. Endereço: Rua Sá e Albuquerque, 157 Jaraguá - MACEIO - AL. Entrega das Propostas: 21/11/2014 às 10h00. Informa?ões Gerais: Retirada do Edital e seus respectivos Anexos, deverão comparecer no endereço acima dispondo de um cd, pen drive ou outro meio digital para reprodução dos arquivos ou, ainda, por meio de solicitação feita ao e-mail institucional: iphan-al@iphan.gov.br

MARIO ALOISIO BARRETO MELO
Superintendente

(SIDEC - 04/11/2014) 343026-40401-2014NE800041

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.